

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/RJ

# Edital 18/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	254420-FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/RJ	FABIANO BORGES FIGUEIREDO	10/06/2026 09:27 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	388/2026	25028.000252/2025-18

## Preâmbulo

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ****Fiocruz/PR – Instituto Carlos Chagas****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026**

(Processo Administrativo nº 25028.000252/2025-18)

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz por meio do(a) Fiocruz/PR – Instituto Carlos Chagas (ICC), sediado(a) Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3.775 – CIC – Curitiba/PR, CEP: 81.350-010, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão Pública: 25/06/2026

Horário: 09:00h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: Menor preço por grupo

Modo de disputa: Aberto

Tratamento Favorecido ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim

Margem de Preferência para algum item: Não

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

## **1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de Serviço de segurança de rede multifuncional, fundamentada em Firewall de Próxima Geração (NGFW – Next Generation Firewall), contemplando licenciamento, suporte técnico especializado, fornecimento de novos appliances para atendimento às unidades e escritórios da Fiocruz (Sede, unidades regionais e escritórios) pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 15 (quinze) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1 Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.7 Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 sociedades cooperativas;

2.7.3.1 Não será admitida a participação de cooperativas na presente contratação, tendo em vista que os serviços demandados possuem natureza técnica especializada e execução continuada, com necessidade de atuação coordenada, suporte técnico estruturado, gestão operacional centralizada e observância de padrões institucionais de segurança da informação, características incompatíveis com o regime de execução previsto no art. 10 da IN SEGES/MP nº 5/2017. A execução do objeto pressupõe organização empresarial contínua, integração operacional entre equipes, responsabilidade técnica definida e prestação de serviços de forma permanente, não se caracterizando atividade passível de execução autônoma pelos cooperados, sem relação de subordinação operacional.

2.7.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais

de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.12.1 Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que o objeto possui natureza técnica integrada, demandando solução unificada de segurança de rede, gerenciamento centralizado, suporte especializado e responsabilidade operacional contínua. A vedação ao consórcio busca preservar a adequada gestão contratual, a definição clara de responsabilidades, a eficiência na execução dos serviços e a integridade operacional da solução, evitando fragmentação técnica e dificuldades na apuração de responsabilidades relacionadas aos níveis de serviço e à segurança da informação. Adicionalmente, verificou-se a existência de empresas no mercado com capacidade técnica e econômico-financeira suficiente para execução integral do objeto de forma individual, não havendo prejuízo à competitividade do certame.

2.7.13 pessoas físicas.

2.7.13.1 Não será permitida a participação de pessoas físicas na presente contratação, considerando a natureza complexa e empresarial do objeto, que envolve prestação de serviços especializados de tecnologia da informação, fornecimento de licenciamento, suporte técnico continuado, gestão centralizada da solução, elevada responsabilidade operacional e capacidade econômico-financeira compatível com a execução contratual. A execução do objeto demanda estrutura organizacional, capacidade técnica especializada, suporte operacional contínuo e gestão integrada incompatíveis com a atuação individual de pessoa física.

2.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9 O impedimento de que trata o item 2.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.5 e 2.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12 O disposto nos itens 2.7.5 e 2.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14 A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1 O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS**

#### **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

- 4.5.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.5.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.5.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.5.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.5.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.5.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.6 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor total do grupo;

5.1.2 Marca;

5.1.3 Fabricante;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.11 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO

### DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11 Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19 Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.19.1 Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.19.1.1 bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.19.1.2 bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.19.1.3 bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

6.19.2 Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.19.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.19.3 Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.19.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.19.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.19.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.19.4 As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.21.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.5.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.5.2 empresas brasileiras;

6.21.5.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.5.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.23.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5.1 Quando solicitado a proposta pelo Pregoeiro, o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta final ajustada, exclusivamente por meio do sistema, no campo específico do item para o qual foi convocado. O envio da proposta em campo diverso ou em desacordo com o item solicitado não será considerado para fins de análise, podendo ensejar a desclassificação do licitante.

6.23.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24 Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.14 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.16 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico: [licitacao.icc@fiocruz.br](mailto:licitacao.icc@fiocruz.br).

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11 A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 03 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5 Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://governanca.fiocruz.br/consultapublica/dispensalicitacao/licitacao> ou [licitacao.icc@fiocruz.br](mailto:licitacao.icc@fiocruz.br).

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8, 11.1.9 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.16 Deverá ser observada a Portaria Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026, da Diretoria Executiva (Anexo deste Termo), que tem o propósito de disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO**

### **DE ESCLARECIMENTO**

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacao.icc@fiocruz.br](mailto:licitacao.icc@fiocruz.br)

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://portal.fiocruz.br>

13.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 ANEXO I - Termo de Referência

13.11.1.1 Apêndice A do Anexo I – Especificações Técnicas

13.11.1.2 Apêndice B do Anexo I – Quantitativo LocalxServiço

13.11.1.3 Apêndice C do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.11.1.3.1 Apêndice C (parte A) - Contratação de NGFW – Original

13.11.1.3.2 Apêndice C (parte B) - Contratação de NGFW - Outros Fabricantes

13.11.1.3.3 Apêndice C (parte C) Contratação de NGFW - Fortinet

13.11.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

13.11.3 ANEXO III - Portaria de Dosimetria para aplicação de Sanção

13.11.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta

13.11.5 ANEXO V – TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

13.11.6 ANEXO VI - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO

Curitiba, 10 de junho de 2026

## 14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FABIANO BORGES FIGUEIREDO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 10/06/2026 às 09:27:05.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - TR com anexos.pdf (4.2 MB)
- Anexo II - ANEXO II - Minuta\_Contratual.pdf (178.62 KB)
- Anexo III - ANEXO III - Portaria de Dosimetria.pdf (1.15 MB)
- Anexo IV - ANEXO IV - Modelo de Proposta.pdf (144.6 KB)
- Anexo V - ANEXO V - TERMO\_DE\_COMPROMISSO.pdf (67.03 KB)
- Anexo VI - ANEXO VI - TERMO\_DE\_CIENCIA.pdf (33.14 KB)

FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ

Termo de Referência 229/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
229/2025	254420-FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ	ELAINE DO ESPIRITO SANTO CABRAL	09/06/2026 16:50 (v 0.16)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		25028.000252/2025-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência trata-se da Contratação de serviço de segurança de rede multifuncional, fundamentada em Firewall de Próxima Geração (NGFW – Next Generation Firewall), contemplando licenciamento, suporte técnico especializado, fornecimento de novos appliances para atendimento às unidades e escritórios da Fiocruz (Sede, unidades regionais e escritórios) pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	ITEM	Código Catser	Digite aqui a descrição do Material ou Serviço	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (Mensal)	Preço unitário (24 meses)	Preço total (24 meses)
	1	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 1 GBps – *Interface de 1 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	5	Unidade	R\$ 1.075,15	R\$ 25.803,49	R\$ 129.017,46
			Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e					

2	27014	Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 1 GBps – *Interface de 10 Gbps (Licenciamento + Suporte)	2	Unidade	R\$ 1.552,71	R\$ 37.264,99	R\$ 74.529,99
3	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 1 GBps – *Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	6	Unidade	R\$ 4.005,34	R\$ 96.128,28	R\$ 576.769,67
4	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 5 GBps – *Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	4	Unidade	R\$ 8.656,85	R\$ 207.764,36	R\$ 831.057,44
5	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 10 GBps – *Interface de 40 Gbps (Licenciamento + Suporte)	3	Unidade	R\$ 20.012,23	R\$ 480.293,53	R\$ 1.440.880,60
		Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de					

Grupo 1	6	27014	Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 25 Gbps – *Interface de 100 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	4	Unidade	R\$ 81.728,04	R\$ 1.961.473,06	R\$ 7.845.892,22
	7	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 1/10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	5	Unidade	R\$ 18.396,69	R\$ 441.520,66	R\$ 2.207.603,29
	8	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 10/25 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	3	Unidade	R\$ 19.485,98	R\$ 467.663,56	R\$ 1.402.990,69
	9	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Coletor	1	Unidade	R\$ 848,54	R\$ 20.364,92	R\$ 20.364,92

		(Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)					
10	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Licenciamento + Suporte)	1	Unidade	R\$ 71.791,20	R\$ 1.722.988,90	R\$ 1.722.988,90
11	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	1	Unidade	R\$ 53.987,90	R\$ 1.295.709,72	R\$ 1.295.709,72
12	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	1	Unidade	R\$ 7.605,95	R\$ 182.542,84	R\$ 182.542,84

		Serviço de plataforma de gerenciamento centralizado dos dispositivos (Firewall/ NGFW e Switches) (Licenciamento + Suporte)					
13	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 10 GBps – *Interface de 40 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	1	Unidade	R\$ 57.940,94	R\$ 1.390.582,53	R\$ 1.390.582,53
14	27332	Serviços de Consultoria em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Consultoria de implantação	350	hora	-	R\$ 454,08	R\$ 158.929,40
15	3840	Treinamento Informática - Sistema / Software	10	Unidade	-	R\$ 8.917,36	R\$ 89.173,56
TOTAL:							R\$ 19.369.033,21

\* Threat Protection Throughput (mínimo) - representa a capacidade mínima de processamento de um firewall NGFW ao executar todas as funções avançadas de segurança simultaneamente — como IPS, antivírus, filtragem web, inspeção SSL e controle de aplicações.

**Observação:** Os itens 14 e 15, referentes aos serviços de implantação e treinamento, serão pagos em parcela única, após a conclusão da execução e entrega dos respectivos serviços, mediante atesto da CONTRATANTE.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado porque é essencial e visa atender a uma necessidade pública permanente, que pode se estender por mais de um exercício financeiro, ou porque sua interrupção comprometeria atividades essenciais e a continuidade dos serviços.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) anos, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação justifica-se na necessidade de prover uma camada adicional de segurança em cada unidade da FIOCRUZ onde será implantada a solução, permitindo maior visibilidade do tráfego gerado e mitigando ameaças que possam comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos serviços internos e externos. A alteração da vigência contratual de 36 para 24 meses justifica-se pela necessidade de adequação à restrição orçamentária atual e como medida estratégica de mitigação de riscos de contratação

2.2. Soma-se ao fato supramencionado, a necessidade de gerenciar a conectividade WAN das unidades de forma proativa, através da priorização de demandas, melhor utilização dos links WAN e maior disponibilidade dos serviços demandados, com o objetivo de permitir que a atividade fim da FIOCRUZ seja realizada com maior qualidade. O aumento do escopo da contratação visa atender à inclusão de unidades críticas, especificamente 02 (dois) equipamentos para o Hospital da Lagoa (unidade nova) e 01 (um) para o IFF (Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira - Unidade de missão crítica).

2.3. O principal objetivo do presente projeto é melhorar a experiência na utilização dos serviços e sistemas de TI para os colaboradores e servidores que trabalham nas unidades locais e localizadas no interior do Estado e que carecem de melhores condições de trabalho no que se refere à conectividade WAN, possibilitando redução de custos para a Administração. A redução quantitativa no Item 5 deve-se à utilização para spare parts, uma vez que são unidades reaproveitadas, sendo que duas delas serão utilizadas no Data Center do RJ como equipamento de Core de Rede (missão crítica).

2.4. Permitir melhor proteção das redes internas, considerando que estamos inseridos dentro de um contexto muito dinâmico de evolução tecnológica, onde em um curto intervalo de tempo os equipamentos destinados à segurança das redes de computadores podem se tornar rapidamente obsoletos a tal ponto de não suportarem o aumento dos dados trafegados, além de não estarem mais atualizados para prover a devida defesa do perímetro de rede frente a novas tentativas de invasões orquestradas contra o ambiente da Fiocruz. As Soluções de Next Generation Firewall (NGFW) são tecnologias modernas de Firewall que representam um quesito de segurança fundamental, uma vez que regulam o tráfego de dados entre redes confiáveis e não confiáveis (Internet) e impedem a transmissão e recepção de informações a partir de acessos nocivos ou não autorizados na rede. Isso é possível através de um sistema de detecção de intrusões, anti-malware na camada de rede, filtragem de tráfego web malicioso e a inspeção de tráfego SSL na busca de ameaças camufladas sobre a camada de criptografia.

2.5. Permitir o gerenciamento com facilidade de uma rede interna, sendo possível compartilhar arquivos entre todos os computadores conectados, administrá-los e controlá-los.

2.6. A escolha da renovação do licenciamento da presente solução NGFW, já implantada nas Unidades da Fiocruz, foi estabelecida baseada no princípio da padronização, previsto na Lei nº 14.133/2021, art. 40, inciso I, alínea 'a', considerada a compatibilidade de especificações técnicas ou de desempenho, e pela economicidade e vantagem para a administração pública, conforme aludido no item 3 (Análise de Soluções) do Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 3039582). O presente Termo de Referência objetiva a renovação do licenciamento da presente solução e preza pela padronização do ambiente tecnológico da Fiocruz, que já utiliza as soluções da Fortinet em seu Data Center, sem histórico de danos ou prejuízos causados por invasões ou vírus, fazendo-se necessário que as unidades utilizem a mesma solução. Dessa forma, será assegurada a otimização do ambiente, sendo mais vantajoso em termos de custo, visto que já existe conhecimento técnico das funcionalidades e a curva de aprendizagem já foi adquirida.

2.7. Justifica-se o agrupamento dos itens em lote único em razão da necessidade de manutenção da compatibilidade técnica, da integração entre os componentes da solução, da padronização da administração e do suporte técnico, bem como da gestão centralizada do ambiente de segurança da informação da Fiocruz. O parcelamento poderia acarretar dificuldades de integração, aumento da complexidade da gestão contratual, elevação dos custos operacionais e riscos à continuidade dos serviços. Ademais, a contratação conjunta proporciona ganhos de escala, padronização tecnológica e maior eficiência operacional, sem prejuízo à competitividade do certame.

2.8. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - 2026, conforme detalhamento a seguir:

- i. ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000001/2026
- ii. Data de publicação no PNCP: 15/05/2026
- iii. Id do item no PCA: 2753/2754/2755/2756/2757/2758/2759/2760/2761/2762/2763/2764/2765/2766/2767
- iv. Classe/Grupo:

173 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) - Referente ao item 2767

929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO - Referente ao item 2761

162 - SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) Referente aos itens 2753 /2754/2755/2756/2757/2758/2759/2760/2762/2763/2764/2765 e 2766

- i. Identificador da Futura Contratação: 254420-388/2026

2.9. O objeto da pretensa contratação encontra-se em alinhamento com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2025-2026 da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, conforme demonstrado abaixo:

Plano Estratégico de TIC (PETIC)			
ID	Princípio	Descrição	Origem
P6	Eficiência	Um Governo eficiente, que capacita seus profissionais nas melhores práticas e faz uso racional da força de trabalho e aplica intensivamente plataformas tecnológicas e serviços compartilhados nas atividades operacionais. Complementarmente, otimiza a infraestrutura e os contratos de tecnologia, buscando a redução do custo e ampliação da oferta de serviços.	Estratégia de Governo Digital

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)			
Código	Tipo	Iniciativa	Classe
5430.4	Operação	Serviços de segurança de rede multifuncional (Firewall de Próxima Geração (NGFW))	Licenciamento de direitos permanentes sobre programas de computador e locação de software

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição dos serviços como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste em melhorar a segurança da informação de nível operacional no âmbito da rede Fiocruz (Sede, unidades regionais e escritórios), auxiliando na prevenção de riscos e ameaças, tanto internas quanto externas, além da mitigação dos efeitos de potenciais ataques virtuais que possam comprometer os dados institucionais tratados na Unidade.

3.3. A solução também proporcionará melhoria na experiência do usuário na utilização de serviços que demandam conectividade WAN, bem como maior flexibilidade para contratação de diferentes meios de conectividade (MPLS, Internet, 4G, entre outros), possibilitando escolhas mais vantajosas para a Administração.

3.4. Com a contratação, são esperados os seguintes resultados ou benefícios, no mínimo:

- i. Controle efetivo do tráfego de dados através de regras de segurança;
- ii. Detecção e prevenção contra ameaças e tentativas de invasão;
- iii. Monitoramento e rastreabilidade das atividades de rede;
- iv. Manutenção de monitoramento abrangente e eficiente sobre acessos à internet e tráfego de dados na rede corporativa de computadores;
- v. Fornecimento de relatórios relacionados a todas as operações realizadas nos serviços, bem como atividades de rede;
- vi. Garantia de que a FIOCRUZ esteja aderente às melhores práticas nacionais e internacionais da área de Segurança da Informação, e em consonância com as normas vigentes.

3.5. O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas conclusões constantes do Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra este documento na condição de anexo III.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1. Requisitos de Negócio**

4.1.1. Garantir que a FIOCRUZ esteja aderente às melhores práticas nacionais e internacionais da área de Segurança da Informação, e em consonância com as normas vigentes;

4.1.2. A solução deverá proporcionar, até o fim da vigência do licenciamento contratado, a proteção ao negócio da Unidade através das funcionalidades de rede e segurança presentes e habilitadas de acordo com o licenciamento adquirido.

4.1.3. Todos os componentes de hardware da solução devem estar cobertos por garantia que permitam qualquer tipo de reparo, troca de peças e até mesmo troca completa dos equipamentos em caso de necessidade, sem ônus para a CONTRATANTE.

4.1.4. A solução deve fazer parte do catálogo de produtos comercializados e não ter sido descontinuada

4.1.5. A solução fornecida não deve estar relacionada em listas “end of sale”, “end of support” e “end of life” do site do fabricante.

4.1.6. Permitir a utilização de todas as funcionalidades, tecnologias e recursos especificados neste termo de maneira ininterrupta, irrestrita e sem necessidade de licenciamentos ou ônus adicionais durante o prazo de vigência do licenciamento.

4.1.7. Todas as licenças definitivas referentes aos softwares que venham a compor a solução devem estar em nome da CONTRATANTE, de forma legalizada, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”.

4.1.8. A solução deverá contar e ser fornecida com todos os componentes necessários à sua completa instalação, configuração e operação, bem como a respectiva garantia.

#### **4.2. Requisitos de Capacitação**

4.2.1. Deverão ser fornecidos todas as documentações e manuais técnicos completos necessários à instalação, configuração e operação da solução.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis

4.4. Requisitos de Manutenção

4.4.1. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.4.2. As manutenções serão realizadas conforme Ordem de Serviço enviados à CONTRATADA, considerando o serviço e prazos previstos.

4.4.3. O suporte técnico em GARANTIA deverá estar disponível para acionamento, no período de 24 horas, 07 dias por semana e 365 dias por ano. A Fiocruz tem serviços críticos e é necessário este suporte em tempo integral, mediante telefone, e-mail ou sistema informatizado. Não há a necessidade de plantões técnicos em eventos específicos (pesquisa, saúde e produção).

4.4.4. Deverá observar um Service Level Agreement (SLA), Acordo de Nível de Serviço para situações de falhas sistêmicas, com os seguintes níveis de severidade a serem classificados pela FIOCRUZ no ato de abertura de chamado, podendo também ser acordado entre as partes:

Severidade /SLA	Classificação	Tempo de Atendimento	Prazo de Resolução
ALTA	São consideradas como “ALTA” todas as falhas cujas consequências tenham impactos negativos e severos, gerando indisponibilidade sobre o serviço e o tráfego e/ou recursos. São situações que exijam atenção imediata. Exemplo: Situação de indisponibilidade total do equipamento, funcionamento intermitente ou parcial do equipamento, que possa levar à interrupção intermitente ou total de serviços ou perda de tráfego	O prazo para início do atendimento após registro formal da ocorrência será de 30 minutos	4,5 horas corridas com solução definitiva ou aplicação de medida de contorno que permita estabilização do ambiente para posterior solução definitiva
MEDIA	Problemas que não prejudica significativamente o funcionamento dos sistemas/serviços dos equipamentos. São problemas sérios ou perturbações, que afetam uma área específica ou determinada funcionalidade do equipamento. Configurações emergenciais para atender requisitos do negócio serão classificadas como média.  Exemplo: Reinicialização de módulos, slots ou portas com defeitos, degradação de desempenho, perda de funcionalidades,	O prazo para início do atendimento após o registro formal da ocorrência será de 30 minutos	O prazo para atendimento com solução definitiva será de 8,5 horas corridas

	bloqueios de tráfego indevidos, criação ou ajustes de políticas para atender demandas inesperadas		
BAIXA	Solicitação de informações sobre o funcionamento dos equipamentos, possíveis configurações ou usos, que não gerem interrupções, na indisponibilidade de determinada área ou uma funcionalidade específica.	O prazo para início do atendimento após registro formal da ocorrência será de 60 minutos	O prazo para atendimento com solução definitiva ou de contorno será de 48 horas corridas
EXCEPCIONAL	Rotinas e procedimentos que impliquem em necessidade de altíssima disponibilidade e performance, como resolução de problemas de dados complexos ou intervenções críticas programadas. Exige comunicação prévia de 5 (cinco) dias úteis.	Conforme pré-agendamento. Profissional de localização imediata disponível de forma ininterrupta (regime 24h) durante todo o evento.	Conforme pré-agendamento entre as partes. Atendimento continuado até a conclusão do processo ou resolução de intercorrências sistêmicas.

4.4.5. Apenas haverá exigência de intervenção presencial caso não exista possibilidade de solução através de suporte remoto e/ou troca de peças por parte do Fabricante.

4.4.6 O suporte será reativo e deverá cobrir falhas de Hardware, software, firmware, problemas de configuração, políticas estabelecidas, falhas de coleta, falhas de correção/análise, assim como alterações de regra, NAT, VPN e SD-WAN, VLANs, Port-security, NAC, integração Fortilink, mudanças de topologia, novos links e novos sites

4.4.7 O suporte deverá prover atualizações periódicas de firmware, conforme elas forem disponibilizadas pelo fabricante.

4.4.8 As horas de consultoria referem-se apenas a implantação. Dúvidas, manutenções preventivas, manutenções corretivas, alterações de regras e de topologia, atualizações de firmware, customização de relatórios etc., após a implantação, seja em firewalls, switches ou softwares serão consideradas atividades de suporte técnico.

4.4.9 Para ambientes classificados como alta disponibilidade (High Availability/HA), não serão exigidos equipamentos de cold ou warm spare. Para as demais unidades, ficará a critério da Contratada.

4.4.10 O suporte não cobrirá problemas de camadas 2/3 causados por terceiros, como core switch, movimentação física de cabos ou patch panels, problemas de desempenho (ingestão x storage), consumo de disco e alertas relacionados.

4.4.11 A troca avançada (Next Business Day ou 4h), em caso de falha de equipamento, deverá seguir o SLA de acordo com a criticidade do incidente.

4.4.12 Há a expectativa de geração de relatórios customizados de suporte.

4.4.13 O suporte é responsável por cuidar de incidentes de licenciamento (como expiração, mismatch de volume), dentro do SLA, durante o período de vigência do contrato.

4.4.14 O backup e a restauração da plataforma serão exercidos pela COGETIC.

4.4.15 O suporte contemplará a criação e manutenção de ADOMs (Administrative Domains) e troubleshooting de push de políticas, assim como o deploy centralizado de regras.

4.4.16 A contratada poderá ser acionada caso seja identificada pela equipe de Operações a necessidade de rollback emergencial de políticas.

- 4.4.17 A substituição de equipamentos em End of Life ou End of Support não precisará ocorrer imediatamente após anúncio do Fabricante, mas após este anúncio e em janela de tempo acordada com a contratada, em período anterior à perda do suporte. Não há exigência de não interrupção do serviço durante a troca.
- 4.4.18 A contratada poderá aceitar upgrade de modelo em caso de substituição, contanto que o substituto possua especificações técnicas mínimas compatíveis com o modelo substituído.
- 4.4.19 Para fins de suporte, serão consideradas como missão crítica todas as localidades que possuírem equipamentos operando em Alta Disponibilidade.
- 4.4.20 O suporte deverá seguir normas internas de ambiente hospitalar e biossegurança, durante a implantação e em casos de suporte presencial.
- 4.4.21 Deverá ser emitido um laudo técnico para cada OS emitida.
- 4.4.22 Após o Go Live, os ajustes evolutivos serão contemplados pelo suporte.
- 4.4.23. Após o Go Live, os ajustes contínuos não serão contemplados por Gerenciamento contínuo e banco de horas.
- 4.4.24. Incidentes repetitivos causados por decisões arquiteturais da contratante não serão cobertos pelo suporte.

4.5. Requisitos Temporais

- 4.5.1. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para a sede e de 07 dias corridos para as demais localidades, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE;
- 4.5.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 4.5.3. O prazo de início de atendimento para os chamados de suporte técnico e manutenção pela deverá ocorrer imediatamente após o recebimento em definitivo da implantação do serviço.
- 4.5.4. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.
- 4.5.5. Os serviços deverão ser executados 8 horas por dia (horário comercial) e semanalmente de segunda a sexta-feira, exceto feriados.
- 4.5.6. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Nº	DESCRIÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL
1	Assinatura do Contrato;	-	CONTRATADA e CONTRATANTE
2	Reunião de kick-off	Evento 1 + 3 Dias úteis	CONTRATADA e CONTRATANTE
3	Elaboração do projeto de Implantação	Evento 2 + 5 dias úteis	CONTRATADA
4	Aprovação do projeto de Implantação	Evento 3 + 5 dias úteis	CONTRATANTE

5	Implantação das soluções e ativação das licenças, com base no item XXX	Evento 4 + 30 dias úteis	CONTRATADA
6	Elaboração do Termo de Recebimento Provisório;	Evento 5 + 1 dia útil	CONTRATANTE
7	Testes de conformidade e autorização para emissão da Nota Fiscal/Fatura;	Evento 6 + 10 dias corridos	CONTRATANTE
8	Emissão da Nota Fiscal/Fatura;	Evento 7 + 5 dias corridos	CONTRATANTE
9	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo;	Evento 8 + 5 dias corridos	CONTRATANTE
10	Emissão de Ordem Bancária.	Evento 9 + 10 dias úteis	CONTRATANTE

#### 4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6.1. A CONTRATADA deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

- i. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE.
- ii. A CONTRATADA deverá assegurar durante a execução dos serviços a observância às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD - Lei 13.709, de 2018.
- iii. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações a serem tratadas no âmbito da prestação dos serviços.
- iv. A CONTRATADA deverá implementar medidas para garantir a proteção dos dados, antecipando ameaças à privacidade, à segurança e à integridade, prevenindo acesso não autorizado às informações disponibilizadas para prestação dos serviços de desenvolvimento e manutenção de software.
- v. A CONTRATADA deverá realizar eventuais correções de vulnerabilidades HIGH ou CRITICAL, sem custo adicional, desde que gerados por atualizações, manutenções ou novas funcionalidades executadas pela CONTRATADA.
- vi. A CONTRATADA deverá exigir dos seus empregados, quando em serviço presencial ou remoto para à CONTRATANTE, o uso obrigatório de identificação funcional.
- vii. Os serviços executados nas instalações da CONTRATADA ocorrerão por meio de acesso seguro Virtual Private Network (VPN) ao ambiente da Fundação Oswaldo Cruz.
- viii. A CONTRATADA deverá garantir a configuração das consoles de administração na solução de PAM (Privileged Access Management) da CONTRATANTE.
- ix. A CONTRATADA não poderá se utilizar da presente contratação para obter qualquer acesso não autorizado as informações de propriedade da CONTRATANTE.
- x. A CONTRATADA deverá identificar qualquer equipamento de sua propriedade que venha a ser instalado nas dependências da CONTRATANTE, utilizando placas de controle patrimonial, selos de segurança etc.
- xi. A CONTRATADA deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, bem como garantir que seus profissionais alocados na prestação dos serviços assinem o Termo de Ciência, conforme modelos constantes do Edital e seus anexos.

#### 4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7.1. Os produtos deverão observar as diretrizes sociais, ambientais e culturais previstas no art. 16, inciso I, alínea “g”, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, bem como, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e suas atualizações.

4.7.2. Durante a execução das atividades no ambiente da FIOCRUZ ou das demais instituições envolvidas, bem como durante reuniões presenciais ou remotas, os profissionais envolvidos deverão observar padrões adequados de conduta, urbanidade, discricção, cooperação, pontualidade, respeito mútuo e zelo pelo patrimônio público, devendo ainda portar identificação funcional, quando aplicável, em conformidade com as normas internas da CONTRATANTE e de suas unidades.

#### **4.8. Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.8.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.8.2. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.8.3. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.8.4. Licenciamento para os equipamentos citados na tabela item 1.1, incluindo para ambos os equipamentos do pacote de serviços FortiGuard na modalidade Unified Threat Protection (UTP) Bundle e todos os seus recursos. Destacam-se alguns desses recursos como exemplificação:

- i. 24x7 Forticare Support Services;
- ii. FirmWare & General Updates;
- iii. Application Control;
- iv. IPS;
- v. AntiVirus / Advanced Malware Protection;
- vi. Web Filtering,
- vii. Antispam Filtering;
- viii. FortiSandbox Cloud Services

4.8.5. Com o licenciamento dos equipamentos citados na tabela item 1.1, as seguintes funcionalidades mínimas devem ser garantidas:

- i. Apresentar funcionalidades de controle de aplicações que utilizam a rede de dados da unidade internet;
- ii. Apresentar funcionalidades de filtro de acesso a websites e demais serviços disponíveis na Internet;
- iii. Apresentar funcionalidades do tipo SandBox;
- iv. Apresentar funcionalidades para atuação como no mínimo uma primeira barreira contra tráfego de vírus e e-mails maliciosos;
- v. Apresentar funcionalidades para proteção contra ameaças específicas de dispositivos móveis;
- vi. Apresentar funcionalidades de prevenção de intrusão;
- vii. Apresentar funcionalidades de verificação de vulnerabilidades

#### **4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.9.1. A CONTRATADA deverá realizar uma análise da arquitetura atual (as is), para que se possa propor uma nova arquitetura (to be) focada nos controles de segurança e na melhoria do gerenciamento da infraestrutura da unidade correlata. Essa nova arquitetura deve ser aprovada previamente pela área de TI da unidade correlata.

4.9.2. Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento on-line ou on-site para discutir os procedimentos de instalação dos itens contratados.

4.9.3. A arquitetura *to be* deverá ser entregue para a unidade correlata em forma de projeto (com diagrama).

4.9.4. A janela de implantação deverá ser acordada com a unidade correlata.

4.9.5. A CONTRATADA deverá realizar um plano de *rollback* caso tenha falha na implantação da solução.

4.9.6. A transferência de conhecimento faz parte da fase de implementação.

- i. A implantação da Solução de TIC contratada compreende atividades como:
- ii. Instalação de licenças, caso necessário;
- iii. Instalação da solução (virtual ou *appliance* físico, no que couber);
- iv. Configuração de rede;
- v. Configuração de alta disponibilidade, no que couber;
- vi. Configuração de identificação de usuário;
- vii. Configuração das políticas de segurança;
- viii. Integração com demais soluções objetos da contratação;
- ix. Testes de validação da instalação e configuração.
- x. Entrega do projeto de arquitetura

#### **4.10. Requisitos de Implantação**

4.10.1. Todas as atividades necessárias à implantação e configuração da solução deverão ser obrigatoriamente de responsabilidade da CONTRATADA. Tais atividades estão relacionadas com todas as funcionalidades, licenciamentos, serviços, hardware e qualquer outro item que compõe a solução, podendo ser mencionados os seguintes exemplos: Instalação física e montagem em rack, instalação de todos os cabos e conectores necessários, energização, definição de topologia, configurações básicas ou avançadas da interface de gerência, instalação e atualização de firmware, instalação e configuração de máquinas virtuais, além de qualquer outra que se faça necessária para o pleno funcionamento da solução.

4.10.2. A CONTRATADA deverá fornecer “Plano de Implantação e Configuração da Solução”.

4.10.3. A CONTRATADA deverá indicar formalmente o(s) profissional(is) técnico(s) responsável(is) pela coordenação e execução de todos os trabalhos de implantação, os quais deverão participar de reuniões conjuntas de acompanhamento das atividades e estar presentes nas instalações da Unidade ou em outro endereço indicado pela CONTRATANTE, tanto para a execução das atividades quanto para o monitoramento da implantação;

4.10.4. Cronograma das atividades de Implantação, indicando e detalhando todas as ações, inclusive as que envolvam interrupção dos serviços prestados pela FIOCRUZ para execução em janela de implantação fora do horário comercial. As ações serão analisadas pelo gerenciamento de risco e mudança da CONTRATANTE, podendo ser agendadas em horário não comercial de baixo impacto para os usuários.

4.10.5. A CONTRATADA deverá fornecer documentação completa dos procedimentos de instalação e configuração dos componentes da solução de TIC contratada no ambiente da CONTRATANTE.

4.10.6. A CONTRATADA deverá fornecer a última versão disponível das licenças de uso dos softwares ofertados, observando as características, condições, quantidades e especificações constantes deste Termo.

4.10.7. Serão por conta da CONTRATADA as despesas com o frete, transporte, seguro e demais custos advindos da entrega dos produtos.

4.10.8. Constatada divergência em relação às especificações técnicas, defeitos de fabricação, falhas de componentes ou avarias decorrentes de transporte, entrega ou instalação, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, a substituição do equipamento por outro novo e em conformidade com o contratado, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados da notificação da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4.10.9. A CONTRATADA deverá realizar a implantação assistida, acompanhada pelos técnicos da CONTRATANTE.

4.10.10. A ocorrência de impactos no ambiente não planejados estará sujeita a aplicação de multas e glosas com base no disposto no contrato.

4.10.11. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e tempestivamente a CONTRATANTE, sobre quaisquer dos fatores que possam afetar o fornecimento da solução, impactando nos prazos, custos ou a qualidade do produto a serem entregues, quer esses fatores sejam provocados por ela ou pela CONTRATANTE, antecipadamente à ocorrência dos efeitos.

4.10.12. A CONTRATADA deverá realizar todos os testes necessários para confirmar e garantir o adequado funcionamento dos produtos instalados para só então concluir o projeto de implantação.

4.10.13. A CONTRATADA deverá realizar, às suas expensas, o transporte, a instalação e a configuração dos equipamentos e soluções contratados, presencialmente nas regionais da FioCruz, conforme relação de localidades e endereços abaixo:

UF	Identificação	Endereço
AM	ILMD	Rua Terezina - Adrianópolis, Manaus/AM CEP 69029-520
BA	IGM	Rua Waldemar Falcão - Candeal, Salvador/BA CEP 40296-710
CE	Fiocruz Ceará	Rua São José, S/N - Precabura, Eusébio/CE CEP 61.760-000
DF	GEREB	Avenida L3 Norte, S/N, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Brasília/DF, CEP 70904-130
MG	IRR	Avenida Olegário Maciel, Nº 2360 - Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30180-122
MS	Fiocruz Mato Grosso do Sul	Rua Gabriel Abrão, 92 - Jardim das Nações, Campo Grande/MS CEP 79081-746
PE	IAM	Avenida Professor Moraes Rego, S/N - Cidade Universitária, Recife/PE, CEP 50740-465
PI	Fiocruz Piauí	Avenida Higino Cunha, 1500 - Ilhotas, Teresina/PI CEP 64001-420
PR	ICC	Rua Professor Algacyr Munhoz Mader, 3775 - Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba/PR, CEP 81310-020
RJ	Del Castilho	R. Bpo. Lacerda, 25 - Del Castilho, Rio de Janeiro/RJ CEP 21051-120
RJ	Farmanguinhos	Av. Comandante Guaranys, 447 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ - Brasil CEP 22775-903
RJ	Fiocruz Sede	Avenida Brasil, 4365 - Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ CEP 21040-360
		Avenida Rui Barbosa, 716 - Flamengo, Rio de Janeiro/RJ

RJ	IFF	CEP: 22250-020
RJ	Mata Atlântica	Avenida Sampaio Corrêa, S/N - Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ CEP: 22713-560
RJ	Palácio de Itaboraí	Rua Visconde de Itaboraí, 188 - Petrópolis, Rio de Janeiro/RJ CEP 25.655-030
RJ	Paraty	Rua Dr. Pereira da Silva, 77 - Centro, Paraty/RJ CEP 23970-000
RJ	Centro de Pesquisa	Av. Brasil, 4036 - Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ CEP 21040-361
RJ	IFF/Hospital da Lagoa	R. Jardim Botânico, 501 - Lagoa, Rio de Janeiro - RJ CEP 22470-050
RO	Fiocruz Rondônia	Rua da Beira, 7671 - Lagoa, Porto Velho/RO CEP 76812-245

4.10.14. A CONTRATADA deverá, na fase de implementação da solução, observar e utilizar como referência a planilha constante do ANEXO III, citada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), garantindo a aderência às especificações ali estabelecidas.

#### 4.11. Requisitos de Garantia

4.11.1. O prazo de garantia técnica da solução será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.11.2. A garantia deverá contemplar correção de defeitos de hardware e software, substituição de peças, atualização corretiva de firmware e substituição integral de equipamentos defeituosos, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.11.3. A substituição de componentes ou equipamentos defeituosos deverá observar os níveis mínimos de serviço (SLA) estabelecidos no item 4.4 deste Termo de Referência.

4.11.4. Durante o período de garantia, deverão ser disponibilizadas correções, patches e versões estáveis necessárias ao funcionamento da solução.

4.11.5. Os serviços de suporte técnico operacional, abertura de chamados, atendimento remoto/presencial e manutenção preventiva/corretiva observarão as disposições constantes no item 4.4 deste Termo de Referência.

4.11.6 Para cada Ordem de Serviço concluída deverá ser emitido termo de aceite pela COGETIC.

#### 4.12. Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1. A execução dos serviços técnicos especializados deverá ser realizada por profissional certificado pelo fabricante da solução, sendo indispensável apresentação de documentação original do fabricante que comprove a validade da certificação quando solicitada pela CONTRATANTE a qualquer momento.

4.12.2. Os serviços técnicos deverão sempre ser executados por profissionais que detenham os conhecimentos requeridos para a execução dos serviços detalhados em Ordem de Serviços ou Chamados Técnicos.

4.12.3. O técnico deve possuir experiência mínima de três anos no suporte à solução.

#### **4.13. Requisitos de Formação da Equipe**

4.13.1. A CONTRATADA deverá possuir, no momento do início da execução, profissionais habilitados tecnicamente.

4.13.2. Deverá contar com, no mínimo, 02 (dois) profissionais certificados pelo fabricante (NSE 4 ou equivalente).

4.13.3. A comprovação de vínculo profissional poderá ser feita mediante CTPS, contrato de prestação de serviços, contrato social ou declaração de contratação futura, conforme entendimento do TCU.

4.13.4. A equipe da CONTRATADA atuará em conjunto com a equipe técnica da CONTRATANTE na instalação.

4.13.5. Os demais atendimentos deverão ser executados por profissionais devidamente autorizados, capacitados e identificados pela CONTRATADA.

4.13.6. Todos os profissionais que venham a prestar serviços no âmbito da presente contratação deverão atender aos critérios de qualificação técnica para habilitação definidos neste TR.

#### **4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho, Governança, Segurança da Informação e Privacidade**

4.14.1. A execução dos serviços deverá observar metodologia formal de implantação, suporte e transição operacional, a ser aprovada pela CONTRATANTE, contemplando planejamento, documentação técnica, testes, validação e transferência de conhecimento.

4.14.2. A CONTRATADA deverá possuir Política de Segurança da Informação (POSIN), ou equivalente, aderente à Portaria SGD/MGI nº 852/2023, incluindo diretrizes de proteção de dados pessoais vigentes e atualizadas.

4.14.3. A CONTRATADA realizará, em conjunto com a CONTRATANTE, análise de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), quando aplicável, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

4.14.4. A CONTRATADA deverá possuir Plano de Continuidade Operacional e Plano de Contingência relacionados ao objeto contratado, garantindo a continuidade dos serviços em situações de indisponibilidade, incidentes ou desastres.

4.14.5. É vedado à CONTRATADA obter, capturar, copiar, armazenar ou transferir qualquer tipo de informação de propriedade da CONTRATANTE sem autorização formal.

4.14.6. Os dados, informações, bancos de dados e demais ativos produzidos ou tratados no âmbito da contratação permanecerão sob titularidade da CONTRATANTE.

4.14.7. A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre todas as informações acessadas em razão da execução contratual, sendo vedada sua divulgação ou compartilhamento sem autorização expressa da CONTRATANTE.

4.14.8. A CONTRATADA deverá observar integralmente a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e privacidade durante toda a execução contratual.

#### **4.15. Vistoria**

4.15.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

#### **4.16. Sustentabilidade**

4.16.1. A CONTRATADA deverá providenciar a logística reversa de produtos e equipamentos sob sua responsabilidade para descarte de peças defeituosas, de embalagens e de recipientes vazios dos produtos utilizados, observando as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive:

- i. Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010 (critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela APF);
- ii. Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- iii. Decreto nº 10.240, de 12 de fevereiro de 2020 (sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico);
- iv. Decreto nº 10.936/2022 (Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos).

#### 4.17. Garantia da Contratação

4.17.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### 4.18. Informações relevantes para apresentação da proposta

4.18.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.18.1.1. Foi realizada uma pesquisa com todas as áreas de TIC (unidade ou escritório regional), solicitando as seguintes informações variáveis técnicas e operacionais fundamentais, tais como:

- i. Quantidade de usuários com acesso à internet;
- ii. Quantidade de usuários na rede corporativa;
- iii. Quantidade de alunos vinculados às unidades;
- iv. Número de usuários com acesso via VPN;
- v. Velocidade do link principal de internet;
- vi. Velocidade do link de redundância, quando disponível.

4.18.2. O resultado dessa pesquisa pode ser verificado na planilha Contratação de Firewall\_NGFW – Original.xls em anexo

4.18.3. Para o correto dimensionamento e apresentação das propostas, foi desenvolvida uma planilha (Anexos Contratação de Firewall\_NGFW – Fortinet.xls) detalhada, considerando as necessidades específicas de cada unidade ou escritório da Fiocruz, prevendo o reaproveitamento de equipamentos Fortinet já existentes. Foram incluídos os custos de suporte e licenciamento desses dispositivos, bem como os investimentos necessários para atualização dos demais equipamentos, garantindo suporte e licenciamento.

4.18.4. Essa planilha foi enviada para parceiros autorizados do fabricante Fortinet onde, através de propostas comerciais obtidas, foram definidos os seguintes modelos de referência para cada item objeto do escopo dessa contratação, conforme tabela abaixo.

4.18.5. Tais modelos de referência representam os requisitos técnicos e de qualidade mínimos a serem fornecidos.

4.18.6. As especificações técnicas detalhadas podem ser obtidas no ANEXO III deste Termo de Referência.

Item	Descrição	Métrica	Quantidade	Modelo de Referência
1	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 1 Gbps  (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	5	Fortigate FGT-70G ou superior

2	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 10 Gbps  (Licenciamento + Suporte)	unidade	2	Fortigate FGT-100F  (equipamentos reaproveitados)
3	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 10 Gbps  (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	6	Fortigate FGT-120G ou superior
4	Serviço de Firewall NGFW 5 GBps* – Interface de 10 Gbps  (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	4	Fortigate FGT-200G ou superior
5	Serviço de Firewall NGFW 10 GBps* – Interface de 40 Gbps  (Licenciamento + Suporte)	unidade	3	Fortigate FGT-2200E  (equipamentos reaproveitados)
6	Serviço de Firewall NGFW 10 GBps* – Interface de 40 Gbps  (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	1	Fortigate FGT-1000F ou superior
7	Serviço de Firewall NGFW 25 GBps* – Interface de 100 Gbps  (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	4	Fortigate FGT-2600F ou superior
8	Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 1/10 Gbps	unidade	5	Fortiswitch FS-1048E ou superior

	(Equipamento + Licenciamento + Suporte)			
9	Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 10/25 Gbps  (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	3	Fortiswitch FS-2048F ou superior
10	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Coletor  (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	unidade	1	FortiAnalyzer - Collector Mode
11	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Licenciamento + Suporte)	unidade	1	FortiAnalyzer - Analyzer Mode  (instância já existente)
12	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	unidade	1	FortiAnalyzer - Analyzer Mode
13	Serviço de plataforma de gerenciamento centralizado dos dispositivos (Firewall/ NGFW e Switches)  (Licenciamento + Suporte)	unidade	1	FortiManager  (instância já existente)

14	Consultoria de implantação	horas	350	1) Consultoria para implementação de toda a solução contratada Duração total de, no mínimo, 350 horas	2)
15	Treinamento (duração total de 40h)	unidade	10	1) Passagem de conhecimento in company de toda a solução contratada Duração total de, no mínimo, 40 horas	2)

#### 4.19. Da exigência de carta de solidariedade

4.19.1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.19.2. Justifica-se a exigência para assegurar o suporte direto do fabricante e a continuidade das atualizações de segurança.

#### 4.20. Subcontratação

4.20.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

#### 5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando aplicável;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC, incluindo eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos, cuja criação ou alteração seja, objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.1.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.1.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

5.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA para a adequada execução dos serviços contratados.

5.1.12. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

- i. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- ii. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- iii. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

## **5.2. São obrigações da CONTRATADA:**

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, com o repasse de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso;

5.2.10. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.2.11. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade. O prazo de entrega terá como marco inicial a abertura da Ordem de Serviço.

5.2.12. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

5.2.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

5.2.14. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.2.15. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);

5.2.16. A CONTRATADA deverá disponibilizar em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, preferencialmente, em sítio eletrônico as informações referentes ao encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados em relação ao objeto deste Termos de Referência, nos termos do art. 41 da Lei nº 13.709, de 2018;

5.2.17. Executar o objeto contratual conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

5.2.18. Fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade adequadas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.2.19. Fornecer, sempre que solicitado, amostra para a realização de Homologação do Bem para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;

5.2.20. Entregar os equipamentos nos endereços vinculados aos CNPJs da CONTRATANTE, conforme as OFBs;

5.2.21. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.2.22. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

5.2.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.2.24. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato nos seguintes prazos, a contar de sua solicitação:

5.2.24.1. em até 2 dias úteis nas capitais;

5.2.24.2. em até 4 dias úteis nas demais localidades;

5.2.25. Ter conhecimento do Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas aos contratos a serem firmados;

5.2.26. Apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos bens fornecidos, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela CONTRATANTE;

5.2.27. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência;

5.2.28. Responsabilizar-se pelo cumprimento por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

5.2.29. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por quaisquer problemas relacionados ao fiel cumprimento do contrato;

5.2.30. Caso o problema de funcionamento do bem e ou serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará para a CONTRATANTE as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

5.2.31. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica aos equipamentos fornecidos, sem ônus para a CONTRATANTE, realizando o reparo ou substituição em caso de defeito não decorrente de mau uso. Nos casos que impliquem indisponibilidade da solução, os prazos de solução e substituição deverão observar o SLA, conforme a severidade do incidente, devendo o equipamento substituto ser entregue, instalado e colocado em funcionamento dentro do prazo estabelecido.

5.2.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento dos equipamentos e prestação dos serviços de suporte e garantia, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, resguardado o devido processo legal, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 5.2.33. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;
- 5.2.34. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram à CONTRATADA, independente de solicitação;
- 5.2.35. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários
- 5.2.36. Sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam, acréscimos ou supressões se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;
- 5.2.37. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 5.2.38. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 5.2.39. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 5.2.40. Cumprir outras obrigações que se apliquem, de acordo com o objeto da contratação;
- 5.2.41. Se responsabilizar por todos impostos, fretes, seguros e demais despesas advindas das entregas dos equipamentos em cada localidade relacionada neste Termo.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. Condições de execução**

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1.1. A execução do objeto terá início em até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, mediante emissão da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE, quando aplicável.

6.1.2. Os procedimentos acordados deverão ser registrados de maneira formal, seja através de ata de reunião ou outro artefato de fiscalização e deverá ser assinado, no mínimo, pela equipe de fiscalização da CONTRATANTE e pelo Preposto da CONTRATADA.

6.1.3. Após a entrega e ativação dos licenciamentos definitivos referentes aos itens 1, 2 e 3 do objeto, bem como dos artefatos que se façam necessários à comprovação dos licenciamentos, a CONTRATANTE emitirá o respectivo Termo de Recebimento Provisório.

6.1.4. Os serviços de suporte técnico, manutenção e garantia prestados pela CONTRATADA terão início na mesma data de ativação dos licenciamentos definitivos dos equipamentos.

6.1.5. Os equipamentos deverão ser entregues com as respectivas licenças definitivas devidamente aplicadas, ativadas e em pleno funcionamento.

6.1.6. Para os softwares, as licenças deverão ser aplicadas no momento da instalação dos respectivos softwares.

6.1.7. Somente após as verificações de conformidade dos licenciamentos e correto funcionamento da solução e de todos seus componentes, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

6.1.8. Todas as atividades necessárias à implantação e configuração da solução e seus serviços deverão ser obrigatoriamente de responsabilidade da CONTRATADA.

6.1.9. A CONTRATADA deverá fornecer “Plano de Implantação e Configuração” referente aos itens do objeto que apresentarem tal necessidade, contendo no mínimo as seguintes informações:

6.1.10. Indicação do(s) técnico(s) da CONTRATADA que deverá(ão) ficar responsável(is) pela coordenação de todos os trabalhos de implantação dos serviços e que deverá(ão) estar presente(s) nas instalações da CONTRATANTE, ou outro endereço designado pela Fiocruz, para reuniões conjuntas de acompanhamento das atividades de implantação realizadas, com a equipe técnica indicada pela CONTRATANTE, sempre que requisitado;

6.1.11. Cronograma das atividades de Implantação, indicando também as ações que envolvam interrupção dos serviços prestados da FIOCRUZ para execução em janela de implantação fora do horário comercial. As ações serão analisadas pelo gerenciamento de risco e mudança da CONTRATANTE, podendo ser agendadas em horário não comercial de baixo impacto para os usuários.

6.1.12. Devem ser observados os prazos de garantia dos bens fornecidos e dos serviços de suporte técnico prestados mesmo após o término da vigência contratual.

6.1.13. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.1.14. Antes do envio do equipamento, a CONTRATANTE deverá confirmar com o gestor da Unidade correlata o endereço completo da entrega e instalação.

6.1.15. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE quando da entrega dos equipamentos com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência, ficando a CONTRATADA responsável pelo transporte e entrega dos equipamentos.

6.1.16. Fica a critério da CONTRATANTE definir o horário de instalação e configuração dos equipamentos, podendo tais procedimentos serem executados em feriados ou finais de semana e em horário noturno, em janela a ser definida pela CONTRATADA.

6.1.17. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários à instalação completa, à configuração e ao perfeito funcionamento da totalidade dos equipamentos e funcionalidades adquiridas.

6.1.18. A CONTRATADA deverá apresentar na proposta canais de contato, como telefone e e-mail, além de outros casos existam.

6.1.19. Para o dimensionamento da proposta comercial da Licitante devem ser observados todos os requisitos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.1.20. A proposta comercial da Licitante deverá conter o nível de detalhamento suficiente para que não existam dúvidas, bem como catálogos ou prospectos anexados, correspondentes aos produtos ofertados com descrição detalhada dos itens, sob pena de desclassificação pelo não cumprimento deste item.

## **6.2. Local e horário da prestação dos serviços:**

6.2.1. Os serviços serão prestados nos endereços constantes na tabela do item 4.45, dentro de horário de expediente da Fiocruz e em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira das 08h as 17h.

## **6.3. Rotinas a serem cumpridas**

6.3.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- i. Analisar o ambiente de rede atual, o volume de tráfego, o número de usuários e os riscos de segurança existentes para determinar a capacidade e os recursos necessários para o novo firewall.
- ii. Documentar a viabilidade técnica e econômica da contratação, demonstrando os problemas a serem resolvidos e as soluções de mercado identificadas.
- iii. Estabelecer as regras e políticas de segurança que o NGFW deverá aplicar, como controle de aplicações, prevenção de intrusão (IPS), inspeção de tráfego SSL/TLS e filtragem de conteúdo.
- iv. Identificar e gerenciar os riscos associados à implementação da nova solução, como possíveis paradas de serviço ou falhas de integração.

## **6.4. Materiais a serem disponibilizados**

6.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- i. Fornecimento de novos appliances físicos FortiGate, com capacidade adequada para o tráfego atual e escalabilidade futura, considerando redundância e alta disponibilidade (HA, metodologia a ser definida durante a implantação), no mínimo para as seguintes unidades: Fiocruz/Sede, Ficoruz/Ceará, IFF, Hospital da Lagoa/HFL;
- ii. Equipamentos com suporte a funcionalidades NGFW integradas (antivírus, antispam, IPS, web filtering, application control, SSL inspection, SD-WAN, entre outras);
- iii. Suporte a autenticação com Active Directory e RADIUS, integração com SIEM, balanceamento de links e segmentação de rede via VLAN e VDOMs;
- iv. Serviço de instalação física e lógica dos novos equipamentos, incluindo montagem em rack, cabeamento, energização e conexão aos ativos de rede existentes;
- v. Configuração inicial e avançada dos recursos NGFW, com migração de regras, políticas de segurança, NAT, VPNs, perfis de inspeção e demais parâmetros do firewall atual;
- vi. Integração com sistemas já utilizados pela instituição, como plataformas de autenticação (AD, LDAP), servidores de logs, sistemas de monitoramento (ex.: Zabbix), soluções de SIEM e controle de banda;
- vii. Testes de conectividade, inspeção SSL, failover de links, failover de equipamentos (HA) e demais procedimentos operacionais essenciais;
- viii. Elaboração e entrega de documentação técnica detalhada, com diagramas, parâmetros e rotinas operacionais;
- ix. Treinamento operacional da equipe técnica interna, caso necessário, para operação, monitoramento e gestão dos novos ativos.

## **6.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

6.5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- i. Proteger o perímetro da rede institucional por meio de solução Firewall de Próxima Geração (NGFW – Next Generation Firewall)
- ii. Garantir atualizações constantes de assinaturas e funcionalidades para conter ameaças digitais emergentes;
- iii. Integrar e gerenciar equipamentos já implantados em unidades distribuídas da Fiocruz;
- iv. Garantir capacidade de processamento suficiente para inspeção de todo o tráfego de rede (inbound e outbound);
- v. Reagir automaticamente a ataques, permitindo também a atuação dos analistas de segurança;
- vi. Promover integração entre os dispositivos de segurança e a plataforma de relatórios.
- vii. Aprimorar a segurança das redes e seus ativos, minimizando os riscos de interrupção dos serviços de TI essenciais ao funcionamento da organização.
- viii. Prover conexão segura por meio de VPN para os serviços internos dos órgãos, especialmente para usuários em regime de trabalho remoto ou híbrido, garantindo a continuidade operacional.
- ix. Evoluir a maturidade das soluções de segurança de forma geral para Fiocruz e suas unidades regionais e escritórios,
- x. Proporcionando maior padronização das soluções e melhor governança do processo.

## **6.6. Formas de transferência de conhecimento**

6.6.1. A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:

- i. A contratada deve fornecer treinamento técnico-operacional para um número especificado de membros da equipe da contratante (servidores ou empregados). Este treinamento pode ser presencial, remoto, ou no formato "hands-on" (prático), a critério da contratada, porém previamente combinado com a contratante.
- ii. A equipe da contratante deve participar diretamente de todas as etapas de implantação, configuração e migração do ambiente, permitindo o aprendizado prático e a familiarização com a solução.
- iii. A contratada deve entregar documentação técnica detalhada, incluindo manuais, procedimentos, configurações realizadas ("as-built"), diagramas de rede e planos de manutenção. Essa documentação serve como base de conhecimento e referência futura.
- iv. A falta ou a execução inadequada da transferência de conhecimento pode ser caracterizada como inexecução contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas.
- v. a transferência de conhecimento é considerada parte integrante do objeto do contrato e não deve gerar custos adicionais para a contratante, a menos que especificado de outra forma.
- vi. O nível esperado do treinamento é o Técnico-Operacional, com base no ambiente implantado. Tal treinamento deverá ter material em português, com gravação das sessões e também uma avaliação ou certificação aprovadas pela contratada como evidência de aceite.

## **6.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.7.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

- i. Notificação formal e em tempo hábil do término do contrato ao fornecedor atual e, se aplicável, ao novo fornecedor.
- ii. O contratado atual deve realizar a transferência de conhecimento e técnicas empregadas para a equipe do contratante ou para a nova empresa contratada, incluindo a capacitação técnica necessária para a operação e manutenção da solução NGFW.
- iii. O fornecedor deve entregar todas as versões finais de produtos, documentação técnica, manuais, configurações do NGFW e quaisquer outros materiais pertinentes.
- iv. Devolução de quaisquer equipamentos, acessos, credenciais ou outros recursos da Administração Pública que estavam sob a custódia do contratado.
- v. A equipe de fiscalização e gestão do contrato verifica se todos os procedimentos foram cumpridos e se os produtos e conhecimentos transferidos atendem aos requisitos, culminando no recebimento definitivo do objeto e na emissão do relatório final.

## **6.8. Mecanismos formais de comunicação**

6.8.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

- i. Ordem de serviço;
- ii. Ata de reunião;
- iii. Ofício;
- iv. Sistema de abertura de chamados;
- v. E-mails e cartas;
- vi. Arquivos de gravação ou reuniões por videoconferência (essas reuniões serão gravadas a critério da CONTRATANTE);
- vii. Aplicativos de comunicação instantânea ou qualquer outra ferramenta de comunicação adotada pela CONTRATANTE.

## **6.9. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.9.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

6.9.2. O Termo de Compromisso contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e os Termos de Ciência, a serem assinado pelos empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I e II deste Termo de Referência.

# **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

7.6. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

7.7. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.8. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 2017, quando for o caso.

7.9. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.

7.10. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7.11. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei Nº 14.133, de 1º de Abril DE 2021.

7.12. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei Nº 14.133, de 1º de Abril DE 2021.

7.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

7.14. A fiscalização do contrato será realizada por servidor da CONTRATANTE.

7.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei Nº 14.133, de 1º de Abril DE 2021.

7.16. Os objetos licitados deverão ser recebidos, mediante documento (Termo de Recebimento), da seguinte forma:

- a. De forma provisória (TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO) após a instalação da solução: O objeto será recebido provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- b. De forma definitiva (TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO) no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a verificação pela CONTRATANTE, de que:
  - I. A documentação técnica da instalação foi entregue à comissão designada pela CONTRATANTE.
  - II. A Solução de Tecnologia da Informação foi entregue e instalada, atendendo às especificações contidas neste Termo de Referência.

7.17. A aceitação da execução do objeto da contratação ficará a cargo da equipe de fiscalização, segundo os procedimentos previstos neste Termo de Referência.

7.17. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.18. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.19. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.20. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **7.21. Preposto**

7.21.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.21.2. A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de instalação física dos equipamentos, permanecendo disponível remotamente após esse período para atendimento de chamados e resolução de problemas.

7.21.3. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA, hipótese em que deverá ser apresentada nova indicação no prazo estabelecido pela fiscalização do contrato.

#### **7.22. Reunião Inicial**

7.22.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.22.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em data a ser combinada entre as partes, após a assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE, e podendo ser realizada de forma remota e/ou presencial.

7.22.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- i. Presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu preposto;
- ii. Entrega, por parte da CONTRATADA, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- iii. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- iv. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- v. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

#### **7.23. Rotinas de Fiscalização**

7.23.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

#### **7.24. Fiscalização Técnica**

7.24.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.24.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.24.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.24.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.24.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.24.6. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.24.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.24.8. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII). Não está prevista renovação automática ao final do contrato.

7.24.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **7.25. Fiscalização Administrativa**

7.25.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.25.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

## **7.26. Gestor do Contrato**

7.26.1. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

- i. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- ii. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- iii. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- iv. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- v. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

- vi. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- vii. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.26.2. O gestor do contrato deverá receber e dar encaminhamento imediato:

- i. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- ii. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto nessa seção.

IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o tempo de atraso na prestação dos serviços constantes na Ordem de Serviço.
Meta a cumprir	IAP igual ou superior a (90) %.
Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade atendida dentro do prazo em relação à quantidade total atendida no período de referência.
Periodicidade	Mensal
	<div><b><math>IAP = 100 * (\Sigma Q_{tap} / \Sigma Q_{tr})</math></b></div> <div>Onde:</div> <div>IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço;</div>

<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	<p><math>\Sigma Q_{tap}</math> = Somatório do quantitativo de Ordens de Serviço atendidas dentro do prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência, com previsão de encerramento para o período de referência;</p> <p>Qtr = Somatório do quantitativo de Ordens de Serviço totais realizadas com previsão de encerramento para o período de referência.</p>
<b>Observações</b>	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OS.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	<p>IAP <math>\geq</math> 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAP <math>\geq</math> 80% e <math>&lt;</math> 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAP <math>\geq</math> 70% e <math>&lt;</math> 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAP <math>&lt;</math> 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p>

8.2. São critérios de medição para efeito de pagamento referente aos itens 1, 2 e 3:

Eventos	Documentos	Valor
Entrega e ativação dos licenciamentos referentes aos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 do objeto deste Termo de Referência	Termo de Recebimento Provisório	Valor total referente aos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13, conforme valores constantes da proposta comercial / contrato.
Implantação e Configuração da solução completa.	Plano de Implantação e Configuração	
Testes e homologação	Termo de Recebimento Definitivo	

8.3. São critérios de medição para efeito de pagamento referente ao item 4:

Eventos	Documentos	Valor

Auditoria	Relatório dos Serviços prestados ao longo do período de um mês	Valor total referente ao pagamento mensal, ou valor ajustado após a aplicação das penalidades, caso existam para o período.
-----------	--	---

8.4. A Fiscalização ou Gestão contratual da CONTRATANTE poderá solicitar a qualquer tempo relatório dos atendimentos realizados para fins de auditoria de conformidade de prestação dos serviços contratados e/ou análise para ateste dos serviços objetivando o pagamento dos serviços.

8.5. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo nas sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- I. Não produzir os resultados acordados.
- II. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- III. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demanda.

## Recebimento

8.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.13. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

- 8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 8.19. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 8.20. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 8.21. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 8.22. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.23. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 8.24. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.25. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.26. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

- 8.27. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.
- 8.28. Para fins de recebimento do serviço, no mínimo, os seguintes testes deverão ser realizados:
- I. Abertura de chamado junto ao suporte técnico usando ao menos um mecanismo de comunicação (telefone/e-mail) informado pela CONTRATADA.
  - II. Teste de bloqueio de páginas Web e aplicações.
  - III. Teste de VPN Client-to-Site.
  - IV. Teste de bloqueio com a inspeção de tráfego SLL habilitada.
  - V. Consulta de informações oriundas dos equipamentos localizados nas demais unidades e emissão dos relatórios existentes e que deverão ser migrados/desenvolvidos pela CONTRATADA;
  - VI. A critério da equipe de fiscalização, poderão ser realizados outros testes que sejam necessários para certificar a conformidade do serviço realizado.

### **Liquidação**

8.29. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.30. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.31. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. o prazo de validade;
- II. a data da emissão;
- III. os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV. o período respectivo de execução do contrato;
- V. o valor a pagar; e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.32. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus aa CONTRATANTE;

8.33. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.34. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

8.35. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.36. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.37. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

8.38. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

8.39. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.40. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula :

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6 /100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de pagamento

- 8.41. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.
- 8.42. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.43. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.44. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.45. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

- 8.46. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, realizado em 08/05/2026.
- 8.47. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.48. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.49. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

8.50. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.51. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.52. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.53. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

8.54. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.55. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.56. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.57. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.58. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.59. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Níveis Mínimos de Serviços Exigidos**

8.60. O principal instrumento para avaliação da qualidade dos produtos e serviços entregues será o estabelecimento de Acordo de Nível de Serviço (ANS) entre a CONTRATANTE e as empresas contratadas, em atendimento às diretrizes dispostas na IN 94/2022 SGD/MGI. A CONTRATANTE irá monitorar e medir os Níveis Mínimos de Serviço (NMS) e garantir que sejam mantidos com base nos parâmetros que orientam a medição para cada tipo de serviço contratado, como qualidade, cronograma e produtividade. Durante a execução do contrato, a CONTRATANTE, sempre que julgar conveniente e oportuno, revisará os padrões mínimos de qualidade, com o objetivo de adequação à realidade da execução contratual.

8.61. O serviço executado deverá atender ao acordo de nível de serviço apresentados a seguir. A CONTRATADA estará sujeita, garantido o contraditório e a ampla defesa, às sanções administrativas, em função do indicador obtidos abaixo da faixa de ajuste. A aplicação dos ajustes do pagamento não exclui a aplicação de multas e sanções previstas neste documento.

8.62. A tabela abaixo apresenta o Acordo de Níveis de Serviço (ANS):

Severidade	Impacto	1º Atendimento	1. Resolução
Alta	Problemas que afetam ou que possam vir a afetar de forma crítica o serviço de Internet, causando parada nos serviços prestados pelas unidades	Em até 30 minutos a partir da abertura da Ordem de Serviço	Promover um esforço concentrado remotamente e/ou presencialmente, com vistas a aplicar as medidas corretivas necessárias em até 3 horas a partir do início do atendimento
Média	Problemas ou dúvidas graves, que afetam ou que possam vir a afetar os serviços das unidades , representando um alto risco de parada, parcial ou total dos serviços que dependem de acesso à rede	Em até 1 hora a partir da abertura da Ordem de Serviço	Promover um esforço concentrado remotamente e/ou presencialmente, com vistas a aplicar as medidas corretivas necessárias em até 6 horas a partir do início do atendimento
Baixa	Problemas ou dúvidas que criam algumas restrições à operação da ferramenta, mas que representam baixo risco de parada, parcial ou total, de impacto sobre a produtividade ou disponibilidade do serviço	Em até 2 horas partir da abertura da Ordem de Serviço	Promover um esforço concentrado remotamente e/ou presencialmente, com vistas a aplicar as medidas corretivas necessárias em até 12 horas a partir do início do atendimento.

8.63. Entende-se como início de atendimento o momento em que o profissional da CONTRADADA inicia o suporte técnico e promove um esforço contínuo para solução do problema;

8.64. nível de severidade será informado pela Fiocruz no momento da abertura da Ordem de Serviço;

8.65. O nível de severidade poderá ser reclassificado a critério da Fiocruz. Caso isso ocorra haverá o início de nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade;

8.66. Todas as solicitações de suporte técnico devem ser registradas pela CONTRATADA para acompanhamento e controle da execução do serviço;

8.67. Uma Ordem de Serviço somente poderá ser fechada após confirmação do responsável da Fiocruz;

8.68. A CONTRADADA será eximida da aplicação das sanções administrativas para as respectivas ordens de serviço em que sejam descumpridos os tempos de solução, desde que comprovadas as seguintes situações:

- a) Quando constatado que o problema está relacionado a “bug” no produto e que o fabricante não possui correção imediata para tal, sendo este fato declarado pelo próprio.
- b) Que a CONTRATADA tomou todas as medidas possíveis visando providenciar solução de contorno.
- c)Caberá a Fiocruz aceitar as justificativas sobre o descumprimento dos prazos.

Da Natureza dos Serviços e Faturamento

8.69. Os serviços que compõem este Termo de Referência estão divididos em duas categorias de execução:

- I – Serviços de Execução Única (Itens 14 e 15): correspondem aos serviços de Consultoria de Implantação e Treinamento, possuindo natureza pontual. Serão considerados integralmente executados após o aceite definitivo da implantação do ambiente e a conclusão da carga horária do treinamento, respectivamente. O pagamento ocorrerá em parcela única, após a liquidação dos serviços.
- II – Serviços de Natureza Contínua (Itens 1 a 13): correspondem aos serviços de licenciamento, suporte e fornecimento de equipamentos (NGFW e Switches), possuindo execução continuada. O faturamento ocorrerá em parcelas mensais ao longo dos 24 (vinte e quatro) meses de vigência contratual, garantindo a disponibilidade, suporte e atualização da infraestrutura de segurança.

8.70. A distribuição dos quantitativos por unidade da Fiocruz encontra-se detalhada no ANEXO IV – Quantitativo Local x Serviço.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, conforme a tabela abaixo:

ID	Ocorrência	Glosa/Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar os serviços previstos no objeto da contratação.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrato.
6		Multa de até 3% sobre o valor total do Contrato.

	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	
7	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência	Advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 1% do valor referente a parcela mensal apurada do Contrato.
8	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da CONTRATANTE.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato.
9	Não disponibilizar o(s) profissional(is) que irão desempenhar os serviços com os requisitos mínimos de experiência e formação profissional no prazo máximo definido na Ordem de Serviço, salvo quando comprovadamente justificado pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.	Multa de 1% do valor total do perfil profissional associado ao serviço objeto da OS por dia corrido de atraso, limitado a 30%.
10	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 10% do valor referente a parcela mensal apurada do Contrato.
12	Preposto não agir em resposta às solicitações da CONTRATANTE no prazo máximo de duas horas estabelecido neste Termo de Referência	Advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 1% do valor referente a parcela mensal apurada do Contrato.
13	No caso de atraso na entrega ou inexecução do contrato	Notificação;

		<p>Advertência;</p> <p>Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;</p> <p>Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;</p> <p>Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;</p> <p>Rescisão do Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.</p>
--	--	--

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a CONTRATADA:

- i. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- ii. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- iii. Cometer infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
  - a. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c. der causa à inexecução total do contrato;
  - d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.3. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- iv. Multa;

- v. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia
- vi. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.11. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.12. Na aplicação das sanções serão considerados:

- i. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- ii. as peculiaridades do caso concreto;
- iii. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- iv. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- v. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.18. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9.19. Faixas de ajuste no pagamento e Sanções

IAI – INDICADOR DE ATRASO DE INÍCIO DO ATENDIMENTO DA OS		
Finalidade	Medir o tempo de atraso no início do atendimento da Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir	IAI < = 0	A meta definida visa garantir o início do atendimento das Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através de relatório extraído pela contratada na ferramenta de gerenciamento das ordens de serviço.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS.  Será subtraída a data/hora de início do atendimento da OS pela data /hora de abertura da OS.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	IAI = (TIA – TEI)/TEI  Onde:  IAI – Indicador de Atraso de Início do atendimento da OS;  TIA – Tempo de Início do Atendimento – tempo transcorrido desde a abertura da OS até o início efetivo do atendimento.  TEI– Tempo Estimado para Início – tempo esperado para início do atendimento, conforme classificação da OS e especificada no termo de referência.	
Periodicidade	Mensalmente, para cada Ordem de Serviço encerrada.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para valores do indicador IAI:  De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS;  De 0,11 a 0,20 – Glosa de 0,1% sobre o valor da OS;  De 0,21 a 0,30 – Glosa de 0,2% sobre o valor da OS;	

	<p>De 0,31 a 0,50 – Glosa de 0,3% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,51 a 1,00 – Glosa de 0,5% sobre o valor da OS;</p> <p>Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 1% sobre o valor da OS e multa de 0,5% sobre o valor do Contrato.</p>
<b>Observações</b>	<p>Observações:</p> <p>1. A data/hora de início será aquela contante na OS, e-mail ou momento da ligação telefônica.</p> <p>2. Uma vez iniciado o atendimento, a CONTRATADA deverá alocar todos os recursos necessários para a resolução do problema dentro do tempo estabelecido, não sendo admitidas interrupções, incluindo períodos noturnos, fins de semana e feriados.</p> <p>3. Não se aplicará este indicador para as OS aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da</p> <p>CONTRATANTE;</p>
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OS.

<b>IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OS</b>		
<b>Finalidade</b>	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço.	
<b>Meta a cumprir</b>	IAE <= 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
<b>Instrumento de medição</b>	Através de relatório extraído pela CONTRATADA da ferramenta de gerenciamento das ordens de serviço.	
<b>Forma de acompanhamento</b>	<p>A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS.</p> <p>Será subtraída a data/hora de encerramento da OS pela data/hora de início da execução da Ordem de Serviço</p>	
<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	<p><b>IAE = (TEX – TEST)/TEST</b></p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OS;</p>	

	<p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período efetivo de execução da OS, da sua data/hora de início de atendimento a data de finalização da Ordem de Serviço. Ou seja, deve ser considerado o tempo ininterrupto de atendimento, porém descontando os tempos cujo atendimento foi suspenso para que fosse aguardada uma resposta do solicitante ou do fabricante.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OS – tempo esperado para conclusão do atendimento, conforme classificação da OS e especificado no termo de referência.</p>
<b>Periodicidade</b>	Mensalmente, para cada Ordem de Serviço encerrada.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	<p><b>Para valores do indicador IAE:</b></p> <p>De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS;</p> <p>De 0,11 a 0,20 – Glosa de 0,1% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,21 a 0,30 – Glosa de 0,2% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,31 a 0,50 – Glosa de 0,3% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,51 a 1,00 – Glosa de 0,5% sobre o valor da OS;</p> <p>Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 1% sobre o valor da OS e multa de 0,5% sobre o valor do Contrato.</p>
<b>Observações</b>	<p>1. A data/hora de início será aquela constante na OS, e-mail ou momento da ligação telefônica.</p> <p>2. A data/hora de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo solicitante como aquela que apresente uma solução efetiva para o problema.</p> <p>3. Nos casos a entrega for rejeitada, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quanto a solução efetiva for apresentada 4. Uma vez iniciado o atendimento, a CONTRATADA deverá alocar todos os recursos necessários para a resolução do problema dentro do tempo estabelecido, não sendo admitidas interrupções, incluindo períodos noturnos, fins de semana e feriados.</p> <p>5. Não se aplicará este indicador para as OS aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da CONTRATANTE;</p>
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OS.

## 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

### 10.2. Regime de execução

10.2.1. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global por se tratar de contratação com escopo definido e quantitativos previamente dimensionados

### 10.3. Exigências de habilitação

10.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### i. Habilitação jurídica

- a. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI /ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### ii. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- i. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- ii. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- iii. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- iv. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- v. 10.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- vi. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- vii. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- viii. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.3.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 10.4. Qualificação Econômico-Financeira

10.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges /ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- i. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio de aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- ii. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- iii. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.4.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses

10.4.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.4.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10.5. Qualificação Técnica**

10.5.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.5.1.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.5.1.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

10.5.2. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo deverão ser demonstradas por meio de atestados de capacidade técnica, observados quantitativos mínimos de até 50% (cinquenta por cento) das quantidades previstas no objeto da licitação, conforme disposto no art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

10.5.2.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional prevista no item 10.5.2, definem-se como parcelas de maior relevância técnica e valor significativo os Serviços de Firewall de Próxima Geração (NGFW) e os Serviços de Gerenciamento Centralizado de Logs.

10.5.3. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo de serviços, o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante nos últimos 3 (três) anos.

10.5.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.5.4.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

10.5.4.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.5.5. A licitante deverá comprovar que possui em seu quadro técnico, na data de abertura da licitação, profissional(is) detentor(es) de certificação técnica compatível com a solução ofertada, tais como Fortinet NSE 4 ou superior, ou certificação equivalente em segurança de redes de próxima geração (NGFW).

10.5.6. Os atestados deverão obrigatoriamente apresentar as seguintes informações:

I – Informações referentes à solução fornecida, indicando claramente os equipamentos, bens, serviços e demais características dos serviços prestados ou bens fornecidos pela licitante;

II – Nome, dados para contato, endereço e assinatura do responsável pela emissão do atestado;

III – Nome e CNPJ do órgão da administração pública ou empresa privada emitente;

IV – Data de emissão do atestado.

10.5.7. A comprovação do vínculo profissional entre o técnico certificado e a licitante poderá ser feita mediante apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contrato de prestação de serviços, contrato social ou declaração de contratação futura, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União – TCU.

10.5.8. Caso a licitante não comprove as exigências do Edital por meio da documentação requerida, e não sendo possível o saneamento de eventuais falhas formais durante a sessão, será desclassificada.

10.5.9. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução para a língua portuguesa, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.5.10. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos previstos no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021, e regulamentações aplicáveis.

## **10.6. Qualificação Técnico-Operacional**

10.6.1. Apresentação de profissional(is) devidamente qualificado(s) para execução dos serviços objeto da contratação, detentor(es) de atestado de capacidade técnica compatível com as atividades relacionadas à solução ofertada.

10.6.2. Para o técnico responsável, deverá ser comprovada experiência profissional em serviços de segurança de redes, firewall NGFW, gerenciamento centralizado e soluções de segurança da informação, por período mínimo de 2 (dois) anos.

10.6.3. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) possuir certificação técnica compatível com a solução ofertada, tais como Fortinet NSE 4 ou superior, ou certificação equivalente em segurança de redes de próxima geração (NGFW).

10.6.4. A comprovação das certificações deverá ser realizada mediante a apresentação de certificados emitidos pelo fabricante da solução ou por entidade oficialmente reconhecida.

10.6.5. A comprovação do vínculo profissional entre o técnico certificado e a licitante poderá ser feita mediante apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contrato de prestação de serviços, contrato social ou declaração de contratação futura, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU).

10.6.6. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar da execução do objeto contratual, sendo admitida sua substituição por profissionais de experiência e qualificação equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

10.6.7. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, prescrição técnica ou ato profissional de sua responsabilidade.

## **10.8. Documentação complementar para cooperativas**

10.8.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- i. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- ii. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- iii. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- iv. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- v. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- vi. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
  - a. ata de fundação;
  - b. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
  - c. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
  - d. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
  - e. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
  - f. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
  - g. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 19.369.033,21 (Dezenove milhões, trezentos e sessenta e nove mil, trinta e três reais e vinte e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- i. Gestão/Unidade: Cogetic UGR 254480
- ii. Fonte de Recursos: 1002
- iii. Plano Interno: A1CGT
- iv. Elemento de Despesa: 339040
- v. PTRES: 172771
- vi. Ação: 2000.

12.3. ANEXOS

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ROBENSON LUIZ MINSKI**

Integrante Requisitante da EPC



Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 16:50:02.

**THIAGO DE QUEIROZ PEREIRA MENEZES**

Integrante Técnico da EPC



Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 14:56:56.

**BRUNO BEZERRA CARVALHO**

Integrante Administrativo da EPC



Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 15:10:06.

**MISAEEL SOUSA DE ARAUJO**

Autoridade Máxima de TIC



Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 16:22:54.



**ANEXO III**  
**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (item 4.20.1.6)**

**Item 1: Serviço de Firewall NGFW 1 GBps – Interface de 1 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)**

- Consiste no fornecimento, em regime de comodato de equipamentos de NGFW, padrão desktop (“mesa”), Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps, interface de conexão à Internet padrão 1Gb Ethernet, com requisitos técnicos e de qualidade mínimos equivalentes ao modelo de referência Fortigate FGT-70G, abrangendo também o fornecimento de licenciamento e prestação de serviço de garantia/suporte técnico pela CONTRATADA.
- Threat Protection Throughput (mínimo) - representa a capacidade mínima de processamento de um firewall NGFW ao executar todas as funções avançadas de segurança simultaneamente — como IPS, antivírus, filtragem web, inspeção SSL e controle de aplicações.
- A instalação física e a configuração lógica dos equipamentos serão de responsabilidade da CONTRATADA, em localidades a serem determinadas pela CONTRATANTE.
- Os equipamentos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA licenciados em sua versão mais estável e atualizada.
- O licenciamento deverá ser válido pelo mesmo período de vigência do contrato e deverá incluir, no mínimo, os seguintes módulos de segurança:
  - IPS
  - Antivírus
  - Controle de Aplicações
  - VPN
  - SD-WAN
  - Web Filtering
- O serviço de garantia/suporte técnico deverá ser prestado pela CONTRATADA por período equivalente ao período de vigência do contrato.
- Em caso de obsolescência dos equipamentos (End-of-Life - EOL) ou término do período de suporte técnico por parte do fabricante (End-of-Service-Life - EOSL) durante a vigência do contrato, os mesmos deverão ser substituídos pela CONTRATADA por novos equipamentos com requisitos técnicos, de qualidade e recursos de segurança similares ou superiores, mantendo o regime de comodato.

## Item 2: Serviço de Firewall NGFW 1 GBps – Interface de 10 Gbps (Licenciamento + Suporte)

- Consiste no fornecimento, pela CONTRATADA, de renovação de licenciamento e prestação de serviço de garantia/suporte técnico para equipamentos de NGFW modelo Fortigate FGT-100F já existentes no parque tecnológico de equipamentos da FIOCRUZ e que ainda se encontram dentro do seu período de ciclo de vida útil.
- A instalação física e a configuração lógica dos equipamentos serão de responsabilidade da CONTRATADA, em localidades a serem determinadas pela CONTRATANTE.
- As licenças deverão ser fornecidas pela CONTRATADA em sua versão mais estável e atualizada.
- O licenciamento deverá ser renovado por período equivalente ao período de vigência do contrato e deverá incluir, no mínimo, os seguintes módulos de segurança:
  - IPS
  - Antivírus
  - Controle de Aplicações
  - VPN
  - SD-WAN
  - Web Filtering
- O serviço de garantia/suporte técnico deverá ser prestado pela CONTRATADA por período equivalente ao período de vigência do contrato.
- Em caso de obsolescência dos equipamentos (End-of-Life - EOL) ou término do período de suporte técnico por parte do fabricante (End-of-Service-Life - EOSL) durante a vigência do contrato, os mesmos deverão ser substituídos pela CONTRATADA por novos equipamentos, em regime de comodato, com requisitos técnicos, de qualidade e recursos de segurança similares ou superiores, incluindo:
  - Padrão rack 19 polegadas
  - Fontes redundantes internas ao equipamento
  - Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps
  - Interface de conexão à Internet padrão 10Gb Ethernet
- Threat Protection Throughput (mínimo) - representa a capacidade mínima de processamento de um firewall NGFW ao executar todas as funções avançadas de segurança simultaneamente — como IPS, antivírus, filtragem web, inspeção SSL e controle de aplicações.

### **Item 3: Serviço de Firewall NGFW 1 GBps – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)**

- Consiste no fornecimento, em regime de comodato, pela CONTRATADA de equipamentos de NGFW, padrão rack 19 polegadas, com fontes redundantes internas ao equipamento, Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps, interface de conexão à Internet padrão 10Gb Ethernet, com requisitos técnicos e de qualidade mínimos equivalentes ao modelo de referência Fortigate FGT-120G, abrangendo também o fornecimento de licenciamento e prestação de serviço de garantia/suporte técnico pela CONTRATADA.
- Threat Protection Throughput (mínimo) - representa a capacidade mínima de processamento de um firewall NGFW ao executar todas as funções avançadas de segurança simultaneamente — como IPS, antivírus, filtragem web, inspeção SSL e controle de aplicações.
- A instalação física e a configuração lógica dos equipamentos serão de responsabilidade da CONTRATADA, em localidades a serem determinadas pela CONTRATANTE.
- Os equipamentos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA licenciados em sua versão mais estável e atualizada.
- O licenciamento deverá ser válido pelo mesmo período de vigência do contrato e deverá incluir, no mínimo, os seguintes módulos de segurança:
  - IPS
  - Antivírus
  - Controle de Aplicações
  - VPN
  - SD-WAN
  - Web Filtering
- O serviço de garantia/suporte técnico deverá ser prestado pela CONTRATADA por período equivalente ao período de vigência do contrato.
- Em caso de obsolescência dos equipamentos (End-of-Life - EOL) ou término do período de suporte técnico por parte do fabricante (End-of-Service-Life - EOSL) durante a vigência do contrato, os mesmos deverão ser substituídos pela CONTRATADA por novos equipamentos com requisitos técnicos, de qualidade e recursos de segurança similares ou superiores, mantendo o regime de comodato.

**Item 4: Serviço de Firewall NGFW 5 GBps – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)**

- Consiste no fornecimento, em regime de comodato, pela CONTRATADA de equipamentos de NGFW, padrão rack 19 polegadas, com fontes redundantes internas ao equipamento, Threat Protection Throughput (mínimo) de 5 Gbps, interface de conexão à Internet padrão 10Gb Ethernet, com requisitos técnicos e de qualidade mínimos equivalentes ao modelo de referência Fortigate FGT-200G, abrangendo também o fornecimento de licenciamento e prestação de serviço de garantia/suporte técnico pela CONTRATADA.
- Threat Protection Throughput (mínimo) - representa a capacidade mínima de processamento de um firewall NGFW ao executar todas as funções avançadas de segurança simultaneamente — como IPS, antivírus, filtragem web, inspeção SSL e controle de aplicações.
- A instalação física e a configuração lógica dos equipamentos serão de responsabilidade da CONTRATADA, em localidades a serem determinadas pela CONTRATANTE.
- Os equipamentos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA licenciados em sua versão mais estável e atualizada.
- O licenciamento deverá ser válido pelo mesmo período de vigência do contrato e deverá incluir, no mínimo, os seguintes módulos de segurança:
  - IPS
  - Antivírus
  - Controle de Aplicações
  - VPN
  - SD-WAN
  - Web Filtering
- O serviço de garantia/suporte técnico deverá ser prestado pela CONTRATADA por período equivalente ao período de vigência do contrato.
- Em caso de obsolescência dos equipamentos (End-of-Life - EOL) ou término do período de suporte técnico por parte do fabricante (End-of-Service-Life - EOSL) durante a vigência do contrato, os mesmos deverão ser substituídos pela CONTRATADA por novos equipamentos com requisitos técnicos, de qualidade e recursos de segurança similares ou superiores, mantendo o regime de comodato.

**Item 5: Serviço de Firewall NGFW 10 GBps – Interface de 40 Gbps (Licenciamento + Suporte)**

- Consiste no fornecimento, pela CONTRATADA, de renovação de licenciamento e prestação de serviço de garantia/suporte técnico para equipamentos de NGFW modelo Fortigate FGT-2200E já existentes no parque tecnológico de equipamentos da FIOCRUZ e que ainda se encontram dentro do seu período de ciclo de vida útil.
- A instalação física e a configuração lógica dos equipamentos serão de responsabilidade da CONTRATADA, em localidades a serem determinadas pela CONTRATANTE.
- As licenças deverão ser fornecidas pela CONTRATADA em sua versão mais estável e atualizada.
- O licenciamento deverá ser renovado por período equivalente ao período de vigência do contrato e deverá incluir, no mínimo, os seguintes módulos de segurança:
  - IPS
  - Antivírus
  - Controle de Aplicações
  - VPN
  - SD-WAN
  - Web Filtering
- O serviço de garantia/suporte técnico deverá ser prestado pela CONTRATADA por período equivalente ao período de vigência do contrato.
- Em caso de obsolescência dos equipamentos (End-of-Life - EOL) ou término do período de suporte técnico por parte do fabricante (End-of-Service-Life - EOSL) durante a vigência do contrato, os mesmos deverão ser substituídos pela CONTRATADA por novos equipamentos, em regime de comodato, com requisitos técnicos, de qualidade e recursos de segurança similares ou superiores, incluindo:
  - Padrão rack 19 polegadas
  - Fontes redundantes internas ao equipamento
  - Threat Protection Throughput (mínimo) de 10 Gbps
  - Interface de conexão à Internet padrão 40Gb Ethernet
- Threat Protection Throughput (mínimo) - representa a capacidade mínima de processamento de um firewall NGFW ao executar todas as funções avançadas de segurança simultaneamente — como IPS, antivírus, filtragem web, inspeção SSL e controle de aplicações.

**Item 6: Serviço de Firewall NGFW 10 GBps – Interface de 40 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)**

- Consiste no fornecimento, em regime de comodato, pela CONTRATADA de equipamento de NGFW, padrão rack 19 polegadas, com fontes redundantes internas ao equipamento, Threat Protection Throughput (mínimo) de 10 Gbps, interface de conexão à Internet padrão 40Gb Ethernet, com requisitos técnicos e de qualidade mínimos equivalentes ao modelo de referência Fortigate FGT-1000F, abrangendo também o fornecimento de licenciamento e prestação de serviço de garantia/suporte técnico pela CONTRATADA.
- Threat Protection Throughput (mínimo) - representa a capacidade mínima de processamento de um firewall NGFW ao executar todas as funções avançadas de segurança simultaneamente — como IPS, antivírus, filtragem web, inspeção SSL e controle de aplicações.
- A instalação física e a configuração lógica do equipamento serão de responsabilidade da CONTRATADA, em localidade a ser determinadas pela CONTRATANTE.
- O equipamento deverá ser fornecido pela CONTRATADA licenciado em sua versão mais estável e atualizada.
- O licenciamento deverá ser válido pelo mesmo período de vigência do contrato e deverá incluir, no mínimo, os seguintes módulos de segurança:
  - IPS
  - Antivírus
  - Controle de Aplicações
  - VPN
  - SD-WAN
  - Web Filtering
- O serviço de garantia/suporte técnico deverá ser prestado pela CONTRATADA por período equivalente ao período de vigência do contrato.
- Em caso de obsolescência do equipamento (End-of-Life - EOL) ou término do período de suporte técnico por parte do fabricante (End-of-Service-Life - EOSL) durante a vigência do contrato, o mesmo deverá ser substituído pela CONTRATADA por um novo equipamento com requisitos técnicos, de qualidade e recursos de segurança similares ou superiores, mantendo o regime de comodato.

## **Item 7: Serviço de Firewall NGFW 25 GBps – Interface de 100 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)**

- Consiste no fornecimento, em regime de comodato, pela CONTRATADA de equipamentos de NGFW, padrão rack 19 polegadas, com fontes redundantes internas ao equipamento, Threat Protection Throughput (mínimo) de 25 Gbps, interface de conexão à Internet padrão 100Gb Ethernet, com requisitos técnicos e de qualidade mínimos equivalentes ao modelo de referência Fortigate FGT-2600F, abrangendo também o fornecimento de licenciamento e prestação de serviço de garantia/suporte técnico pela CONTRATADA.
- Threat Protection Throughput (mínimo) - representa a capacidade mínima de processamento de um firewall NGFW ao executar todas as funções avançadas de segurança simultaneamente — como IPS, antivírus, filtragem web, inspeção SSL e controle de aplicações.
- A instalação física e a configuração lógica dos equipamentos serão de responsabilidade da CONTRATADA, em localidades a serem determinadas pela CONTRATANTE.
- Os equipamentos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA licenciados em sua versão mais estável e atualizada.
- O licenciamento deverá ser válido pelo mesmo período de vigência do contrato e deverá incluir, no mínimo, os seguintes módulos de segurança:
  - IPS
  - Antivírus
  - Controle de Aplicações
  - VPN
  - SD-WAN
  - Web Filtering
- O equipamento deverá ser capaz de operar como um Sistema Autônomo (AS) BGP, gerenciando políticas de roteamento externas (eBGP) e internas (iBGP).
- Nesse cenário, o equipamento deverá possuir os seguintes requisitos técnicos e funcionalidades da operação BGP
  - **ASN (Autonomous System Number):** Capacidade de configurar um número de AS único (16 ou 32 bits) fornecido por um registro de internet (ex: Registro.br).
  - **Anúncio de Prefixo:** O equipamento deve ser capaz de anunciar o bloco de IP público (ASN) que a entidade administra.
  - **Capacidade de Sessão BGP (eBGP/iBGP):** Suportar o protocolo TCP na porta 179 para estabelecer adjacências de vizinhança (peering).

- **Manipulação de Rotas:** Importar e exportar prefixos IPv4/IPv6, filtrando rotas via *Route Maps* ou *Prefix Lists*.
  - **Seleção de Melhores Rotas:** Permitir que o BGP seja configurado para analisar atributos (Path Vector) e definir os melhores caminhos, permitindo redundância entre múltiplos provedores.
  - **Atributos de Tráfego:** Suporte a manipulação de atributos como *Local Preference*, *MED*, e *AS-Path Prepend* para influenciar o tráfego de entrada e saída.
  - **Recursos de Hardware:** RAM e CPU suficientes para armazenar e processar a tabela de roteamento.
  - **Suporte a Autenticação:** Capacidade de configurar senhas MD5 ou outras formas de autenticação para sessões BGP seguras.
- 
- O serviço de garantia/suporte técnico deverá ser prestado pela CONTRATADA por período equivalente ao período de vigência do contrato.
  
  - Em caso de obsolescência dos equipamentos (End-of-Life - EOL) ou término do período de suporte técnico por parte do fabricante (End-of-Service-Life - EOSL) durante a vigência do contrato, os mesmos deverão ser substituídos pela CONTRATADA por novos equipamentos com requisitos técnicos, de qualidade e recursos de segurança similares ou superiores, mantendo o regime de comodato.

**Item 8: Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 1/10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)**

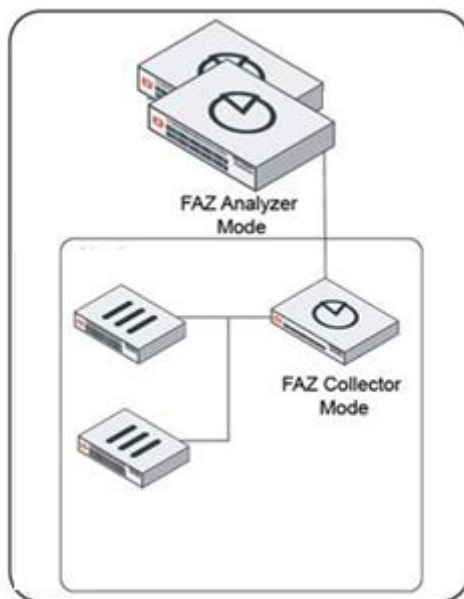
- Consiste no fornecimento, em regime de comodato, pela CONTRATADA de equipamentos do tipo Switch Ethernet Seguro 48 Portas, padrão rack 19 polegadas, com fontes redundantes internas ao equipamento, interface de downlink padrão 1Gb Ethernet, interfaces de uplink padrão 10Gb Ethernet, com requisitos técnicos e de qualidade mínimos equivalentes ao modelo de referência Fortiswitch FS-1048E, abrangendo também o fornecimento de licenciamento e prestação de serviço de garantia/suporte técnico pela CONTRATADA.
- A instalação física e a configuração lógica dos equipamentos serão de responsabilidade da CONTRATADA, em localidades a serem determinadas pela CONTRATANTE.
- Os equipamentos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA licenciados em sua versão mais estável e atualizada.
- O licenciamento deverá ser válido pelo mesmo período de vigência do contrato.
- Os equipamentos deverão possuir gerenciamento centralizado e integrado aos equipamentos de NGFW através do protocolo FortiLink, permitindo no mínimo as seguintes funcionalidades:
  - Estender os recursos de segurança dos equipamentos de NGFW para a camada de acesso da rede Ethernet.
  - Instalação e configuração automatizada de dispositivos (Zero-Touch Deployment), simplificando a implantação, o provisionamento e a escalabilidade da rede.
  - Funcionalidades básicas de Controle de acesso à rede (NAC).
  - Controle de acesso e aplicação de políticas baseados em usuários e dispositivos.
  - Suporte a Secure Access Service Edge (SASE).
- O serviço de garantia/suporte técnico deverá ser prestado pela CONTRATADA por período equivalente ao período de vigência do contrato.
- Em caso de obsolescência dos equipamentos (End-of-Life - EOL) ou término do período de suporte técnico por parte do fabricante (End-of-Service-Life - EOSL) durante a vigência do contrato, os mesmos deverão ser substituídos pela CONTRATADA por novos equipamentos com requisitos técnicos, de qualidade e recursos de segurança similares ou superiores, mantendo o regime de comodato.

**Item 9: Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 10/25 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)**

- Consiste no fornecimento, em regime de comodato, pela CONTRATADA de equipamentos do tipo Switch Ethernet Seguro 48 Portas, padrão rack 19 polegadas, com fontes redundantes internas ao equipamento, interface de downlink padrão 10Gb Ethernet, interfaces de uplink padrão 25Gb Ethernet, com requisitos técnicos e de qualidade mínimos equivalentes ao modelo de referência Fortiswitch FS-2048F, abrangendo também o fornecimento de licenciamento e prestação de serviço de garantia/suporte técnico pela CONTRATADA.
- A instalação física e a configuração lógica dos equipamentos serão de responsabilidade da CONTRATADA, em localidades a serem determinadas pela CONTRATANTE.
- Os equipamentos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA licenciados em sua versão mais estável e atualizada.
- O licenciamento deverá ser válido pelo mesmo período de vigência do contrato.
- Os equipamentos deverão possuir gerenciamento centralizado e integrado aos equipamentos de NGFW através do protocolo FortiLink, permitindo no mínimo as seguintes funcionalidades:
  - Estender os recursos de segurança dos equipamentos de NGFW para a camada de acesso da rede Ethernet.
  - Instalação e configuração automatizada de dispositivos (Zero-Touch Deployment), simplificando a implantação, o provisionamento e a escalabilidade da rede.
  - Funcionalidades básicas de Controle de acesso à rede (NAC).
  - Controle de acesso e aplicação de políticas baseados em usuários e dispositivos.
  - Suporte a Secure Access Service Edge (SASE).
- O serviço de garantia/suporte técnico deverá ser prestado pela CONTRATADA por período equivalente ao período de vigência do contrato.
- Em caso de obsolescência dos equipamentos (End-of-Life - EOL) ou término do período de suporte técnico por parte do fabricante (End-of-Service-Life - EOSL) durante a vigência do contrato, os mesmos deverão ser substituídos pela CONTRATADA por novos equipamentos com requisitos técnicos, de qualidade e recursos de segurança similares ou superiores, mantendo o regime de comodato.

**Item 10: Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Coletor (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)**

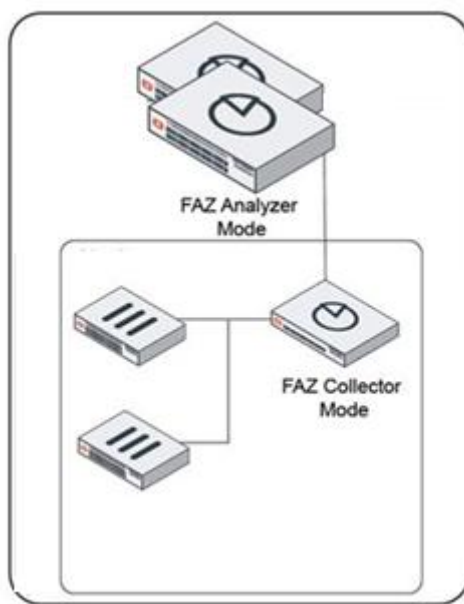
- Consiste no fornecimento, pela CONTRATADA de nova instância da plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs – Modo Coletor, com requisitos técnicos e de qualidade mínimos equivalentes ao modelo de referência FortiAnalyzer - Collector Mode, abrangendo também o fornecimento de licenciamento e prestação de serviço de garantia/suporte técnico pela CONTRATADA.
- Deverá ser entregue na modalidade On-premise (local) e baseada em appliance virtual, compatível e homologada com o ambiente Nutanix Acropolis Hypervisor (AHV).
- A instalação e a configuração lógica da plataforma serão de responsabilidade da CONTRATADA, em localidade a ser determinadas pela CONTRATANTE, e deverá ser baseada na topologia sugerida na figura abaixo, que consiste em:
  - Camada de coletor: primeira camada dedicada à coleta de log, arquivamento e encaminhamento para a camada do analisador.
  - Camada do analisador: segunda camada implantada em alta disponibilidade (HA Cluster) e focada em atividades de análise e relatórios.



- A plataforma deverá ser fornecida pela CONTRATADA licenciada em sua versão mais estável e atualizada.
- O licenciamento deverá ser válido pelo mesmo período de vigência do contrato.
- O serviço de garantia/suporte técnico deverá ser prestado pela CONTRATADA por período equivalente ao período de vigência do contrato.

**Item 11: Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Licenciamento + Suporte)**

- A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento da solução, incluindo licenciamento, atualização da volumetria e prestação dos serviços de garantia e suporte técnico, para a instância já existente do FortiAnalyzer - Analyzer Mode, atualmente em operação na Nuvem FIOCRUZ para versão mais atual;
- A instância atual refere-se a um appliance virtual na modalidade On-premise (local), hospedado em ambiente Nutanix Acropolis Hypervisor (AHV), que deverá ser entregue na versão mais atual e que comporte o gerenciamento de todos os itens contratados;
- A instância atual do FortiAnalyzer - Analyzer Mode deverá reconfigurada pela CONTRATADA para operar em conformidade com a topologia sugerida na figura abaixo, que consiste em:
  - Camada de coletor: primeira camada dedicada à coleta de log, arquivamento e encaminhamento para a camada do analisador.
  - Camada do analisador: segunda camada implantada em alta disponibilidade (HA Cluster) e focada em atividades de análise e relatórios.

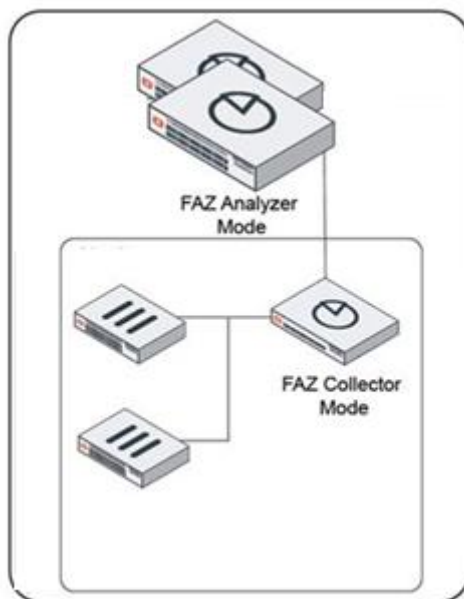


- A instância atual do FortiAnalyzer - Analyzer Mode deverá ter sua capacidade de armazenamento de logs (volumetria) atualizada para, no mínimo, 300GB.
- A licença deverá ser fornecida pela CONTRATADA em sua versão mais estável e atualizada e deverá incluir assistente de segurança com IA generativa FortiAI-Assist para FortiAnalyzer.

- A instalação, configuração lógica e integração do FortiAI-Assist com a instância atual do FortiAnalyzer será de responsabilidade da CONTRATADA.
- O licenciamento deverá ser renovado por período equivalente ao período de vigência do contrato.
- O serviço de garantia/suporte técnico deverá ser prestado pela CONTRATADA por período equivalente ao período de vigência do contrato.
- A licença deverá ser fornecida pela CONTRATADA em sua versão mais estável e atualizada e deverá incluir IOC (Indicator of Compromise);
- A plataforma de análise e gerenciamento centralizado de logs deve possuir relatórios de IOC (Indicator of Compromise) por subnets e equipamentos para apresentar evidências e indicadores que sugerem possível comprometimento de sistemas ou redes por atividades maliciosas.
- A CONTRATADA deverá comprovar que o especialista possui experiência e certificação do fabricante na solução em que será dada a passagem de conhecimento.

**Item 12: Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)**

- Consiste no fornecimento, pela CONTRATADA de nova instância da plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs – Modo Analítico, com requisitos técnicos e de qualidade mínimos equivalentes ao modelo de referência FortiAnalyzer - Analyzer Mode, abrangendo também o fornecimento de licenciamento e prestação de serviço de garantia/suporte técnico pela CONTRATADA.
- Deverá ser entregue na modalidade On-premise (local) e baseada em appliance virtual, compatível e homologada com o ambiente Nutanix Acropolis Hypervisor (AHV).
- A instalação e a configuração lógica da plataforma serão de responsabilidade da CONTRATADA, em localidade a ser determinadas pela CONTRATANTE, e deverá ser baseada na topologia sugerida na figura abaixo, que consiste em:
  - Camada de coletor: primeira camada dedicada à coleta de log, arquivamento e encaminhamento para a camada do analisador.
  - Camada do analisador: segunda camada implantada em alta disponibilidade (HA Cluster) e focada em atividades de análise e relatórios.



- Essa instância da camada do analisador da plataforma deverá possuir capacidade de armazenamento de logs de, no mínimo, 300GB.
- A plataforma deverá ser fornecida pela CONTRATADA licenciada em sua versão mais estável e atualizada e deverá incluir assistente de segurança com IA generativa FortiAI-Assist para FortiAnalyzer.

- A instalação, configuração lógica e integração do FortiAI-Assist com a nova instância da plataforma será de responsabilidade da CONTRATADA.
- O licenciamento deverá ser válido pelo mesmo período de vigência do contrato.
- O serviço de garantia/suporte técnico deverá ser prestado pela CONTRATADA por período equivalente ao período de vigência do contrato.

**Item 13: Serviço de plataforma de gerenciamento centralizado dos dispositivos (Firewall/ NGFW e Switches) (Licenciamento + Suporte)**

- Consiste no fornecimento, pela CONTRATADA, de renovação de licenciamento, atualização da capacidade de dispositivos gerenciados e prestação de serviço de garantia/suporte técnico para instância já existente na Nuvem FIOCRUZ do FortiManager e que ainda se encontra dentro do seu período de ciclo de vida útil.
- A instância atual refere-se a um appliance virtual na modalidade On-premise (local), hospedado em ambiente Nutanix Acropolis Hypervisor (AHV).
- A instância atual do FortiManager deverá ter sua capacidade de dispositivos gerenciados atualizada para suportar toda a solução contratada e permitir escalabilidade para, no mínimo, 25% do quantitativo de equipamentos. Essa medida visa garantir a capacidade de atualização remota a partir de um ponto centralizado, sem intervenção local, bem como a distribuição de políticas de segurança, simultaneamente a todos os equipamentos.
- A licença deverá ser fornecida pela CONTRATADA em sua versão mais estável e atualizada. e deverá incluir assistente de segurança com IA generativa FortiAI-Assist para FortiManager.
- A instalação, configuração lógica e integração do FortiAI-Assist com a instância atual do FortiManager será de responsabilidade da CONTRATADA.
- O licenciamento deverá ser renovado por período equivalente ao período de vigência do contrato.
- O serviço de garantia/suporte técnico deverá ser prestado pela CONTRATADA por período equivalente ao período de vigência do contrato.

**Item 14: Consultoria de implantação**

- Consultoria para implementação de toda a solução contratada (software e equipamentos), seguindo as especificações técnicas descritas nos itens acima, bem como aos requisitos do Termo de Referência.
- Deverá ser realizada por especialista(s) integrante(s) do quadro de funcionários da CONTRATADA, certificado(s) pelo fabricante da solução.
- Duração total de, no mínimo, 350 horas, em localidades e datas a serem determinadas pela CONTRATANTE.

**Item 15: Treinamento (duração total de 40h)**

- Passagem de conhecimento *in company* de toda a solução contratada (software e equipamentos) para 10 (dez) integrantes do quadro de funcionários da CONTRATANTE.
- Capacitação utilizando a metodologia hands-on, não se referindo, portanto, a treinamento oficial do fabricante.
- Poderá ser ministrador por especialista(s) integrante(s) do quadro de funcionários da CONTRATADA, certificado(s) pelo fabricante da solução.
- Duração total de, no mínimo, 40 horas, em local, data e integrantes a serem determinados pela CONTRATANTE, podendo ser realizada de forma remota (sala de aula virtual).

UF	Identificação	Descrição	Métrica	Quantidade
RJ	Mata Atlântica	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 1 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
RJ	Palácio de Itaboraí	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 1 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
RJ	Del Castilho	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 1 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
RJ	Paraty	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 1 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
PI	Fiocruz Piauí	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 1 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
MS	Fiocruz Mato Grosso do Sul	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 10 Gbps (Licenciamento + Suporte)	unidade	1
RO	Fiocruz Rondônia	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 10 Gbps (Licenciamento + Suporte)	unidade	1
RJ	Farmanguinhos	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
RJ	IFF	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	2
RJ	IFF/Hospital da Lagoa	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	2
AM	ILMD	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
RJ	Centro de Pesquisa	Serviço de Firewall NGFW 5 GBps* – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
PR	ICC	Serviço de Firewall NGFW 5 GBps* – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
DF	GEREB	Serviço de Firewall NGFW 5 GBps* – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
MG	IRR	Serviço de Firewall NGFW 5 GBps* – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
RJ	Fiocruz Sede	Serviço de Firewall NGFW 10 GBps* – Interface de 40 Gbps (Licenciamento + Suporte)	unidade	2
PE	IAM	Serviço de Firewall NGFW 10 GBps* – Interface de 40 Gbps (Licenciamento + Suporte)	unidade	1
BA	IGM	Serviço de Firewall NGFW 10 GBps* – Interface de 40 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
RJ	Fiocruz Sede	Serviço de Firewall NGFW 25 GBps* – Interface de 100 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	2
CE	Fiocruz Ceará	Serviço de Firewall NGFW 25 GBps* – Interface de 100 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	2
RJ	Fiocruz Sede	Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 1/10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	5

RJ	Fiocruz Sede	Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 10/25 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	3
RJ	Fiocruz Sede	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Coletor (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
RJ	Fiocruz Sede	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Licenciamento + Suporte)	unidade	1
RJ	Fiocruz Sede	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
RJ	Fiocruz Sede	Serviço de plataforma de gerenciamento centralizado dos dispositivos (Firewall/ NGFW e Switches) (Licenciamento + Suporte)	unidade	1
RJ	Fiocruz Sede	Consultoria de implantação	horas	350
RJ	Fiocruz Sede	Treinamento (duração total de 40h)	unidade	10

## FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/RJ

# Estudo Técnico Preliminar 295/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 25028.000252/2025-18

## 2. Resumo

- Objeto: Contratação de serviço de segurança de rede multifuncional, fundamentada em Firewall de Próxima Geração (NGFW – Next Generation Firewall), contemplando licenciamento, suporte técnico especializado, fornecimento de novos appliances para atendimento às unidades e escritórios da Fiocruz, serviços de coleta e gerenciamento centralizado de logs, além da implantação integral em todas as unidades.
- Unidade Requisitante: CSPT/ICC - Serviço de Patrimônio
- Tipo de Solução: Serviço continuado com fornecimento de software e hardware
- Forma de Execução: Contratação por menor preço global, sob regime de empreitada por preço unitário ou global, conforme definição posterior em TR.
- Abrangência: Todas as unidades regionais e escritórios da instituição que utilizam a solução Fortinet, bem como o atendimento às demandas de 5 novos escritórios regionais, totalizando 18 unidades regionais/escritórios distribuídos em 11 estados da Federação.

## 3. Descrição da necessidade

Atualmente, existem dois contratos para solução de Firewall UTM: o contrato nº 80/2021, que contempla os Datacenters localizados no Rio de Janeiro (RJ) e Ceará (CE), e o contrato nº 13/2024, que contempla as unidades regionais e escritórios. Ambos se encontram com sua vigência encerrada. Com a nova contratação, está prevista a centralização dos serviços, reunindo ambos os contratos em uma única solução.

O presente estudo tem como objeto a contratação de serviço de segurança de rede multifuncional, baseada no Firewall de Próxima Geração (NGFW – Next Generation Firewall), visando atender de forma abrangente à necessidade de proteção avançada da infraestrutura de TIC da Fiocruz, incluindo todas as suas unidades e escritórios, com o objetivo de assegurar:

- A continuidade operacional da segurança perimetral;
- A expansão da cobertura de proteção a novas unidades e escritórios;
- A adoção de práticas atualizadas de segurança cibernética;
- O atendimento às diretrizes da Política de Segurança da Informação (POSIN) institucional.

As demandas relativas a essa contratação estão devidamente registradas nos respectivos Planos de Contratações Anuais (PCA) e foram identificadas por meio do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC).

O objetivo é identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda de contratação de solução de segurança de rede que consta no Documento de Formalização da Demanda 90/2025 (SEI 25028.000252/2025-18), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

O processo ora proposto se enquadra como contratação de TIC, conforme previsto na IN SGD/ME nº 94, de 2022. O art. 2º, inciso VII da referida Instrução Normativa define solução de TIC como o “conjunto de bens e/ou serviços que apoiam processos de negócio mediante a conjugação de recursos de TIC, de acordo com as premissas definidas” em seu Anexo II.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CSPT/ICC - Serviço de Patrimônio	Rafael Panosso Perlin

## 5. Necessidades de Negócio

A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz é uma organização de Ciência e Tecnologia em Saúde, responsável pela realização de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e educação no campo da saúde, além da produção de insumos estratégicos para o Sistema Único de Saúde - SUS. Ao longo dos anos a área de Tecnologia da Informação – TI têm sido um potencial vetor de inovação e suporte as atividades da Fiocruz. Entretanto, para realizar com sucesso essas atividades, é substancial considerar as informações como fator crítico de sucesso para exercer com eficiência e destreza as atividades supracitadas, exigindo um tratamento especial para sua utilização e proteção. A informação é considerada hoje um dos bens mais valiosos para qualquer organização, sendo a todo instante criada, utilizada, armazenada, divulgada e compartilhada. Vale ressaltar que é papel da TI armazenar e preservar a produção intelectual nascida e publicada apenas em formato eletrônico e virtual, sendo esta uma prática comum e considerada uma tendência.

A disponibilização de serviços e informações através da internet (e-Gov) possibilitou ao governo oferecer melhores serviços à população. Por conta disso, os serviços públicos disponibilizados na internet devem garantir a confidencialidade, integridade e a disponibilidade das informações que são armazenados em suas bases de dados, sejam essas informações de caráter pessoal ou institucional. O Estado Brasileiro, por meio das ações de governo, vem exigindo cada vez mais ações de Segurança da Informação e Comunicações. Esse movimento pode ser confirmado através da Estratégia de Governança Digital que determina como um de seus objetivos estratégicos “Garantir a segurança da informação e comunicação do Estado e o sigilo das informações do cidadão.”

A Solução de Segurança de Rede Multifuncional está plenamente alinhada às tendências tecnológicas dos firewalls de próxima geração (Next Generation Firewall – NGFW), ao incorporar um conjunto robusto de funcionalidades que vão muito além do controle básico de tráfego. Os NGFW são projetados para integrar múltiplas camadas de proteção em uma única plataforma, combinando filtragem avançada, controle detalhado de acesso, análise inteligente de tráfego e mecanismos eficazes de detecção de ameaças. Essa abordagem multifuncional não apenas simplifica e potencializa a gestão da segurança, mas também eleva significativamente a eficiência e a eficácia na defesa contra ataques sofisticados e ameaças cibernéticas em constante evolução.

Neste contexto, a Fiocruz já possui implementada em sua Sede e em 12 unidades regionais e escritórios uma solução de proteção de perímetro de rede, cujos licenciamentos de uso do software (solução) têm prazo de vencimento nos próximos meses. A organização necessita manter a continuidade dos serviços de segurança perimetral de rede com alta disponibilidade, performance e integração com a arquitetura tecnológica atual. Considerando as especificidades e a dinamicidade das atividades da Fiocruz, faz-se necessário adotar um modelo de contratação por meio de serviço, o que permitirá maior flexibilidade para o aumento das capacidades das unidades, atendendo prontamente às demandas que possam surgir e garantindo a escalabilidade conforme o crescimento institucional. Além disso, é fundamental aproveitar os equipamentos já adquiridos que ainda se encontram dentro do período de garantia, o que contribui para a redução de custos relacionados à contratação, evitando investimentos desnecessários em novos ativos e otimizando os recursos já disponíveis na instituição.

A centralização da contratação dos serviços de segurança proporciona a padronização das especificações técnicas, assegurando um nível consistente de qualidade em toda a Fiocruz. Essa abordagem também elimina a necessidade de que cada unidade destine recursos humanos para detalhar requisitos e conduzir processos licitatórios individuais de menor porte. Adicionalmente, ao concentrar a demanda, a administração obtém vantagens como a redução de custos, decorrente do ganho de escala, e o estímulo à concorrência entre os fornecedores, resultando em propostas mais vantajosas para a instituição.

A contratação visa garantir a proteção dos ativos de informação frente às ameaças cibernéticas, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados institucionais. Também são necessários:

- Proteger o perímetro da rede institucional por meio de solução Firewall de Próxima Geração (NGFW – Next Generation Firewall)
- Garantir atualizações constantes de assinaturas e funcionalidades para conter ameaças digitais emergentes;
- Integrar e gerenciar equipamentos já implantados em unidades distribuídas da Fiocruz;
- Garantir capacidade de processamento suficiente para inspeção de todo o tráfego de rede (inbound e outbound);
- Reagir automaticamente a ataques, permitindo também a atuação dos analistas de segurança;
- Promover integração entre os dispositivos de segurança e a plataforma de relatórios.
- Aprimorar a segurança das redes e seus ativos, minimizando os riscos de interrupção dos serviços de TI essenciais ao funcionamento da organização.
- Prover conexão segura por meio de VPN para os serviços internos dos órgãos, especialmente para usuários em regime de trabalho remoto ou híbrido, garantindo a continuidade operacional.
- Evoluir a maturidade das soluções de segurança de forma geral para Fiocruz e suas unidades regionais e escritórios,

- Proporcionando maior padronização das soluções e melhor governança do processo.

## 6. Necessidades Tecnológicas

Adotar solução centralizada de gerenciamento: Conforme destacado no relatório Magic Quadrant for Network Firewalls da Gartner, Inc. de 19/12/2022 (ID G00761497) (<https://www.gartner.com/en/documents/4022346>), a implementação de gerenciamento centralizado para firewalls é fundamental para ambientes distribuídos e complexos. Essa abordagem permite o controle unificado de múltiplos dispositivos, simplificando a administração, otimizando recursos e reduzindo a incidência de erros humanos. Além disso, facilita a aplicação consistente de políticas de segurança, amplia a visibilidade e o controle sobre a infraestrutura e possibilita respostas mais ágeis a incidentes, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos de segurança.

Atualmente, a Fiocruz dispõe de equipamentos NGFW (firewall de próxima geração) com recursos UTM já instalados e em operação. Esses equipamentos estão integrados à infraestrutura de rede, sendo utilizados para controle de acesso, inspeção de pacotes, antivírus, antispam, prevenção contra intrusões (IPS), entre outros recursos. Para garantir a continuidade e o pleno funcionamento dessa infraestrutura, é necessário a contratação de serviço de segurança de rede multifuncional, fundamentada em Firewall de Próxima Geração (NGFW – Next Generation Firewall), contemplando licenciamento, suporte técnico especializado, fornecimento de novos appliances para atendimento às unidades e escritórios da Fiocruz, serviços de coleta e gerenciamento centralizado de logs, além da implantação integral em todas as unidades.

Durante o processo de levantamento e planejamento da contratação, será considerada a possibilidade de manter o fabricante Fortinet como fornecedor das soluções de segurança de rede. Essa decisão se justifica pelo fato de a instituição já possuir 6 equipamentos da marca Fortinet com possibilidade de suporte e garantia por, pelo menos, cinco anos. Essa condição permite à instituição economizar recursos com serviço para aquisição de novos equipamentos, além de aproveitar a curva de aprendizado e o nível de maturidade já adquiridos pelas equipes técnicas no uso das soluções da referida fabricante.

Seguem algumas especificações:

- Funcionalidade de firewall (camadas 3 e 4);
- Detecção e prevenção de intrusões (IPS/IDS);
- Inspeção profunda de pacotes e tráfego criptografado (SSL Inspection);
- Filtragem de conteúdo web (Web Filter);
- VPN site-to-site e client-to-site (IPSec e SSL);
- Funcionalidade de switching (camada 2);
- Antimalware de perímetro;
- Análise de ameaças na camada de aplicação.
- Possuir os seguintes módulos:
  - IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering
- Possuir a capacidade de detecção e resposta em tempo real a ameaças cibernéticas avançadas, como ataques persistentes e de dia zero (zero-day);
- A plataforma de análise e gerenciamento centralizado de logs deve consolidar eventos de segurança de múltiplos dispositivos do mesmo fabricante, como firewalls e switches. Além do mais, deve fornecer visibilidade unificada, relatórios detalhados, correlação de eventos e suporte a conformidade, permitindo detecção rápida de ameaças e melhoria contínua da postura de segurança.
- As plataformas de análise, gerenciamento centralizado de logs e gestão centralizada devem incorporar uma funcionalidade de “assistência inteligente”, baseada em IA generativa integrada. Essa tecnologia deve ser capaz de antecipar, interpretar e responder de forma proativa a alertas de segurança e problemas operacionais, aumentando significativamente a eficácia e a capacidade de resposta do SOC/NOC.
- A plataforma de análise e gerenciamento centralizado de logs deve possuir relatórios de IOC (Indicator of Compromise) por subnets e equipamentos para apresentar evidências e indicadores que sugerem possível comprometimento de sistemas ou redes por atividades maliciosas.

## 7. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

### 7.1. Requisitos de capacidade de atendimento e entrega

- Capacidade de realizar, às suas expensas, o transporte, a instalação e a configuração dos equipamentos e soluções contratados, presencialmente nas regionais da Fiocruz, conforme relação de localidades e endereços abaixo:

UF	Identificação	Endereço
AM	ILMD	Rua Terezina - Adrianópolis, Manaus/AM CEP 69029-520
BA	IGM	Rua Waldemar Falcão - Candeal, Salvador/BA CEP 40296-710
CE	Fiocruz Ceará	Rua São José, S/N - Precabura, Eusébio/CE CEP 61.760-000
DF	GEREB	Avenida L3 Norte, S/N, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Brasília/DF, CEP 70904-130
MG	IRR	Avenida Olegário Maciel, N° 2360 - Santo Agostinho, Belo Horizonte /MG, CEP 30180-122
MS	Fiocruz Mato Grosso do Sul	Rua Gabriel Abrão, 92 - Jardim das Nações, Campo Grande/MS CEP 79081-746
PE	IAM	Avenida Professor Moraes Rego, S/N - Cidade Universitária, Recife /PE, CEP 50740-465
PI	Fiocruz Piauí	Avenida Higino Cunha, 1500 - Ilhotas, Teresina/PI CEP 64001-420
PR	ICC	Rua Professor Algacyr Munhoz Mader, 3775 - Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba/PR, CEP 81310-020
RJ	Del Castilho	R. Bpo. Lacerda, 25 - Del Castilho, Rio de Janeiro/RJ CEP 21051-120
RJ	Farmanguinhos	Av. Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ - Brasil CEP 22775-903
RJ	Fiocruz Sede	Avenida Brasil, 4365 - Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ CEP 21040-360

RJ	IFF	Avenida Rui Barbosa, 716 - Flamengo, Rio de Janeiro/RJ CEP: 22250-020
RJ	Mata Atlântica	Avenida Sampaio Corrêa, S/N - Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ CEP: 22713-560
RJ	Palácio de Itaboraí	Rua Visconde de Itaboraí, 188 - Petrópolis, Rio de Janeiro/RJ CEP 25.655-030
RJ	Paraty	Rua Dr. Pereira da Silva, 77 - Centro, Paraty/RJ CEP 23970-000
RJ	Centro de Pesquisa	Av. Brasil, 4036 - Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ CEP 21040-361
RO	Fiocruz Rondônia	Rua da Beira, 7671 - Lagoa, Porto Velho/RO CEP 76812-245

- Atendimento a novas unidades que venham a ser criadas durante a vigência do contrato, garantindo flexibilidade e abrangência da solução contratada.

## 7.2. Requisitos de compatibilidade e integração

- Compatibilidade com os equipamentos atualmente em operação.
- Integração com os sistemas já implantados.
- Redução da curva de aprendizagem por parte da equipe técnica.

## 7.3. Requisitos de suporte e atualização

- Suporte técnico com SLA adequado.
- Atualizações constantes de assinaturas e firmware.
- A contratada deverá garantir que o firewall NGFW esteja sempre em versão suportada pelo fabricante, com atualizações de segurança aplicadas regularmente.
- Havendo a descoberta de vulnerabilidades ou falhas de segurança na solução implantada, a contratada deve reportar à contratante, com detalhamento da ameaça, impactos e executar as medidas necessárias.
- A contratada deverá realizar varreduras periódicas de vulnerabilidades no firewall NGFW e aplicar atualizações de segurança dentro dos prazos recomendados pelos fabricantes.

## 7.4. Requisitos de segurança da informação e conformidade legal

- Proteger todas as unidades contra ataques cibernéticos.
- Garantir aderência à Política de Segurança da Informação da Fiocruz.
- Conformidade com as normas de segurança da informação da Fiocruz.
- Aderência às melhores práticas de segurança cibernética, conforme:
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD),

- Política Nacional de Segurança da Informação,
- Normativos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais,
- Gabinete de Segurança Institucional (GSI),
- Portaria SGD/MGI Nº 852, de 28 de março de 2023.
- A solução contratada deverá possibilitar a avaliação de impacto à privacidade, permitindo análise detalhada do tratamento de dados pessoais em conformidade com os princípios da LGPD.
- O firewall NGFW deverá assegurar que informações sensíveis e dados pessoais não sejam compartilhados indevidamente, garantindo anonimização e proteção conforme a LGPD.
- Todos os profissionais que terão acesso à solução deverão assinar termo de compromisso e ciência sobre segurança e confidencialidade, bem como a Declaração de Atendimento à LGPD.
- Ao final do contrato, a contratada deverá garantir o descarte seguro de logs e dados sensíveis, conforme normas da ABNT NBR ISO/IEC 27001.

#### **7.5. Requisitos de monitoramento, auditoria e rastreabilidade**

- O firewall NGFW deverá armazenar logs detalhados e íntegros para possibilitar a coleta e preservação de evidências em caso de investigação de incidentes.
- O firewall deverá manter logs detalhados e auditáveis sobre eventos críticos, incluindo tentativas de invasão, bloqueios de tráfego suspeito e alterações na política de segurança.
- Os logs do firewall NGFW deverão ser armazenados de maneira protegida, garantindo não repúdio e integridade, impedindo que administradores possam excluir ou modificar registros críticos.
- A contratada deverá garantir que os registros de eventos permitam a rastreabilidade de todas as ações, mantendo trilha de auditoria de privacidade e segurança da informação.
- A contratante poderá realizar auditorias periódicas para garantir a efetividade dos controles de privacidade e segurança implementados.
- A contratada deverá participar de ações coordenadas com a contratante para investigação e mitigação de incidentes de privacidade e segurança.
- A contratada deverá assegurar a personalização de relatórios, sempre que solicitado pela contratante, utilizando a plataforma de gerenciamento compartilhado de logs.

#### **7.6. Requisitos de arquitetura e gerenciamento centralizado**

- A solução de gerenciamento de caixas de Firewalls NGFW deve possuir uma arquitetura centralizada que integra administração, monitoramento e automação de políticas de segurança em múltiplos ambientes — locais ou em nuvem.
- Deve permitir aplicar configurações padronizadas, controlar acessos administrativos, auditar mudanças e coletar logs de forma centralizada para análise em um SIEM.
- A solução deverá implementar políticas rígidas de controle de acesso, assegurando que somente usuários autorizados possam modificar regras e visualizar logs, com suporte a autenticação multifator (MFA).
- A contratada deverá seguir o processo de gestão de mudanças implantado no ambiente de produção da contratante, garantindo validação, homologação e rastreabilidade de qualquer modificação na política de segurança.
- A solução deverá possuir um mecanismo robusto de backup dos logs e configurações do firewall NGFW, assegurando a recuperação rápida em caso de falhas ou incidentes.
- O firewall NGFW deverá suportar criptografia forte para proteção de dados em trânsito e em repouso.

#### **7.7. Requisitos de continuidade e gestão de riscos**

- A contratada deverá realizar avaliações periódicas de riscos sobre a arquitetura do firewall NGFW.
- A contratada deve fornecer e implementar um Plano de Continuidade Operacional e um Plano de Contingência relacionados ao objeto contratado.

#### **7.8. Requisitos de sustentabilidade da solução de TIC**

- Comprovar a eficiência energética do equipamento mediante apresentação de certificado emitido por instituições públicas ou privadas.

- Demonstrar (mediante apresentação de catálogos, especificações, manuais, etc) que os equipamentos fornecidos, periféricos, acessórios e componentes da instalação não contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo(Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio(Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia Restriction of Certain Hazardous Substances RoHS (IN nº 1/2010 -Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)
- Comprovar que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou internacional equivalente para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.
- Todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitam de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias), deverão ter seu descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto. A empresa vencedora deverá aplicar o disposto nos Artigos de nºs 31 a 33 da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 e nos Artigos de nºs 13 a18 do Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, principalmente, no que diz respeito à Logística Reversa.

## 8. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

O levantamento do quantitativo e das capacidades das unidades e escritórios regionais foi realizado com base em uma memória de cálculo estruturada a partir de informações coletadas internamente junto às respectivas unidades e escritórios (ANEXO I). Esse processo teve como objetivo garantir maior precisão na definição das necessidades técnicas e operacionais para a contratação dos serviços de TIC.

Para a definição das capacidades específicas de cada unidade ou escritório regional, foram consideradas variáveis técnicas e operacionais fundamentais, tais como:

- Quantidade de usuários com acesso à internet;
- Quantidade de usuários na rede corporativa;
- Quantidade de alunos vinculados às unidades;
- Número de usuários com acesso via VPN;
- Velocidade do link principal de internet;
- Velocidade do link de redundância, quando disponível.

Esses informações permitiram a construção de uma base sólida para estimar com maior acurácia os recursos necessários, respeitando as particularidades de cada localidade, bem como, foi possível consolidar um levantamento detalhado dos quantitativos e capacidades por unidade, servindo de base para a elaboração do Termo de Referência e para a estimativa de demanda, conforme previsto nos documentos técnicos e nas comunicações internas da equipe de coordenação de segurança da informação e gestão de TIC.

O serviço é composto pelos itens, conforme tabela abaixo:

Item	CATSER	Descrição	Métrica	Quantitativo
1	27014	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 1 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	5
2	27014	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 10 Gbps (Licenciamento + Suporte)	unidade	2
3	27014	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	3
4	27014	Serviço de Firewall NGFW 5 GBps* – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	4
5	27014	Serviço de Firewall NGFW 10 GBps* – Interface de 40 Gbps (Licenciamento + Suporte)	unidade	4

6	27014	Serviço de Firewall NGFW 25 GBps* – Interface de 100 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	4
7	27014	Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 1/10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	5
8	27014	Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 10/25 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	3
9	27014	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Coletor (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
10	27014	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) - (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	unidade	1
11	27014	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) - (Licenciamento + Suporte)	unidade	1
12	27014	Serviço de plataforma de gerenciamento centralizado dos dispositivos (Firewall/ NGFW e Switches) - (Licenciamento + Suporte)	unidade	1
13	27332	Consultoria de implantação	horas	350
14	3840	Treinamento (duração total de 40h)	unidade	10

\* Threat Protection Throughput (mínimo) - representa a capacidade mínima de processamento de um firewall NGFW ao executar todas as funções avançadas de segurança simultaneamente — como IPS, antivírus, filtragem web, inspeção SSL e controle de aplicações.

## 9. Levantamento de soluções

Existem no mercado algumas soluções em sistemas proprietários que podem ser comparadas à solução atualmente implantada. Para fins de estudo, serão analisadas as soluções abaixo.

### 9.1. Identificação das soluções

#### 9.1.1. Aquisição de Equipamento do Tipo NGFW – Firewall Corporativo (com Serviços Completos)

Consiste na compra de um equipamento físico (appliance) com funcionalidades de firewall de próxima geração (Next-Generation Firewall), incluindo serviços como IPS, antivírus, controle de aplicações, filtragem de conteúdo, VPN, entre outros. Os serviços completos incluem suporte técnico, atualizações de firmware e assinaturas de segurança.

#### Pontos Positivos:

- Controle total da infraestrutura pela instituição.

- Menor custo a longo prazo.
- Integração com infraestrutura existente.
- Independência de fornecedor.

**Pontos Negativos:**

- Alto custo inicial de aquisição.
- Responsabilidade da instituição pelas atualizações e manutenção.
- Escalabilidade limitada, exigindo novos investimentos em hardware.

### 9.1.2. Implantação de Serviços de Segurança de Redes com Software Livre

Utiliza ferramentas de código aberto (como pfSense, OPNsense, IPFire) para implementar funcionalidades de firewall e segurança de rede. A solução é instalada em servidores próprios ou virtualizados, com configuração e manutenção realizadas pela equipe interna.

**Pontos Positivos:**

- Baixo custo de aquisição, sem custos de licenciamento.
- Flexibilidade e possibilidade de personalização.
- Independência tecnológica, sem vínculo com fornecedores proprietários.

**Pontos Negativos:**

- Alta demanda por mão de obra especializada.
- Menor suporte técnico oficial.
- Escalabilidade e confiabilidade limitadas para ambientes de alta demanda.

### 9.1.3. Contratação de Firewall como Serviço (FWaaS – com Appliances Físicos)

Trata-se de um modelo de serviço no qual o fornecedor disponibiliza os equipamentos físicos necessários e pode assumir a gestão completa da operação do firewall, abrangendo suporte técnico, atualizações, monitoramento contínuo e escalabilidade. A cobrança é feita de forma recorrente - seja mensal, anual ou conforme acordado - e o serviço pode ser facilmente ajustado para atender às variações na demanda da empresa.

**Pontos Positivos:**

- Baixo investimento inicial, ideal para instituições com restrições orçamentárias.
- Alta escalabilidade e flexibilidade, permitindo rápida expansão para novas unidades ou aumento de tráfego.
- Suporte técnico contínuo e especializado, com SLA definido.
- Atualizações e conformidade gerenciadas pelo fornecedor, facilitando auditorias e aderência à LGPD.
- Fornecimento dos equipamentos e implantação sob responsabilidade da empresa contratada.

**Pontos Negativos:**

- Custo recorrente elevado a longo prazo, podendo superar o custo de aquisição.
- Dependência do fornecedor.
- Menor controle sobre a infraestrutura e limitações na personalização.
- Pode ser um problema em períodos de contingenciamento orçamentário e financeiro

<b>Critérios</b>	<b>NGFW (Aquisição de Equipamento)</b>	<b>Software Livre</b>	<b>FWaaS (Firewall como Serviço com Appliance Físico)</b>

<b>Investimento inicial</b>	Alto – aquisição de hardware e licenças completas.	Baixo – sem custo de licenciamento, uso de hardware próprio ou existente.	Baixo – modelo baseado em assinatura, sem compra de equipamento.
<b>Custo ao longo do tempo</b>	Reduzido – após aquisição, os custos se concentram em manutenção e suporte.	Reduzido – custos com equipe técnica e atualizações manuais.	Elevado – pagamentos recorrentes podem superar o custo de aquisição em poucos anos.
<b>Controle e autonomia</b>	Alto – total controle sobre a infraestrutura e configurações.	Muito alto – total liberdade de customização.	Médio – dependência do fornecedor para fornecimento dos equipamentos. O risco pode ser reduzido com a operação sob responsabilidade da Fiocruz.
<b>Suporte técnico</b>	Fornecido pelo fabricante com SLA definido.	Limitado – depende da comunidade ou contratação de suporte especializado.	Incluído no contrato – suporte e atualizações contínuas pelo fornecedor.
<b>Escalabilidade</b>	Moderada – depende da capacidade do hardware adquirido.	Limitada – pode exigir reconfiguração ou novos servidores.	Alta – fácil ajuste de capacidade conforme demanda.
<b>Curva de aprendizado</b>	Média – exige capacitação, mas há ampla documentação e suporte do fabricante.	Alta – requer conhecimento técnico avançado.	Média – exige capacitação, mas há ampla documentação e suporte do fabricante.
<b>Segurança e confiabilidade</b>	Alta – soluções robustas e testadas, com certificações.	Variável – depende da configuração e manutenção da equipe interna.	Alta – soluções gerenciadas com foco em disponibilidade e segurança.
<b>Aderência a normas e auditorias</b>	Alta – fabricantes oferecem conformidade com padrões internacionais.	Requer validação e documentação interna.	Alta – fornecedores geralmente oferecem relatórios e conformidade com normas.
<b>Dependência de fornecedor</b>	Baixa – após aquisição, a instituição pode operar com autonomia.	Nenhuma – total independência.	Média – dependência contínua do provedor do serviço, desde que a operação fique sob responsabilidade técnica da Fiocruz. A implantação sob responsabilidade da empresa contratada.

<b>Exemplo de aplicação ideal</b>	Instituições com equipe técnica madura e orçamento para investimento inicial.	Ambientes com alta expertise técnica e foco em customização e economia.	Ambientes que priorizam agilidade, escalabilidade e menor envolvimento operacional.
-----------------------------------	---	---	---

## 10. Análise comparativa de soluções

Para as soluções descritas nos itens 9.1.1 e 9.1.3, além da fabricante atualmente utilizada na Fiocruz (Fortinet), foram avaliadas alternativas tecnológicas de destaque no mercado. Entre elas, destacam-se as soluções das fabricantes Check Point, Palo Alto Networks e Cisco, conforme apontado pelo Quadrante Mágico do Gartner para Firewalls de Rede, publicado em setembro de 2022.

### Magic Quadrant

Figure 1: Magic Quadrant for Network Firewalls



Figura 1 - Quadrante mágico para firewall de rede

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3	X		
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo <del>ePing, eMag, ePWG?</del>	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X

## 11. Registro de soluções consideradas inviáveis

### 11.1. Aquisição de Equipamento do Tipo NGFW – Firewall Corporativo (com Serviços Completos)

#### Viabilidade:

**Inviável:** Devido ao alto custo inicial de aquisição de equipamentos e licenças. Mesmo com a possibilidade de reaproveitamento de equipamentos existentes (como os da Fortinet), ainda há necessidade de investimento em suporte, atualização e capacitação técnica. Embora a instituição já possua equipamentos Fortinet com suporte vigente, o modelo de aquisição direta não oferece flexibilidade para expansão dinâmica de capacidades e links, o que é essencial em um ambiente distribuído e em constante crescimento como o da Fiocruz. A escalabilidade depende de novos investimentos em hardware, o que pode ser inviável diante de restrições orçamentárias. Adicionalmente, conforme informado pela Coordenação-Geral de Gestão e Tecnologia da Informação e seguindo a orientação da Coordenação de Planejamento, a aquisição de equipamentos torna-se inviável para a instituição, devido à ausência de previsão orçamentária para investimentos (capital) no exercício atual. Assim, a contratação de serviços, em vez da compra de equipamentos físicos, representa a alternativa mais adequada para o momento.

#### Conclusão:

Apesar de ser uma solução robusta e econômica a longo prazo, não é a mais indicada para cenários com restrição orçamentária imediata. Pode ser considerada futuramente, caso haja disponibilidade de recursos ou possibilidade de financiamento. Além do mais, não atende plenamente à necessidade de agilidade e expansão contínua da Fiocruz.

## 11.2. Implantação de Serviços de Segurança de Redes com Software Livre

### Viabilidade:

**Inviável:** A gestão de soluções baseadas em software livre exige uma equipe técnica altamente qualificada e dedicada, o que não é compatível com a realidade de múltiplas unidades regionais com diferentes níveis de maturidade técnica. Além disso, a manutenção, documentação e conformidade com normas de auditoria tornam esse modelo inviável operacionalmente em larga escala.

A Fiocruz mantém unidades laboratoriais, hospitais, centros de pesquisa e uma infraestrutura de serviços em nuvem, o que demanda alta disponibilidade, segurança contínua e escalabilidade dinâmica. Soluções baseadas em software livre, embora economicamente atrativas, não oferecem a robustez, o suporte técnico estruturado e a flexibilidade necessária para atender a esse ambiente crítico e distribuído.

### Conclusão:

Apesar do baixo custo de licenciamento, o modelo de software livre não atende aos requisitos operacionais, legais e estratégicos da Fiocruz. A ausência de suporte oficial, a complexidade de gestão e a dificuldade de padronização tornam essa alternativa inadequada para instituições com missão crítica e alta responsabilidade em saúde pública e pesquisa científica.

## 11.3. Contratação de Firewall como Serviço (FWaaS – com Appliances Físicos)

### Viabilidade:

**Viável:** Em virtude da flexibilidade proporcionada pelo modelo de contratação, que permite a realização de pagamentos mensais ou escalonados. Elimina a necessidade de compra de equipamentos. O modelo FWaaS permite escalabilidade sob demanda, suporte contínuo e implantação rápida, com custos distribuídos ao longo do tempo. Essa alternativa está alinhada à dinâmica operacional da Fiocruz, permitindo a expansão rápida de links e capacidades conforme a demanda, de maneira flexível e ágil.

### Conclusão:

É a solução mais alinhada com a realidade operacional da Fiocruz, oferecendo flexibilidade, padronização e suporte centralizado. Apesar do custo recorrente e da dependência do fornecedor, atende bem às necessidades de segurança, escalabilidade e gestão distribuída, sendo recomendada como modelo principal ou complementar. Porém, para reduzir a dependência do fornecedor, a operação pode ficar sob responsabilidade dos profissionais da Fiocruz, como já ocorre atualmente. Dessa forma, a empresa contratada fica responsável somente pelo fornecimento das soluções, licenciamento e suporte técnico. Pode ser mais cara a longo prazo, mas viável no curto prazo por não exigir investimento inicial elevado.

## 12. Análise comparativa de custos (TCO)

Para fins de avaliação comparativa de custos e viabilidade técnica, serão considerados dois cenários distintos para a contratação de Firewall como Serviço (FWaaS), ambos alinhados às necessidades da Fiocruz, instituição com missão crítica voltada à saúde pública, pesquisa científica, operação de unidades laboratoriais, hospitais, centros de pesquisa e infraestrutura em nuvem.

Para definir os itens a serem contratados, foram estabelecidas métricas ideais de capacidade para cada unidade ou escritório, considerando as necessidades identificadas na memória de cálculo. Nessa avaliação, são levados em conta tanto o Throughput de Prevenção de Ameaças (Threat Prevention Throughput) quanto a capacidade de interface dos equipamentos. Essa metodologia assegura que a solução escolhida atenda de maneira eficiente aos requisitos de desempenho e conectividade específicos de cada ambiente.

Cumpramos esclarecer que o Throughput de Prevenção de Ameaças (Threat Prevention Throughput) é uma métrica essencial para medir o desempenho de um firewall em condições de uso real. Essa medida indica a capacidade máxima do dispositivo de processar e inspecionar o tráfego enquanto aplica simultaneamente todas as funcionalidades de segurança avançadas. Diferentemente do throughput bruto, que representa a vazão de dados sem considerar as funções de segurança, o throughput de prevenção de ameaças reflete o desempenho real em um ambiente que prioriza a proteção contra ciberameaças.

Por outro lado, a capacidade de interface indica a velocidade física máxima das portas de rede (como 1 Gbps ou 10 Gbps), ou seja, o limite de transmissão bruta de dados sem considerar o processamento das funções de segurança.

### 12.1. Aproveitamento de equipamentos existentes da fabricante Fortinet

Este cenário considera a manutenção do padrão tecnológico atual, aproveitando os seis equipamentos Fortinet já em operação na instituição, todos com possibilidade de suporte e garantia por pelo menos cinco anos. A proposta visa:

- Redução significativa de custos, ao evitar aquisição de novos equipamentos.
- Preservação da maturidade técnica já adquirida pela equipe da Fiocruz com os produtos da Fortinet.
- Padronização da arquitetura de segurança, facilitando integração, gestão e continuidade operacional.

Neste modelo, será considerada a contratação de FWaaS exclusivamente com soluções da fabricante Fortinet, garantindo compatibilidade, suporte técnico especializado e continuidade da curva de aprendizado.

## 12.2. Avaliação de soluções de fabricantes do quadrante mágico do Gartner

O segundo cenário contempla a análise de propostas de fabricantes líderes em segurança de rede, conforme o Quadrante Mágico do Gartner, incluindo:

- Check Point
- Palo Alto Networks
- Cisco

Este modelo visa ampliar a competitividade e explorar soluções com alto grau de inovação, escalabilidade e reconhecimento internacional. No entanto, poderá envolver:

- Custos adicionais com substituição ou adaptação de equipamentos.
- Necessidade de treinamento técnico específico, caso haja mudança de fabricante.
- Riscos de quebra de padronização, impactando a gestão centralizada e a interoperabilidade com sistemas já implantados.

Para fundamentar a análise, foram consideradas propostas comerciais obtidas junto a parceiros autorizados dos fabricantes Fortinet, Check Point, Palo Alto e Cisco. Essa metodologia possibilitou uma avaliação criteriosa e equilibrada dos custos envolvidos na aquisição, licenciamento, manutenção e suporte de cada solução, promovendo maior precisão e transparência na comparação técnica e financeira entre as tecnologias avaliadas nos dois cenários. Dos fabricantes apresentados, somente parceiros da Fortinet, Check Point e Cisco enviaram proposta.

Para embasar a análise, foram desenvolvidas duas planilhas (Anexos II e III) detalhadas para cada cenário, considerando as necessidades específicas de cada unidade ou escritório da Fiocruz. No primeiro cenário, que prevê o aproveitamento dos seis equipamentos Fortinet já existentes, foram incluídos os custos de suporte e licenciamento desses dispositivos, assim como os investimentos necessários para atualização dos demais equipamentos, garantindo suporte e licenciamento. No segundo cenário, foi considerada a substituição total dos equipamentos, acompanhada dos respectivos custos de suporte e licenciamento para todos os dispositivos novos.

## 12.3. Cálculo dos custos totais de propriedade (TCO)

### 12.3.1. FWaaS com aproveitamento dos equipamentos fortinet existentes

Neste cenário, a contratação do FWaaS prevê o aproveitamento dos seis equipamentos Fortinet já em operação, todos com possibilidade de suporte e garantia por pelo menos cinco anos. A solução contratada será fornecida exclusivamente pela fabricante Fortinet, mantendo o padrão tecnológico e a maturidade já adquirida pela equipe técnica da Fiocruz.

- **TCO estimado para 36 meses:** R\$ 23.765.290,38
- **Vantagens:**
  - Redução expressiva dos custos, já que alguns equipamentos existentes serão reaproveitados, dispensando a necessidade de aquisição de novos no curto e médio prazo. Isso permite otimizar os recursos financeiros e evitar gastos desnecessários.
  - Preserva a maturidade técnica e a curva de aprendizado da equipe.
  - Padronização da arquitetura de segurança, facilitando integração, gestão e continuidade operacional.
  - Menor risco operacional e implantação imediata.
  - Economia direta com treinamentos, adaptação e suporte técnico.
  - Evita obsolescência de appliances funcionais já integrados ao ambiente.
- **Desvantagens:**
  - Limita a adoção de inovações tecnológicas de outros fabricantes.

### 12.3.2. FWaaS com principais fabricantes do quadrante mágico do Gartner

Neste cenário, a contratação do FWaaS considera propostas dos principais fabricantes líderes em segurança de rede, conforme o Quadrante Mágico do Gartner: Check Point e Cisco.

- **TCO estimado para 36 meses:**
  - Check Point: R\$ 28.969.120,44
  - Cisco: R\$ 31.575.863,49

- **Vantagens:**
  - Soluções reconhecidas internacionalmente, alto grau de inovação e escalabilidade.
  - Possibilidade de integração com novas tecnologias e recursos avançados.
  - Alta flexibilidade e escalabilidade sob demanda.
- **Desvantagens:**
  - Custos adicionais com substituição/adaptação de equipamentos.
  - Necessidade de treinamento técnico específico e requalificação da equipe.
  - Riscos de quebra de padronização, impactando a gestão centralizada e interoperabilidade.
  - Tempo de implantação maior (3 a 5 meses) e risco operacional médio/alto.
  - TCO superior ao cenário Fortinet.

12.4. Mapa comparativo dos cálculos totais de propriedade (TCO)

Nº	Descrição	Métrica	Quantidade	Fortinet	Checkpoint	Cisco
1	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 1 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	5	R\$ 245.523,45	R\$ 251.925,25	R\$ 548.428,25
2	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 10 Gbps (Licenciamento + Suporte)	unidade	2 - Fortinet	R\$ 138.469,04	Não se aplica	Não se aplica
3	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	3 - Fortinet 5 - Checkpoint / Cisco	R\$ 427.729,86	R\$ 2.818.039,15	R\$ 1.787.683,27
4	Serviço de Firewall NGFW 5 GBps* – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	4	R\$ 1.109.387,96	R\$ 3.054.834,88	R\$ 1.430.146,62
5	Serviço de Firewall NGFW 10 GBps* – Interface de 40 Gbps (Licenciamento + Suporte)	unidade	4 - Fortinet	R\$ 3.637.216,52	Não se aplica	Não se aplica
	Serviço de Firewall NGFW 10 GBps* – Interface de 40 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	4 - Checkpoint / Cisco	Não se aplica	R\$ 5.368.228,46	R\$ 7.510.182,86
6	Serviço de Firewall NGFW 25 GBps* – Interface de 100 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	4	R\$ 10.028.007,48	R\$ 11.786.053,12	R\$ 14.923.511,53
7	Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 1/10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	5	R\$ 3.319.960,45	Não se aplica	R\$ 659.462,63
8	Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 10/25 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	3	R\$ 2.883.443,91	R\$ 4.560.186,42	R\$ 473.468,94
9	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Coletor (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	unidade	1	R\$ 77.146,56	R\$ 265.634,41	Não se aplica
10	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Licenciamento + Suporte)	unidade	1 - Fortinet	R\$ 569.424,815	Não se aplica	Não se aplica
	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e		1 - Fortinet			

11	Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	unidade	2 - Checkpoint / Cisco	R\$ 824.337,205	R\$ 315.166,86	Não se aplica
12	Serviço de plataforma de gerenciamento centralizado dos dispositivos (Firewall/ NGFW e Switches) (Licenciamento + Suporte)	unidade	1 - Fortinet	R\$ 211.990,13	Não se aplica	Não se aplica
	Serviço de plataforma de gerenciamento centralizado dos dispositivos (Firewall/ NGFW e Switches)(Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	unidade	1 - Checkpoint / Cisco	Não se aplica	R\$ 265.634,41	R\$ 124.388,51
13	Consultoria de implantação	horas	350	R\$ 226.863,00	R\$ 173.250,00	R\$ 4.118.590,89
14	Treinamento (duração total de 40h)	unidade	10	R\$ 65.790,00	R\$ 76.300,00	Não se aplica
TCO				R\$ 23.765.290,38	R\$ 28.935.252,96	R\$ 31.575.863,49

\* Threat Protection Throughput (mínimo) - representa a capacidade mínima de processamento de um firewall NGFW ao executar todas as funções avançadas de segurança simultaneamente — como IPS, antivírus, filtragem web, inspeção SSL e controle de aplicações.

**NOTA:** O termo “**Não se aplica**” justifica-se em duas possibilidades:

- Quando se refere ao fabricante Fortinet, indica equipamentos e/ou softwares já existentes no parque tecnológico da Fiocruz e que serão reaproveitados;
- Quando se refere aos demais fabricantes (Checkpoint / Cisco), indica que determinada função será realizada por outro equipamento e/ou software, devido a particularidades tecnológicas de cada fabricante.

### 13. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Após análise técnica e estratégica, essas alternativas foram descartadas por apresentarem limitações em relação à adoção da solução já existente no órgão, conforme os critérios técnicos, operacionais, econômicos e de governança apresentados a seguir.

Em especial, foram identificados os seguintes pontos críticos quanto à viabilidade de substituição da solução atualmente adotada:

- **Alto custo total de propriedade (TCO):** Conforme a análise comparativa de custos (item 5), as soluções alternativas representam elevação significativa do investimento total, chegando, em comparação à solução atual (Fortinet), a mais de 21,75% (solução Checkpoint), e a mais de 32,86% (solução Cisco), no horizonte de 10 anos de contrato, período máximo permitido para contratação de soluções de TIC conforme o § 3º do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- **Impactos operacionais e na continuidade do serviço público:** A solução atual está em operação desde 2015, integrada em diversas unidades da Fiocruz, distribuídas por 10 estados e atendendo a 13 localidades. Sua substituição demandaria reconfiguração de políticas de segurança, migração de regras, readequação de integrações com ferramentas de SIEM e gerenciamento, além de eventual parada programada nos serviços, o que afeta a **continuidade administrativa** (art. 11 da Lei nº 14.133/2021).
- **Capacitação e curva de aprendizagem:** A equipe técnica já está capacitada e maturidades já consolidadas no uso da solução atual. A substituição exigiria requalificação, com impacto direto na produtividade e aumento de custos indiretos com treinamentos especializados e certificações.
- **Ganhos já consolidados em padronização e interoperabilidade:** A atual plataforma Fortigate está integrada com soluções complementares da mesma fabricante (como FortiAnalyzer e FortiManager), permitindo visibilidade centralizada, automação de respostas a incidentes e interoperabilidade entre sites. Tais funcionalidades seriam parcialmente perdidas ou exigiriam investimentos adicionais para se obter com outras soluções.

O princípio da padronização, da continuidade da solução está alinhado com os princípios da legalidade, finalidade, economicidade, interesse público e vantagem para a Administração, sem prejuízo dos demais princípios que estão presentes na contratação de bens, produtos e serviços para Administração Pública.

Por questões estratégicas e de operação é importante utilizar produtos que apresentem configuração, manutenção e operacionalidade iguais ou similares ao atualmente instalado, tornando o processo de implantação, operação e transmissão de conhecimento menos complexo, mais célere e com menos riscos e impactos negativos ao negócio.

A equipe técnica da Fiocruz desenvolveu experiência e maturidade prática em lidar com incidentes e problemas durante o período em que a atual solução se encontra em operação. Dispor desta maturidade assegura melhores condições na identificação e resolução dos problemas, controle e fiscalização dos

serviços de segurança contratados, podendo resolvê-los com efetividade e celeridade, preservando os investimentos realizados e o conhecimento adquirido, para o acompanhamento e fiscalização dos serviços.

A continuidade da solução que está em operação em todas as unidades da Fiocruz, mostra-se vantajosa por ter demonstrado por todos esses anos que a solução atende aos requisitos de segurança, pois tem sido eficaz e efetiva nas ações de proteção de perímetro.

Seguindo a estratégia de padronização das tecnologias utilizadas na Fiocruz, decidiu-se atualizar e aumentar o escopo das soluções de proteção de perímetros para aumentar a visibilidade e detecção contra-ataques cibernéticos.

Abaixo alguns fatores que influenciaram na decisão:

- Gestão centralizada das tecnologias;
- Integração ativa entre as soluções de segurança;
- Visão unificada por meio de console única;
- Solução em funcionamento em 13 unidades, distribuídas em 10 Estados da Federação;
- Economia processual e mitigação de riscos de implantação: A adoção de uma nova tecnologia implicaria em novos contratos de suporte, consultorias especializadas e fases de homologação e testes, aumentando o risco de falhas ou incompatibilidades. A permanência da tecnologia atual mitiga esses riscos.
- Aproveitamento de equipamentos: Propõe-se a continuidade do uso dos equipamentos NGFW atualmente operacionais, com a manutenção apenas dos contratos de licenciamento e suporte. Os dispositivos seguem atendendo às necessidades técnicas e não apresentam falhas que justifiquem substituição. A medida visa otimizar recursos, garantir atualização e suporte do fabricante, além de evitar gastos imediatos com novos ativos, mantendo a segurança e a eficiência operacional da rede.

Dessa forma, a substituição da solução em uso por uma nova tecnologia, embora possível tecnicamente, não se mostra vantajosa à Administração Pública, pois não apresenta ganho relevante de desempenho, segurança ou escalabilidade que justifique o aumento expressivo de custos e impactos operacionais.

Essa conclusão está em conformidade com os princípios da eficiência (art. 11, §1º da Lei 14.133/2021), economicidade, vantajosidade da contratação (art. 18, II da mesma lei), bem como com as diretrizes do Acórdão nº 2.622/2015 – TCU – Plenário, que orienta que a padronização de soluções, quando tecnicamente justificada, não configura direcionamento indevido, mas sim racionalização de recursos públicos.

A solução de TIC a ser contratada abrange a atualização da infraestrutura de segurança perimetral do órgão por meio da aquisição de novos equipamentos Fortinet (modelo FortiGate), devidamente homologados e compatíveis com o ambiente existente, bem como a renovação das licenças de uso e suporte técnico especializado dos recursos NGFW.

A contratação tem por objetivo garantir a continuidade dos serviços de segurança da informação, manter a padronização tecnológica já consolidada com a plataforma Fortinet e mitigar riscos operacionais relacionados à indisponibilidade de serviços críticos de rede. A solução contempla os seguintes elementos:

### **13.1. Aquisição de Equipamentos (Appliances Fortinet – FortiGate)**

- Fornecimento de novos appliances físicos FortiGate, com capacidade adequada para o tráfego atual e escalabilidade futura, considerando redundância e alta disponibilidade (HA);
- Equipamentos com suporte a funcionalidades NGFW integradas (antivírus, antispam, IPS, web filtering, application control, SSL inspection, SD-WAN, entre outras);
- Suporte a autenticação com Active Directory e RADIUS, integração com SIEM, balanceamento de links e segmentação de rede via VLAN e VDOMs;
- Possibilidade de suporte e garantia pelo mesmo período de vigência do contrato, com SLA de atendimento técnico conforme criticidade da operação.

### **13.2. Instalação, Configuração e Integração**

- Serviço de instalação física e lógica dos novos equipamentos, incluindo montagem em rack, cabeamento, energização e conexão aos ativos de rede existentes;
- Configuração inicial e avançada dos recursos NGFW, com migração de regras, políticas de segurança, NAT, VPNs, perfis de inspeção e demais parâmetros do firewall atual;
- Integração com sistemas já utilizados pela instituição, como plataformas de autenticação (AD, LDAP), servidores de logs, sistemas de monitoramento (ex.: Zabbix), soluções de SIEM e controle de banda;

- Testes de conectividade, inspeção SSL, failover de links, failover de equipamentos (HA) e demais procedimentos operacionais essenciais;
- Elaboração e entrega de documentação técnica detalhada, com diagramas, parâmetros e rotinas operacionais;
- Treinamento operacional da equipe técnica interna, caso necessário, para operação, monitoramento e gestão dos novos ativos.

### 13.3. Licenciamento e Suporte Técnico (NGFW)

- Renovação ou aquisição das licenças de uso de todas as funcionalidades NGFW disponíveis nos equipamentos Fortinet, pelo período mínimo de 36 meses;
- Acesso contínuo às bases de atualização de assinaturas e definições de segurança da Fortinet (FortiGuard Services), incluindo antivírus, IPS, DNS filtering, web filtering, application control, entre outros;
- Suporte técnico 24x7x365 do fabricante ou de parceiro autorizado, com canal direto para abertura de chamados e obtenção de firmware e patches de segurança;
- Acesso ao FortiCare, com relatórios de desempenho, alertas de vulnerabilidade, análises de tráfego e inteligência de ameaças;
- Atualizações regulares de firmware e correções de segurança durante todo o período de cobertura;
- Acompanhamento pós-implantação e apoio técnico em eventuais reconfigurações.
- A contratação, portanto, não se restringe à mera renovação de serviços, mas envolve a evolução tecnológica da solução existente, aumento da capacidade de processamento e fortalecimento da política de segurança da informação institucional, atendendo aos requisitos normativos e de governança (ex.: IN 01/2019 – SEGES/ME, Lei 14.133/2021, IN 04/2020 – SGD/ME).

### 13.4. Aspectos Técnicos

Para atender às necessidades da Fiocruz de forma eficiente e segura, a solução proposta deve contemplar os seguintes aspectos técnicos, garantindo robustez, disponibilidade e proteção avançada:

- **Firewall Stateful:** Capacidade de inspecionar e controlar o tráfego de rede com base no estado das conexões, garantindo análise aprofundada e controle seguro das comunicações.
- **Anti-DDoS:** Proteção contra ataques de negação de serviço distribuídos (DDoS), mitigando tentativas de sobrecarregar a rede e assegurando a disponibilidade dos serviços críticos.
- **Antivírus:** Mecanismo de detecção e bloqueio de malware e vírus em tempo real, protegendo os dispositivos e os dados contra ameaças conhecidas.
- **IDS/IPS (Sistemas de Detecção e Prevenção de Intrusões):** Capacidade de identificar, bloquear e responder a atividades maliciosas e tentativas de intrusão na rede de forma automatizada e eficiente.
- **WebFilter:** Controle de acesso a sites e conteúdo web, permitindo a filtragem de endereços maliciosos e a implementação de políticas de uso seguro da internet.
- **Controle de Aplicações:** Capacidade de identificar, monitorar e controlar o uso de aplicativos específicos na rede, assegurando a priorização de tráfego e o bloqueio de aplicações não autorizadas.
- **Controle de Ameaças Persistentes:** Implementação de mecanismos para detectar e mitigar **ameaças avançadas persistentes (APT)**, garantindo a proteção contra ataques direcionados e sofisticados.
- **SD-WAN (Software-Defined Wide Area Network):** Tecnologia que otimiza e gerencia conexões de rede entre filiais, datacenters e nuvem, usando software para definir rotas e priorizar o tráfego. Ela aumenta o desempenho, reduz custos com links dedicados e melhora a segurança e a disponibilidade das comunicações corporativas.
- **Outras Funcionalidades de Segurança e do Equipamento:** serão especificadas no Termo de Referência para cada item, inerentes ao tipo de interfaces, gerenciamento centralizado, inspeção de tráfego criptografado (SSL/TLS), quantidades de conexões simultâneas e por segundo, dentre outros.

## 14. Estimativa de custo total da contratação

**Valor (R\$):** 23.765.290,30

O custo estimado total da contratação é de R\$ 23.765.290,38 (vinte e três milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, duzentos e noventa reais e trinta e oito centavos).

A estimativa de custo foi elaborada com base em um contrato com vigência de 36 meses, bem como em cotações de mercado obtidas junto a fornecedores especializados, referências de contratações similares disponíveis no Painel de Preços e Compras.gov.br, além de dados históricos de aquisições anteriores realizadas pela instituição.

A contratação inclui os seguintes itens:

Item	CATSER	Descrição	Métrica	Qtd	Valor unitário	Valor Total
1	27014	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 1 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	5	R\$ 49.104,69	R\$ 245.523,45
2	27014	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 10 Gbps (Licenciamento + Suporte)	unidade	2	R\$ 69.234,52	R\$ 138.469,04
3	27014	Serviço de Firewall NGFW 1 GBps* – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	3	R\$ 142.576,62	R\$ 427.729,86
4	27014	Serviço de Firewall NGFW 5 GBps* – Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	4	R\$ 277.346,99	R\$ 1.109.387,96
5	27014	Serviço de Firewall NGFW 10 GBps* – Interface de 40 Gbps (Licenciamento + Suporte)	unidade	4	R\$ 909.304,13	R\$ 3.637.216,52
6	27014	Serviço de Firewall NGFW 25 GBps* – Interface de 100 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	4	R\$ 2.507.001,87	R\$ 10.028.007,48
7	27014	Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 1/10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	5	R\$ 663.992,09	R\$ 3.319.960,45
8	27014	Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 10/25 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	unidade	3	R\$ 961.147,97	R\$ 2.883.443,91
9	27014	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Coletor (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	unidade	1	R\$ 77.146,56	R\$ 77.146,56
10	27014	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Licenciamento + Suporte)	unidade	1	R\$ 569.424,815	R\$ 569.424,815
11	27014	Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	unidade	1	R\$ 824.337,205	R\$ 824.337,205

12	27014	Serviço de plataforma de gerenciamento centralizado dos dispositivos (Firewall/ NGFW e Switches) (Licenciamento + Suporte)	unidade	1	R\$ 211.990,13	R\$ 211.990,13
13	27332	Consultoria de implantação	horas	350	R\$ 648,18	R\$ 226.863,00
14	3840	Treinamento (duração total de 40h)	unidade	10	R\$ 6.579,00	R\$ 65.790,00

\* Threat Protection Throughput (mínimo) - representa a capacidade mínima de processamento de um firewall NGFW ao executar todas as funções avançadas de segurança simultaneamente — como IPS, antivírus, filtragem web, inspeção SSL e controle de aplicações.

**Obs.: Os valores e a vigência do contrato são indicativos e serão refinados na etapa de pesquisa de preços e elaboração do Termo de Referência.**

## 15. Justificativa técnica da escolha da solução

A escolha da solução baseia-se em diversos fatores técnicos:

- **Compatibilidade plena com o ambiente atual**, evitando retrabalho e custos de migração;
- **Alta performance de filtragem e prevenção de ameaças**, com recursos integrados (VPN, IPS, DPI, Web Filter, etc.);
- **Centralização da gestão**, permitindo maior visibilidade e controle da segurança nas unidades remotas;
- **Baixa curva de aprendizagem**, por já estar em operação e conhecida pelas equipes técnicas;
- **Redução de risco operacional**, evitando a introdução de soluções desconhecidas ou incompatíveis;
- **Amplo histórico de estabilidade e suporte eficaz** na operação atual;

## 16. Justificativa econômica da escolha da solução

A continuidade da solução Fortinet resulta em:

- **Economia direta com treinamentos, implantação e adaptação**;
- **Redução de custos de suporte técnico** pela familiaridade da equipe interna;
- **Maior retorno sobre o investimento anterior**, estendendo a vida útil da solução adquirida em exercícios passados;
- **Evita a obsolescência desnecessária** de appliances funcionais já integrados ao ambiente;
- **Economia estimada entre R\$ 5.167.962,58 e R\$ 7.810.573,11 em 3 anos**, comparativamente a soluções de mercado equivalentes (vide seção 12 - Análise Comparativa de custos (TCO)).

## 17. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Fortalecimento da segurança cibernética institucional;
- Melhoria da capacidade de resposta a incidentes;
- Uniformização da tecnologia de segurança nas unidades descentralizadas;
- Aumento da eficiência na administração da infraestrutura de rede segura;
- Melhor custo-benefício na proteção de dados institucionais;

- Adesão às diretrizes da LGPD, IN nº 1/2019 e do Decreto 10.540/2020.

## 18. Providências a serem Adotadas

- Condução da **pesquisa de preços** junto ao mercado fornecedor;
- Elaboração do **Termo de Referência**, com base nas informações do ETP;
- Abertura de processo licitatório, preferencialmente na modalidade **pregão eletrônico**;
- Publicação no **PNCP** (Portal Nacional de Contratações Públicas);
- Elaboração de **plano de trabalho para implantação e integração da solução**;
- Acompanhamento técnico do contrato por parte da CSIN e COGETIC.

## 19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 19.1. Justificativa da Viabilidade

Com base na análise técnica e na estimativa orçamentária realizada, a **contratação de serviço de solução integrada de firewall NGFW (Next-Generation Firewall)** apresenta-se **viável técnica, econômica e operacionalmente** para atender às necessidades da instituição no âmbito da segurança da informação e proteção de ativos digitais.

O serviço contempla **aprimoramento da infraestrutura existente, redução de riscos operacionais, continuidade na padronização tecnológica, melhoria na gestão de ameaças cibernéticas e adesão a práticas de governança e conformidade**, conforme preconizam:

- Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos);
- Decreto nº 10.540/2020 (GRC e segurança da informação);
- IN SGD/ME nº 01/2019 (Plano Diretor de TIC);
- IN SGD/ME nº 04/2020 (contratações de TIC).

Além disso, o investimento na manutenção da solução atual (Fortinet) evita **custos adicionais com treinamentos, reconfigurações e migrações complexas**, promovendo economia, aderência à política de continuidade de negócios e aumento da eficiência operacional da área de TIC.

A contratação é, portanto, **tecnicamente justificada, financeiramente adequada e juridicamente embasada**, atendendo ao interesse público com transparência e razoabilidade.

## 20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ROBENSON LUIZ MINSKI**

Integrante Requisitante da EPC



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 14:36:02.

**THIAGO DE QUEIROZ PEREIRA MENEZES**

Integrante Técnico da EPC



*Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 10:28:20.*

**BRUNO BEZERRA CARVALHO**

Integrante Administrativo da EPC



*Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 15:31:44.*

**MISAEEL SOUSA DE ARAUJO**

Autoridade Máxima de TIC



*Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 14:08:49.*

ID	Hora de início	Hora de conclusão	Hora da última modificação	Identificação da Unidade/Escritório Regional	A Unidade/Escritório Regional possui, aproximadamente quantos usuários (colaboradores, alunos, etc) com acesso à Internet?	A Unidade/Escritório Regional possui usuários que utilizam SSL-VPN para acesso remoto aos recursos e sistemas de TI?	Em caso afirmativo, aproximadamente quantos usuários simultaneamente?	Qual a velocidade do link principal de acesso à Internet da Unidade/Escritório Regional?	Qual nome do Provedor do link principal de acesso à Internet da Unidade/Escritório Regional?	A Unidade/Escritório Regional possui link redundante de acesso à Internet?	Em caso afirmativo, qual a velocidade do link redundante de acesso à Internet da Unidade/Escritório Regional?	Qual nome do Provedor do link redundante de acesso à Internet da Unidade/Escritório Regional?	Nesse espaço, o colaborador responsável poderá descrever quaisquer observações e informações adicionais que possam auxiliar no processo de dimensionamento e contratação de Firewall/UTM para sua Un....
1	6/23/25 16:55:28	6/23/25 16:59:28		Fiocruz - MS	De 25 a 50 usuários	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	RNP	Não			Isso é o retrato de hoje, porém, temos dois prédios em construção, o primeiro será entregue no final desse ano e o outro está previsto para o ano de 2026. A previsão é dobrar a quantidade de usuários até o final de 2026.
2	6/23/25 17:07:18	6/23/25 17:14:28		Fiocruz - RO	De 250 a 500 usuários	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	RNP(COMEF)	Não			Atualmente, nosso link de internet de 1Gbps não apresenta velocidade estável, oscilando entre 5Mbps e 270Mbps ao passar pelo firewall Fortinet. Considerando que o link contratado é de 1Gbps, essa instabilidade compromete seriamente a operação. Diante disso, é urgente a necessidade da implementação de um link redundante para garantir maior disponibilidade e confiabilidade na conexão.
3	6/23/25 22:06:02	6/23/25 22:10:33		Farmanguinhos - RJ	Acima de 1000 usuários	Sim	Até 500 usuários	1 Gbps	COMEPE - LINK DE LIGAÇÃO CTM PARA MANGUINHOS. SAIDA PARA INTERNET É A MESMA DA FIOCRUZ	Sim	1 Gbps	NETWAY	Atualmente temos um Fortigate 100F, que foi comprado de emergência, atendendo o mínimo necessário (principalmente no que diz respeito a VPN).
4	6/24/25 7:40:58	6/24/25 7:42:52		INI	Acima de 1000 usuários	Sim	Até 200 usuários	10 Gbps	Fiocruz	Não			

5	6/24/25 9:47:23	6/24/25 9:54:26	IRR - MG	De 500 a 1000 usuários	Sim	Até 200 usuários	10 Gbps	RNP - Rede Comep	Sim	1 Gbps	Algar Telecom	Gostaria que o novo firewall fosse fornecido já com fontes redundantes. O equipamento atual, apesar de permitir a adição de uma segunda fonte, não veio com esse item instalado, o que fragiliza a operação do ambiente em caso de necessidade de manutenção no nobreak. Também não temos acesso a opção de desligamento do firewall por ele ser gerenciado pela Cogetic. Nesses casos, uma manutenção não programada acaba requerendo a desenergização do equipamento, o que certamente não é um procedimento aconselhável. Seria interessante algum recursos (de hardware ou de software) que permita o desligamento/reboot do equipamento por parte da equipe de TI local.
6	6/24/25 9:32:34	6/24/25 10:05:35	Fiocruz Sede - RJ	Acima de 1000 usuários	Sim		menos de 1 Gbps	AGI Group	Sim			
7	6/24/25 9:59:55	6/24/25 10:22:12	Fiocruz Sede - RJ	Acima de 1000 usuários	Sim	Acima de 1000 usuários	1 Gbps	Fundacao Instituto Oswaldo Cruz	Sim	Não sei informar		
8	6/24/25 10:32:52	6/24/25 10:43:22	GEREB - DF	De 250 a 500 usuários	Sim	Até 200 usuários	10 Gbps	RNP	Sim	10 Gbps	RNP	Embora possuamos um link de 10 Gbps, o desempenho atual está limitado pela capacidade do nosso firewall, modelo FortiGate 300E, que oferece suporte máximo de até 1 Gbps.
9	6/24/25 11:07:21	6/24/25 11:08:41	Fiocruz - CE	De 100 a 250 usuários	Sim	Até 200 usuários	10 Gbps	RNP	Sim	1 Gbps	Telly / Texnet	
10	6/24/25 10:40:58	6/24/25 11:22:57	IFF - RJ	Acima de 1000 usuários	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Redecomep	Sim	500 MB	DATACORPORE	O modelo que foi instalado aqui no IFF em Junho de 2024 (Fortigate 3600C), após o ataque hacker, está obsoleto e não aceita mais atualizações de segurança. Hoje ele funciona como gateway e roteador da rede
11	6/24/25 13:08:12	6/24/25 13:11:14	Fiocruz Sede - RJ	De 250 a 500 usuários	Sim	Até 200 usuários	10 Gbps	cogetic	Não		não tem	
12	6/24/25 13:50:22	6/24/25 13:55:01	ILMD - AM	De 500 a 1000 usuários	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	MetroMao - RNP-POP-AM	Sim	50Mbps	Contrato FullTelecom	Necessitaremos de visualização em tempo real dos serviços que estão sendo monitorados para que possamos agir de forma preventiva nas correções que se fizerem necessárias.
13	6/25/25 10:44:55	6/25/25 10:44:58	Fiocruz Sede - RJ	De 500 a 1000 usuários	Sim	Até 200 usuários	10 Gbps	Rede COMEP	Não		Não se aplica	
14	6/26/25 13:06:18	6/26/25 13:08:35	CDTS	De 100 a 250 usuários	Sim	Até 200 usuários	10 Gbps	COMEP	Não			

15	6/27/25 11:21:38	6/27/25 11:23:15	Fiocruz Sede - RJ	Acima de 1000 usuários	Sim	Até 500 usuários	10 Gbps	REDE GIGA	Não			
16	6/27/25 15:34:28	6/27/25 15:35:56	IGM - BA	De 500 a 1000 usuários	Sim	Até 200 usuários	2 Gbps	REMESSA (RNP)	Não			Considero importante que o firewall seja um par funcionando em failover para evitar indisponibilidade do serviço caso ocorra algum problema em uma das unidades.
17	6/30/25 11:19:20	6/30/25 11:23:54	ICC - PR	De 500 a 1000 usuários	Sim	Até 200 usuários	20 Gbps Internet (duas interfaces de 10Gbps. Temos Projeto em implantação com previsão para primeiro semestre de 2026 com interface de 100Gbps Rede e-Ciência RNP.	RNP	Sim	40Mbps	Ligga	Registro a participação da unidade no projeto e-Ciência, da RNP, o qual está integrado à rede de 100 Gbps, com previsão de implantação no primeiro semestre de 2026. Sendo necessário interface com essa velocidade no Firewall.
18	7/11/25 14:36:02	7/11/25 14:39:03	CPQAM - PE	De 500 a 1000 usuários	Sim	Até 200 usuários	10 Gbps	RNP	Não			Maior pendência no nosso ambiente é a contratação de um link redundante, que está em fase inicial do processo.
19	7/11/25 15:43:35	7/11/25 15:47:08	Fiocruz Sede - RJ	Acima de 1000 usuários	Sim	Acima de 1000 usuários	10 Gbps	Comep	Sim	1 Gbps	NetWay	Fernando Hosken
20	7/17/25 9:43:48	7/17/25 9:45:31	Palácio de Itaboraí - RJ	De 50 a 100 usuários	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Redecomep - Petrópolis	Não			
21	7/17/25 9:47:52	7/17/25 9:49:04	Del Castilho - RJ	Até 25 usuários	Sim	Até 200 usuários	100 Mbps	Netway	Não			
22	7/17/25 9:49:18	7/17/25 9:49:51	Mata Atântica - RJ	De 100 a 250 usuários	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Netway	Não			

ID	UF	Tipo	Nome	Quantitativo de usuários com acesso à Internet	Usuários corporativos	Alunos (usuários eventuais)	Utiliza SSL-VPN?	Quantitativo de usuários com acesso à SSL-VPN	Velocidade do link principal de acesso à Internet	Possui link redundante?	Velocidade do link redundante
1	RJ	Unidade	Fiocruz Sede	Acima de 5000 usuários	16433	2873	Sim	Até 2000 usuários	100 Gbps	Sim	1 Gbps
2	CE	Unidade	Fiocruz Ceará	De 250 a 500 usuários	270	30	Sim	Até 200 usuários	100 Gbps	Sim	1 Gbps
3	PE	Unidade	IAM	De 500 a 1000 usuários	577	119	Sim	Até 200 usuários	40 Gbps	Não	
4	BA	Unidade	IGM	De 500 a 1000 usuários	728	222	Sim	Até 200 usuários	40 Gbps	Não	
5	PR	Unidade	ICC	De 250 a 500 usuários	395	100	Sim	Até 200 usuários	20 Gbps	Sim	40Mbps
6	RJ	Unidade	Centro de Pesquisa	De 50 a 100 usuários	55	2	Sim	Até 200 usuários	10 Gbps	Não	
7	DF	Unidade	GEREB	De 500 a 1000 usuários	789	472	Sim	Até 200 usuários	10 Gbps	Sim	10 Gbps
8	MG	Unidade	IRR	De 500 a 1000 usuários	640	300	Sim	Até 200 usuários	10 Gbps	Sim	1 Gbps
9	RJ	Unidade	Farmanguinhos	Acima de 1000 usuários	1448	5	Sim	Até 500 usuários	1 Gbps	Sim	1 Gbps
10	MS	Unidade	Fiocruz Mato Grosso do Sul	De 100 a 250 usuários	200	1665	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Não	
11	RO	Unidade	Fiocruz Rondônia	De 250 a 500 usuários	260	64	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Não	
12	RJ	Unidade	IFF	Acima de 1000 usuários	1913	354	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Sim	500 MB
13	AM	Unidade	ILMD	De 250 a 500 usuários	450	516	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Sim	50Mbps
14	RJ	Escritório	Mata Atântica	De 50 a 100 usuários	97	0	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Não	
15	RJ	Escritório	Palácio de Itaboraí	De 25 a 50 usuários	47	0	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Não	
16	RJ	Escritório	Del Castilho	Até 25 usuários	4	0	Sim	Até 200 usuários	100 Mbps	Não	
17	PI	Escritório	Fiocruz Piauí	Até 25 usuários	11	1	Sim	Até 200 usuários		Não	
18	RJ	Escritório	Paraty	De 100 a 250 usuários	209	0	Sim	Até 200 usuários		Não	
19	RJ	Unidade	IFF/Hospital da Lagoa	Acima de 1000 usuários	12100	300	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Sim	500MB



10	CE	Unidade	Fiocruz Ceará	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 25 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering 7) alta disponibilidade (HA) e redundância	x	x	x	x	x	2	Unidade
11	PE	Unidade	IAM	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 10 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	x	x	x	N/A	1	Unidade
12	BA	Unidade	IGM	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 10 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	x	x	x	N/A	1	Unidade
13	PR	Unidade	ICC	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 5 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x	1	Unidade
14	RJ	Unidade	Centro de Pesquisa	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 5 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x	1	Unidade
15	DF	Unidade	GEREB	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 5 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x	1	Unidade
16	MG	Unidade	IRR	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 5 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x	1	Unidade
17	RJ	Unidade	Farmanguinhos	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x	1	Unidade
18	MS	Unidade	Fiocruz Mato Grosso do Sul	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x	1	Unidade
19	RO	Unidade	Fiocruz Rondônia	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x	1	Unidade

20	RJ	Unidade	IFF	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering 7) alta disponibilidade (HA) e redundância	N/A	N/A	N/A	x	x			2	Unidade
21	AM	Unidade	ILMD	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x			1	Unidade
22	RJ	Escritório	Mata Atlântica	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Desktop 3) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 4) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 5) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	N/A	x			1	Unidade
23	RJ	Escritório	Palácio de Itaboraí	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Desktop 3) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 4) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 5) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	N/A	x			1	Unidade
24	RJ	Escritório	Del Castilho	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Desktop 3) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 4) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 5) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	N/A	x			1	Unidade
25	PI	Escritório	Fiocruz Piauí	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Desktop 3) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 4) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 5) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	N/A	x			1	Unidade
26	RJ	Escritório	Paraty	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Desktop 3) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 4) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 5) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	N/A	x			1	Unidade
27	RJ	Escritório	Fiocruz Piauí	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Desktop 3) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 4) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 5) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	N/A	x			1	Unidade
27	RJ	Unidade	IFF/Hospital da Lagoa	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Desktop 3) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 4) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 5) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering 6) alta disponibilidade (HA) e redundância	N/A	N/A	N/A	x	x	Fortinet		2	Unidade

ID	UF	Tipo	Nome	Produto	Fabricante / Fornecedor	Modelo de Referência	Quantidade	Medida	Part Number	Produto (Unitário)	Suporte (Unitário)	Licenciamento (Unitário)	Produto (Total)	Serviço (Total)	Licenciamento (Total)
1	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Equipamento			2	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Equipamento			2	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Equipamento			3	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Equipamento			5	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Software			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Software			2	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Software			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Consultoria			350	Horas					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Treinamento			10	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	CE	Unidade Regional	Fiocruz Ceará	Equipamento			2	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11	PE	Unidade Regional	IAM	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	BA	Unidade Regional	IGM	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13	PR	Unidade Regional	ICC	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14	RJ	Unidade Regional	Centro de Pesquisa	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	DF	Unidade Regional	GEREB	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16	MG	Unidade Regional	IRR	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	RJ	Unidade Regional	Farmanguinhos	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	MS	Unidade Regional	Fiocruz Mato Grosso do Sul	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	RO	Unidade Regional	Fiocruz Rondônia	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	RJ	Unidade Regional	IFF	Equipamento			2	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21	AM	Unidade Regional	ILMD	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	RJ	Escritório	Mata Atântica	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23	RJ	Escritório	Palácio de Itaboraí	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24	RJ	Escritório	Del Castilho	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25	PI	Escritório	Fiocruz Piauí	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26	RJ	Escritório	Paraty	Equipamento			1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27	RJ	Unidade Regional	IFF/Hospital da Lagoa	Equipamento			2	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
													<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Total da Contrataçã

R\$ 0,00

ID	UF	Tipo	Nome	Quantitativo de usuários com acesso à Internet	Usuários corporativos	Alunos (usuários eventuais)	Utiliza SSL-VPN?	Quantitativo de usuários com acesso à SSL-VPN	Velocidade do link principal de acesso à Internet	Possui link redundante?	Velocidade do link redundante
1	RJ	Unidade	Fiocruz Sede	Acima de 5000 usuários	16433	2873	Sim	Até 2000 usuários	100 Gbps	Sim	1 Gbps
2	CE	Unidade	Fiocruz Ceará	De 250 a 500 usuários	270	30	Sim	Até 200 usuários	100 Gbps	Sim	1 Gbps
3	PE	Unidade	IAM	De 500 a 1000 usuários	577	119	Sim	Até 200 usuários	40 Gbps	Não	
4	BA	Unidade	IGM	De 500 a 1000 usuários	728	222	Sim	Até 200 usuários	40 Gbps	Não	
5	PR	Unidade	ICC	De 250 a 500 usuários	395	100	Sim	Até 200 usuários	20 Gbps	Sim	40Mbps
6	RJ	Unidade	Centro de Pesquisa	De 50 a 100 usuários	55	2	Sim	Até 200 usuários	10 Gbps	Não	
7	DF	Unidade	GEREB	De 500 a 1000 usuários	789	472	Sim	Até 200 usuários	10 Gbps	Sim	10 Gbps
8	MG	Unidade	IRR	De 500 a 1000 usuários	640	300	Sim	Até 200 usuários	10 Gbps	Sim	1 Gbps
9	RJ	Unidade	Farmanguinhos	Acima de 1000 usuários	1448	5	Sim	Até 500 usuários	1 Gbps	Sim	1 Gbps
10	MS	Unidade	Fiocruz Mato Grosso do Sul	De 100 a 250 usuários	200	1665	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Não	
11	RO	Unidade	Fiocruz Rondônia	De 250 a 500 usuários	260	64	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Não	
12	RJ	Unidade	IFF	Acima de 1000 usuários	1913	354	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Sim	500 MB
13	AM	Unidade	ILMD	De 250 a 500 usuários	450	516	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Sim	50Mbps
14	RJ	Escritório	Mata Atântica	De 50 a 100 usuários	97	0	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Não	
15	RJ	Escritório	Palácio de Itaboraí	De 25 a 50 usuários	47	0	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Não	
16	RJ	Escritório	Del Castilho	Até 25 usuários	4	0	Sim	Até 200 usuários	100 Mbps	Não	
17	PI	Escritório	Fiocruz Piauí	Até 25 usuários	11	1	Sim	Até 200 usuários		Não	
18	RJ	Escritório	Paraty	De 100 a 250 usuários	209	0	Sim	Até 200 usuários		Não	
19	RJ	Unidade	IFF/Hospital da Lagoa	Acima de 1000 usuários	12100	300	Sim	Até 200 usuários	1 Gbps	Sim	500MB

ID	UF	Tipo	Nome	Produto	Descrição	Interfaces de 100 Gbps	Interfaces de 40 Gbps	Interfaces de 25 Gbps	Interfaces de 10 Gbps	Interfaces de 1 Gbps	Fabricante	Modelo de Referência	Quantidade	Medida
1	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 25 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering 7) alta disponibilidade (HA) e redundância	x	x	x	x	N/A	Fortinet		2	Unidade
2	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 10 Gbps 5) Renovação de Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	x	x	x	N/A	Fortinet	Fortigate 2200E	2	Unidade
3	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Equipamento	1) Switch Ethernet Seguro 48 Portas 10/25 Gbps 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Gerenciamento Integrado ao NGFW 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	x	x	x	N/A	Fortinet		3	Unidade
4	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Equipamento	1) Switch Ethernet Seguro 48 Portas 1/10 Gbps 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Gerenciamento Integrado ao NGFW 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	x	x	x	Fortinet		5	Unidade
5	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Software	1) Plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Coletor 2) Fornecimento de Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 3) Appliance Virtual						Fortinet	FortiAnalyzer - Collector Mode	1	Unidade
6	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Software	1) Plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico 2) Capacidade para 300GB/dia (mínimo) 3) Fornecimento/Renovação de Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 4) Appliance Virtual						Fortinet	FortiAnalyzer - Analyzer Mode	2	Unidade

7	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Software	1) Plataforma de Gerenciamento Centralizado dos Dispositivos (NGFW e Switches) 2) Deverá permitir o permite provisionamento, configuração, monitoramento e atualização 3) Suportar toda a solução contratada e permitir escalabilidade para, no mínimo, 25% do quantitativo de equipamentos 4) Renovação de Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 5) Appliance Virtual							Fortinet	FortiManager	1	Unidade	
8	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Consultoria	1) Consultoria para implementação de toda a solução contratada 2) Duração total de, no mínimo, 350 horas										350	Horas
9	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Capacitação	1) Passagem de conhecimento <i>in company</i> de toda a solução contratada 2) Duração total de, no mínimo, 40 horas										10	Unidade
10	CE	Unidade Regional	Fiocruz Ceará	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 25 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering 7) alta disponibilidade (HA) e redundância	x	x	x	x	x		Fortinet			2	Unidade
11	PE	Unidade Regional	IAM	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 10 Gbps 5) Renovação de Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	x	x	x	N/A		Fortinet	Fortigate 2200E		1	Unidade
12	BA	Unidade Regional	IGM	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 10 Gbps 5) Renovação de Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	x	x	x	N/A		Fortinet	Fortigate 2200E		1	Unidade
13	PR	Unidade Regional	ICC	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 5 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x		Fortinet			1	Unidade

14	RJ	Unidade Regional	Centro de Pesquisa	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 5 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x	Fortinet		1	Unidade
15	DF	Unidade Regional	GEREB	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 5 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x	Fortinet		1	Unidade
16	MG	Unidade Regional	IRR	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 5 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x	Fortinet		1	Unidade
17	RJ	Unidade Regional	Farmanguinhos	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x	Fortinet		1	Unidade
18	MS	Unidade Regional	Fiocruz Mato Grosso do Sul	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundante 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x	Fortinet	Fortigate 100F	1	Unidade
19	RO	Unidade Regional	Fiocruz Rondônia	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x	Fortinet	Fortigate 100F	1	Unidade

20	RJ	Unidade Regional	IFF	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering 7) alta disponibilidade (HA) e redundância	N/A	N/A	N/A	x	x	Fortinet	2	Unidade
21	AM	Unidade Regional	ILMD	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Rack 3) Fontes Redundantes 4) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 5) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 6) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	x	x	Fortinet	1	Unidade
22	RJ	Escritório	Mata Atântica	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Desktop 3) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 4) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 5) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	N/A	x	Fortinet	1	Unidade
23	RJ	Escritório	Palácio de Itaboraí	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Desktop 3) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 4) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 5) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	N/A	x	Fortinet	1	Unidade
24	RJ	Escritório	Del Castilho	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Desktop 3) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 4) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 5) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	N/A	x	Fortinet	1	Unidade
25	PI	Escritório	Fiocruz Piauí	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Desktop 3) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 4) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 5) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	N/A	x	Fortinet	1	Unidade
26	RJ	Escritório	Paraty	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Desktop 3) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 4) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 5) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering	N/A	N/A	N/A	N/A	x	Fortinet	1	Unidade

27	RJ	Unidade	IFF/Hospital da Lagoa	Equipamento	1) NGFW 2) Padrão Desktop 3) Threat Protection Throughput (mínimo) de 1 Gbps 4) Fornecimento de Equipamento, Licenciamento e Suporte Técnico - 24 meses (mínimo) 5) Principais módulos: IPS, Antivírus, Controle de Aplicações, VPN, SD-WAN, Web Filtering 6) alta disponibilidade (HA) e redundância	N/A	N/A	N/A	x	x	Fortinet	2	Unidade
----	----	---------	-----------------------	-------------	--	-----	-----	-----	---	---	----------	---	---------

ID	UF	Tipo	Nome	Produto	Fabricante / Fornecedor	Modelo de Referência	Quantidade	Medida	Part Number	Produto (Unitário)	Suporte (Unitário)	Licenciamento (Unitário)	Produto (Total)	Serviço (Total)	Licenciamento (Total)
1	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Equipamento	Fortinet		2	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Equipamento	Fortinet	Fortigate 2200E	2	Unidade		R\$ 0,00			<del>R\$ 0,00</del>	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Equipamento	Fortinet		3	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Equipamento	Fortinet		5	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Software	Fortinet	FortiAnalyzer - Collector Mode	1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Software	Fortinet	FortiAnalyzer - Analyzer Mode	2	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Software	Fortinet	FortiManager	1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Consultoria			350	Horas					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9	RJ	Sede	Fiocruz Sede	Treinamento			10	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	CE	Unidade Regional	Fiocruz Ceará	Equipamento	Fortinet		2	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11	PE	Unidade Regional	IAM	Equipamento	Fortinet	Fortigate 2200E	1	Unidade		R\$ 0,00			<del>R\$ 0,00</del>	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	BA	Unidade Regional	IGM	Equipamento	Fortinet	Fortigate 2200E	1	Unidade		R\$ 0,00			<del>R\$ 0,00</del>	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13	PR	Unidade Regional	ICC	Equipamento	Fortinet		1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14	RJ	Unidade Regional	Centro de Pesquisa	Equipamento	Fortinet		1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	DF	Unidade Regional	GEREB	Equipamento	Fortinet		1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16	MG	Unidade Regional	IRR	Equipamento	Fortinet		1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	RJ	Unidade Regional	Farmanguinhos	Equipamento	Fortinet		1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	MS	Unidade Regional	Fiocruz Mato Grosso do Sul	Equipamento	Fortinet	Fortigate 100F	1	Unidade		R\$ 0,00			<del>R\$ 0,00</del>	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	RO	Unidade Regional	Fiocruz Rondônia	Equipamento	Fortinet	Fortigate 100F	1	Unidade		R\$ 0,00			<del>R\$ 0,00</del>	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	RJ	Unidade Regional	IFF	Equipamento	Fortinet		2	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21	AM	Unidade Regional	ILMD	Equipamento	Fortinet		1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	RJ	Escritório	Mata Atântica	Equipamento	Fortinet		1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23	RJ	Escritório	Palácio de Itaboraí	Equipamento	Fortinet		1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24	RJ	Escritório	Del Castilho	Equipamento	Fortinet		1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25	PI	Escritório	Fiocruz Piauí	Equipamento	Fortinet		1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26	RJ	Escritório	Paraty	Equipamento	Fortinet		1	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27	RJ	Unidade Regional	IFF/Hospital da Lagoa	Equipamento	Fortinet		2	Unidade					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
													R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Total da Contratação: R\$ 0,00

FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ

Contrato 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	254420-FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ	PRISCILA FARIAS LOPES PINTO	25/05/2026 13:08 (v 0.3)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	388/2026	25028.000252/2025-18

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

A ~~[União] OU [Autarquia XXXXX] OU [Fundação Oswaldo Cruz]~~[A1] , por intermédio do(a) ~~[Instituto Carlos Chagas - ICC - FIOCRUZ PARANÁ contratante]~~, com sede no(a) ~~[Rua Algacyr Munhoz Mader, 3775, CIC, na cidade de [Curitiba]/[PR], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [33.781.055/0001-35], neste ato representado(a) pelo(a) [seu Diretor Sr. Fabiano Borges Figueiredo], nomeado(a) pela Portaria nº 669, de [1º] de [agosto] de [2025], publicada no DOU de [04] de [agosto] de [2025], portador da Matrícula Funcional nº [1555388], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 25028.000252/2025-18 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.[A2]~~

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ~~solução de tecnologia da informação e comunicação de~~ ~~[objeto]~~ serviço de segurança de rede multifuncional, fundamentada em Firewall de Próxima Geração (NGFW – Next Generation Firewall), contemplando licenciamento, suporte técnico especializado, fornecimento de novos appliances para atendimento às unidades e escritórios da Fiocruz (Sede, unidades regionais e escritórios) pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	Preço Unitário (24 meses)	Preço total (24 meses)

1	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 1 GBps – Interface de 1 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	27014	Unidade	5			
2	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 1 GBps – *Interface de 10 Gbps (Licenciamento + Suporte)	27014	Unidades	2			
3	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 1 GBps – *Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	27014	Unidades	6			
4	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 5 GBps – *Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	27014	Unidades	4			
5	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 10 GBps – *Interface de 40 Gbps (Licenciamento + Suporte)	27014	Unidades	3			
6	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 25 GBps – *Interface de 100 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	27014	Unidades	4			
7	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 1/10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	27014	Unidade	5			
8	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 10/25 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	27014	Unidade	3			
9	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo	27014	Unidade	1			

	Coletor (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)						
10	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Licenciamento + Suporte)	27014	Unidade	1			
11	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	27014	Unidade	1			
12	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)  Serviço de plataforma de gerenciamento centralizado dos dispositivos (Firewall/ NGFW e Switches) (Licenciamento + Suporte)	27014	Unidade	1			
13	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 10 GBps – *Interface de 40 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	27014	Unidade	1			
14	Serviços de Consultoria em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Consultoria de implantação	27332	Horas	350			
15	Treinamento Informática - Sistema / Software	3840	Unidade	10			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. [O Edital da Licitação]
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.[A1]~~

**OU**

2.2. O prazo de vigência da contratação é de **[2 (dois) anos]** contados do(a) **[assinatura do presente Contrato]**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. (Conforme estabelecido em Termo de Referência)

**OU**

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, **[A3]** prorrogável para até 15 anos (máximo de 15 anos, incluindo prorrogações), na forma do art. 114 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.4. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:~~

~~2.5. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;~~

~~2.5.1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;~~

~~2.5.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;~~

~~2.5.3. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;~~

~~2.5.4. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e~~

~~2.5.5. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A4]).~~

~~2.6. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.8. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.~~

~~2.9. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

**OU**

~~2.10. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo – máximo de um ano]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A5].~~

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. ~~O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).~~

**OU**

5.2. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

(Conforme Termo de Referência)

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

~~8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;~~  
Contratação sem mão de obra exclusiva

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

~~8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;~~ Contratação sem mão de obra exclusiva

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **15 dias úteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.[A2]

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **15 dias úteis**.[A3]

~~8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais[A4];~~ O Contrato não prevê garantia, conforme constante no Termo de Referência.

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A2]

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO[A3] ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação **ou para qualificação na contratação direta;**

~~9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~ Contrato sem mão de obra exclusiva

~~9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~ Contrato sem mão de obra exclusiva

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- ~~9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~ Os prestadores de serviço deverão ter qualificação comprovada, não cabendo a essas vagas menor aprendiz
- ~~9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~ Os prestadores de serviço deverão ter qualificação comprovada, não cabendo a essas vagas menor aprendiz.
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) :

UF	Identificação	Endereço
AM	ILMD	Rua Terezina - Adrianópolis, Manaus/AM CEP 69029-520
BA	IGM	Rua Waldemar Falcão - Candeal, Salvador/BA CEP 40296-710

CE	FIOCRUZ Ceará	Rua São José, S/N - Precabura, Eusébio/CE CEP 61.760-000
DF	GEREB	Avenida L3 Norte, S/N, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Brasília/DF, CEP 70904-130
MG	IRR	Avenida Olegário Maciel, N° 2360 - Santo Agostinho, Belo Horizonte /MG, CEP 30180-122
MS	FIOCRUZ Mato Grosso do Sul	Rua Gabriel Abrão, 92 - Jardim das Nações, Campo Grande/MS CEP 79081-746
PE	IAM	Avenida Professor Moraes Rego, S/N - Cidade Universitária, Recife/PE, CEP 50740-465
PI	FIOCRUZ Piauí	Avenida Higino Cunha, 1500 - Ilhotas, Teresina/PI CEP 64001-420
PR	ICC	Rua Professor Algacyr Munhoz Mader, 3775 - Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba/PR, CEP 81310-020
RJ	Del Castilho	R. Bpo. Lacerda, 25 - Del Castilho, Rio de Janeiro/RJ CEP 21051-120
RJ	Farmanguinhos	Av. Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ - Brasil CEP 22775-903
RJ	FIOCRUZ SEDE	Avenida Brasil, 4365 - Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ CEP 21040-360
RJ	IFF	Avenida Rui Barbosa, 716 - Flamengo, Rio de Janeiro/RJ CEP: 22250-020
RJ	Mata Atlântica	Avenida Sampaio Corrêa, S/N - Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ CEP: 22713-560
RJ	Palácio de Itaboraí	Rua Visconde de Itaboraí, 188 - Petrópolis, Rio de Janeiro/RJ CEP 25.655-030
RJ	Paraty	Rua Dr. Pereira da Silva, 77 - Centro, Paraty/RJ CEP 23970-000
RJ	Centro de Pesquisa	Av. Brasil, 4036 - Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ CEP 21040-361
RJ	IFF/Hospital da Lagoa	R. Jardim Botânico, 501 - Lagoa, Rio de Janeiro - RJ CEP 22470-050
RO	FIOCRUZ Rondônia	Rua da Beira, 7671 - Lagoa, Porto Velho/RO CEP 76812-245

~~9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[A4] . Haverá deslocamento para a prestação de serviços.~~

9.36 Os serviços serão prestados nos endereços indicados, dentro de horário de expediente da Fiocruz e em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira das 08h as 17h, conforme Termo de Referência.

~~9.37.Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

~~9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.[A5]~~

~~9.38.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

~~10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.~~

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A4]

**Manter essa CLAUSULA CONTRATUAL por se tratar de prestação de serviço de TI em que é possível acessos de dados pessoais e sensíveis.**

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. ~~Não haverá exigência de garantia contratual da execução.~~

**Conforme disposto em Termo de Referência.**

~~ou~~

~~11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.~~

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

~~13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.~~

~~13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:~~

~~13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.~~

**OU**

13.4. O contrato **será extinto** quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.5. O contrato **poderá** ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.[A2]

13.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A3]

**OU**

~~13.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A4] contraentes.~~

13.9. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

### 13.10.3. Indenizações e multas.

13.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

### 13.12. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.12.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.12.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.13. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: [.254480..];

II) Fonte de Recursos: [1002];

III) Programa de Trabalho: [.A1CGT..];

IV) Elemento de Despesa: [339040];

V) PTRES: [172771];

VI) Nota de Empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, ~~mediante apostilamento.[A1]~~ mediante emissão de novas Notas de Empenho ou reforço a Nota de Empenho já informada.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A1]

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Rio de Janeiro*, Seção Judiciária do Rio de J para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

### TESTEMUNHAS:

1-

2- [A1]

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA REGULARIDADE

19.1 A CONTRATADA comprovou a inexistência de débito para com as contribuições sociais, conforme consulta datada de XXXX ao SICAF (XXX), CADIN (XXXX) e TCU (), constantes do processo nº 25028.000252/2025-18.

## 20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PRISCILA FARIAS LOPES PINTO**

Chefe do Serviço de Contratos

**Portaria da Diretoria Executiva**

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

**RESOLVE:****1.0 - PROPÓSITO**

Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

**2.0 - OBJETIVO****CAPÍTULO I****DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. advertência;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

III. dar causa à inexecução total do contrato:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.

§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.

§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.

§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.

§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.

Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.

§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## CAPÍTULO II

### DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

#### Seção I

##### Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;

III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:

- a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
- b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
- c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.

V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

#### Seção II

##### Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

### CAPÍTULO III

#### DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

##### Seção I

###### Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.

Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.

Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios. Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.

Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.

Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:

I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;

II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;

III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;

IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;

V. Cópia de notas fiscais/fatura;

VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;

VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;

VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;

IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;

X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.

Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.

Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.

Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

##### Seção II

###### Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.

§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.

§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.

§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

### Seção III Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.

Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:

- I. os fatos;
- II. os argumentos apresentados;
- III. as provas eventualmente apresentadas;
- IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;
- V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e
- VI. outras informações necessárias e pertinentes.

Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.

§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.

Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.

§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.

§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.

Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.

Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.

Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.

Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.

§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.

Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

#### CÁPITULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:

I. a reparação integral do dano causado;

II. o pagamento da multa aplicada;

III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.

Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.

Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

#### 3.0 - VIGÊNCIA

Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA, Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

## Anexo I

### Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

#### Dosimetria e Circunstâncias

Selecione as possíveis sanções/incisos:

**Impedimento**

**IV**

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)			
Atenuantes (até 20%)		1	-4%
Agravantes (até 20%)		4	20%
Total		5	16%

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

As circunstâncias agravantes ou atenuantes		Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;		
	b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;	X	-4%
	c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.		
	V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%
Agravantes (até 50%)	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
	IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.	X	5%
Total			16%

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.

**Anexo II**  
**Modelo de Comunicação Preliminar**

**Comunicação Preliminar**

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

ENDEREÇO: XXXXXX

A/C: Sr. Representante Legal

Assunto: Solicitação de esclarecimentos ou providências quanto a execução do Contrato XX/2025 – Processo Administrativo XXXXXX/2025-XX.

**COMUNICAÇÃO PRELIMINAR**

Prezado(a),

Com amparo na Lei nº 14.133, de 2021, solicito justificativas ou esclarecimentos, bem como adoção de eventuais providências, sobre os fatos abaixo relacionados: A contratada EMPRESA xxx LTDA, até a presente data, não cumpriu ao previsto na cláusula xx do Edital do certame licitatório de nº. Xx - cláusula xx do Termo de Referência, uma vez que xxx.

Alertamos que o licitante/contratada está sujeito às penalidades previstas na Cláusula xx, também do Edital.

Tendo em vista os fatos acima elencados, requer-se a imediata regularização da situação supracitada.

Por oportuno, informo que o não atendimento da providência ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Portaria nº. xxx e na legislação correlata em vigor, e será processado de acordo com as seguintes fases:

- (a) instauração do processo para apuração de responsabilidade;
- (b) fase da defesa prévia: será aberto prazo para apresentação de defesa prévia do licitante/contratado;
- (c) fase de aplicação da sanção: se os argumentos presentes na defesa não forem suficientes para afastar a sanção prevista e/ou não forem apresentadas as provas do alegado, a sanção será aplicada pela autoridade competente com abertura de prazo para recurso administrativo;
- (d) fase recursal: protocolado o pedido de reconsideração ou recurso, se não reconsiderar a decisão, a autoridade que aplicou a sanção remeterá o recurso à autoridade imediatamente superior para análise e decisão sobre o recurso;
- (e) fase executória: caso haja a manutenção da decisão de aplicação da penalidade, esta será registrada no SICAF e a multa será cobrada do licitante/contratado.

Atenciosamente,

**Servidor**  
**SIAPE**

### Anexo III

#### Modelo de Relatório a ser enviado à Comissão – Descrição da Infração

##### 1. Identificação do Contrato

- Número do Contrato: \_\_\_\_\_
- Objeto do Contrato: \_\_\_\_\_
- Processo Administrativo nº: \_\_\_\_\_
- Unidade Administrativa Responsável: \_\_\_\_\_
- Vigência do Contrato: // \_\_\_\_\_ até // \_\_\_\_\_  
Ou

##### 2. Identificação do Certame

- Número do Certame: \_\_\_\_\_
- Objeto: \_\_\_\_\_
- Item licitado: \_\_\_\_\_

##### 3. Identificação do Contratado/Licitante

- Razão Social: \_\_\_\_\_
- CNPJ: \_\_\_\_\_
- Representante Legal: \_\_\_\_\_
- Telefone/E-mail: \_\_\_\_\_

##### 4. Dados da Ocorrência

Data da ocorrência: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local da ocorrência: \_\_\_\_\_

Data da constatação pela fiscalização: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

##### 5. Descrição da Possível Infração

- Data da Ocorrência: // \_\_\_\_\_
- Local da Ocorrência: \_\_\_\_\_

- Tipo de Infração:

- ☐ Inexecução total/parcial do objeto
- ☐ Descumprimento de prazos
- ☐ Entrega de produto/serviço fora das especificações
- ☐ Conduta incompatível com a ética contratual
- ☐ Outros: \_\_\_\_\_

## 6. Descrição Detalhada da Infração

(Descrever de forma clara e objetiva os fatos observados, indicando como a conduta do contratado configura descumprimento contratual.)

---

---

---

---

## 7. Dispositivos Afetados

Cláusula violada: \_\_\_\_\_

## 8. Evidências Comprobatórias

(Relacionar documentos, registros, cópias de e-mails, notificações, atas de reunião, fotografias, relatórios, registros de não conformidade, ofícios ou comunicações que demonstrem a infração.)

---

---

---

## 9. Tentativas de Solução

(Comunicação prévia com o fornecedor para resolução amigável; Registro de reuniões, tratativas ou acordos não cumpridos; Propostas de correção ou substituição recusadas)

---

---

---

### 10. Consequências da Infração

(Descrever os impactos da infração, tais como atrasos, prejuízos causados à administração - financeiros, operacionais, reputacionais; riscos à continuidade do serviço ou fornecimento; afetação de terceiros ou usuários finais, outros.)

---

---

---

### 11. Histórico de Execução

(Registros anteriores de desempenho do fornecedor, notificações ou advertências já emitidas, cumprimento de prazos anteriores.)

---

---

---

### 12. Medidas Adotadas pela Administração

- Notificação formal enviada em // \_\_\_\_\_
- Prazo concedido para manifestação: \_\_\_\_\_ dias
- Resposta do fornecedor:

☐ Recebida em // \_\_\_\_\_

☐ Não recebida até a presente data

Manifestação do gestor quanto às alegações apresentadas na resposta à Notificação.

**13. Proposta de Sanção (se aplicável)**

- ☐ Advertência
- ☐ Multa contratual
- ☐ Suspensão temporária de participação em licitações
- ☐ Declaração de inidoneidade

Fundamentação: \_\_\_\_\_

**14. Responsável pela Constatação da Infração**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

SIAPE: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

De acordo da Autoridade Competente: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Anexo IV****Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade**

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2\_\_\_\_.

Recebidos os documentos preliminares previstos no parágrafo único do art. 12 da Portaria nº XX/2025, autorizo a instauração processual de Apuração de Responsabilidade e abertura da fase de instrução.

Encaminhe-se à Comissão de Apuração de Responsabilidade para análise e providencias cabíveis.

**Nome da autoridade**

**SIAPE**

**Cargo**

**Anexo V**  
**Notificação para defesa prévia**

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2\_\_

À EMPRESA xxxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

RUA XXXXXXXX, Nº XXXX

BAIRRO XXXXXXXX

CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: Notificação para apresentação de defesa prévia

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar), vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada) acerca dos seguintes fatos:
2. Resumo dos fatos: descrição dos fatos com um nível de detalhamento que propicie à empresa apresentar sua defesa prévia de forma ampla. Indicar, se for o caso, o período, valores, nome dos terceirizados envolvidos e outras informações consideradas importantes.
3. Referência Legal/Edital/Contrato: indicar as cláusulas do Edital ou Contrato, bem como da legislação correlata que foram infringidas.
4. Sanções Correlatas: indicar qual ou quais sanções previstas para o fato em que a empresa poderá ser sancionada, se restar comprovada a infringência da Lei, Edital e/ou Contrato.
5. Em resposta ao Ofício nº ..... de ...../...../....., encaminhado pelo (nome do órgão ou entidade contratante), por meio do qual foram relacionados os fatos acima elencados, essa empresa (nome da

6. empresa contratada) apresentou justificativas em ...../...../....., bem como anexou as provas documentais que julgou pertinentes.
7. As justificativas apresentadas foram examinadas pelo setor competente, juntamente com os documentos que a instruíram, com o fim de amparar os argumentos da defesa. Ocorre que ficou constatado xxxx, não sendo possível aceitar como justificativa xxx, conforme a análise feita pelo setor competente constante do relatório/nota técnica, juntada em anexo.
8. Assim, fica essa empresa notificada para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida a (nome da autoridade máxima do órgão), no endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone), tendo em vista que a avaliação do setor competente indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas no inciso xx, do art. 3º, da Portaria nº. Xx.
9. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição da defesa prévia.

**Nome da autoridade**

**SIAPE**

**Cargo**

**ANEXO VI**  
**Aplicação de Penalidade**

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, \_\_ de \_\_\_\_ de 2\_\_.

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

RUA XXXXXXXX, Nº XXXX

BAIRRO XXXXXXXX

CIDADE / ESTADO / CEP

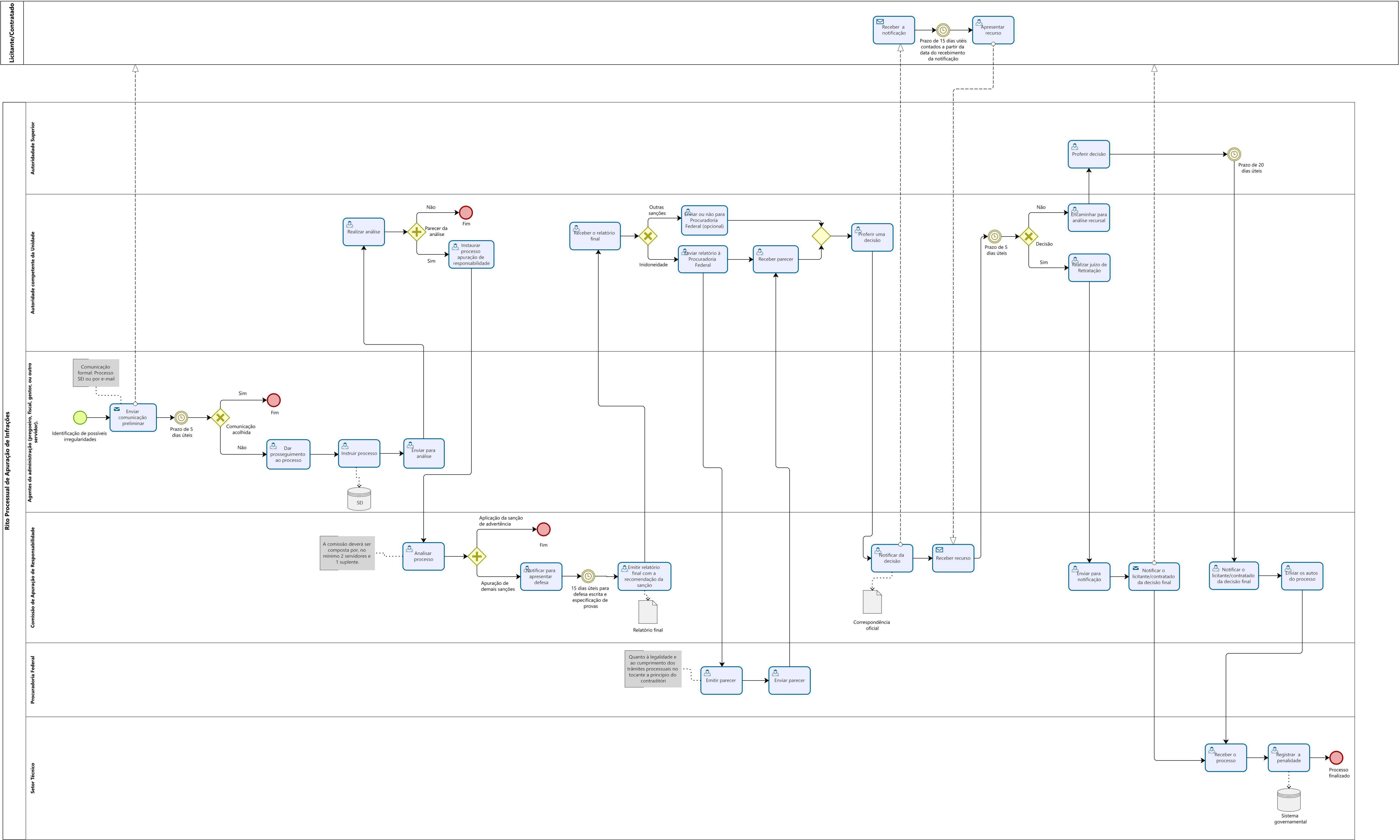
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE/RESCISÃO CONTRATUAL (nota explicativa: somente incluir a rescisão contratual na hipótese de ser adotada juntamente com a imposição da penalidade)

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar) vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada), já qualificada no Contrato (número e ano do contrato) da aplicação da penalidade (descrever a pena aplicada, por ex. advertência, multa, etc.) e da rescisão do Contrato nº. XX/XX (nota explicativa: manter o trecho sublinhado somente se for notificar conjuntamente acerca da rescisão contratual e da aplicação de penalidade), conforme decisão fundamentada da autoridade, juntada em anexo.
2. Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar RECURSO, conforme previsto nos art. 24, da Portaria nº. Xx, e nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigido a (nome da autoridade máxima do órgão, no

3. endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone).
4. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), podendo ser disponibilizado digitalmente caso haja necessidade, o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição do recurso.

Nome da autoridade

Cargo



**MODELO DE PROPOSTA**  
**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**  
**Fiocruz/PR – Instituto Carlos Chagas**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026**  
**(Processo Administrativo nº 25028.000252/2025-18)**

<b>PROPONENTE:</b>	
<b>CNPJ:</b>	<b>INSCRIÇÃO ESTADUAL:</b>
<b>TELEFONE:</b>	<b>TEL CELULAR:</b>
<b>EMAIL:</b>	<b>CONTATO:</b>
<b>ENDEREÇO:</b>	<b>BAIRRO:</b>
<b>CIDADE/UF:</b>	<b>CEP:</b>
<b>BANCO:</b>	<b>AGÊNCIA/CONTA:</b>
<b>INSCRIÇÃO NO SIMPLES: ( ) SIM ( ) NÃO</b>	

ITEM	Código Catser	Material ou Serviço	Qtd.	Unidade de fornecimento	Valor Unitário (Mensal)	Preço unitário (24 meses)	Preço total (24 meses)
1	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 1 GBps – *Interface de 1 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	5	Unidade			
2	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 1 GBps – *Interface de 10 Gbps (Licenciamento + Suporte)	2	Unidade			
3	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 1 GBps – *Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	6	Unidade			
4	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 5 GBps – *Interface de 10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	4	Unidade			
5	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 10 GBps	3	Unidade			

		– *Interface de 40 Gbps (Licenciamento + Suporte)					
6	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 25 GBps – *Interface de 100 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	4	Unidade			
7	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 1/10 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	5	Unidade			
8	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Switch Ethernet Seguro 48 Portas 10/25 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	3	Unidade			
9	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Coletor (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	1	Unidade			
10	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Licenciamento + Suporte)	1	Unidade			
11	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de plataforma de Análise de Segurança e Gerenciamento Centralizado de Logs - Módulo Analítico (300GB/dia) (Appliance virtual + Licenciamento + Suporte)	1	Unidade			
12	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de plataforma de gerenciamento centralizado dos dispositivos (Firewall/ NGFW e Switches) (Licenciamento + Suporte)	1	Unidade			
13	27014	Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Serviço de Firewall NGFW 10 GBps – *Interface de 40 Gbps (Equipamento + Licenciamento + Suporte)	1	Unidade			
14	27332	Serviços de Consultoria em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Consultoria de implantação	350	hora			

15	3840	Treinamento Informática - Sistema / Software	10	Unidade			
----	------	--	----	---------	--	--	--

**Valor Total da Proposta: R\$** \_\_\_\_\_

**Local de Execução do serviço:** (Verificar as unidades da Fiocruz que integram o escopo desta contratação, conforme tabela constante no subitem 4.10.13 do Termo de Referência)

**Validade da Proposta:** \_\_\_\_\_ (mínimo 60 dias)

Declaro que estou ciente e de acordo com as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos, especialmente no que se refere às especificações técnicas previstas no Termo de Referência e respectivos anexos.

Local e Data:

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Empresa

CPF

Cargo

## **TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO**

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado Contratante, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada Contratada;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º <nº do contrato> doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a Contratada poderá ter acesso a informações sigilosas da Contratante; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da Contratante;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

### **1 – OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela Contratada, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela Contratante e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

### **2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:  
INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.  
INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.  
CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

### **3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da Contratante e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus

empregados, a Contratada venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

#### 4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da Contratada;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### 5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A Contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da Contratante.

Parágrafo Segundo – A Contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A Contratada deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à Contratante dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A Contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da Contratante, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela Contratante.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A Contratada obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à Contratada, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A Contratada, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga

a:

- I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
- III – Comunicar à Contratante, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
- IV – Identificar as pessoas que, em nome da Contratada, terão acesso às informações sigilosas.

## 6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a Contratada teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

## 7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a Contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela Contratante, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº. 14.133/21.

## 8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a Contratada manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A Contratante terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da Contratada;

II – A Contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela Contratante, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a Contratada não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a Contratada, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

## 9 – FORO

A Contratante elege o foro da cidade do Rio de Janeiro onde está localizada a sede da Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

**Contratada**

**Contratante**

\_\_\_\_\_  
<Nome>

<Qualificação>

\_\_\_\_\_  
<Nome>

Matrícula: xxxxxxxx

TESTEMUNHAS

\_\_\_\_\_

<Nome>

<Qualificação>

\_\_\_\_\_

<Nome>

<Qualificação>

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

Contrato N°:			
Objeto:			
Contratante:			
Gestor do Contrato:		Matr.:	
Contratado:		CNPJ:	
Preposto do Contratado:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes no Contratante.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

### Ciência

CONTRATADO	
Funcionários	
_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>	_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>
_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>	_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>
_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>	_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>
_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>	_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>